

UFF – Universidade Federal Fluminense

ESS – Escola de Serviço Social

PPS – Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social

EUNICE BATISTA

**UMA ANÁLISE DO CENÁRIO DAS MULHERES
EMPREENDEDORAS DA CIDADE DE MARICÁ**

Niterói – RJ
setembro de 2025



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL

EUNICE BATISTA

UMA ANÁLISE DO CENÁRIO DAS MULHERES EMPREENDEDORAS DA CIDADE DE MARICÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – UFF, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Área de Concentração: Gênero, raça, identidade de gênero e política social.

ORIENTADOR: PROF.^a DR.^a NÍVIA VALENÇA BARROS

Niterói – RJ
Setembro de 2025

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

B333a Batista, EUNICE
UMA ANÁLISE DO CENÁRIO DAS MULHERES EMPREENDEDORAS DA CIDADE
DE MARICÁ / EUNICE Batista. - 2025.
99 f.; il.

Orientador: NIVIA BARROS,
Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Escola de Serviço Social, Niterói, 2025.

1. POLÍTICA SOCIAL. 2. EMPREENDEDORISMO FEMININO. 3.
INTERSECCIONALIDADE. 4. MARICÁ. 5. Produção intelectual. I.
BARROS, NIVIA, orientador. II. Universidade Federal
Fluminense. Escola de Serviço Social. III. Título.

CCD - XXX

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

EUNICE BATISTA

**UMA ANÁLISE DO CENÁRIO DAS MULHERES EMPREENDEDORAS DA
CIDADE DE MARICÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de
Estudos Pós-graduados em Política Social
da Escola de Serviço Social da
Universidade Federal Fluminense – UFF,
como requisito parcial para obtenção do
Grau de Mestre.

Área de Concentração: Gênero, raça,
identidade de gênero e política social.

Aprovado em ____ / ____ / 25.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Nívia Valença Barros.

Universidade Federal Fluminense – Orientadora

Prof.^a Dr.^a Lobelia da Silva Faceira

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – 1^a Examinadora

Prof.^a Dr.^a Maria Izabel Valença Barros

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – 2^o Examinador

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta jornada, materializada na forma desta dissertação, é fruto não apenas de um esforço individual, mas do apoio fundamental de uma rede de afeto, companheirismo e orientação acadêmica. A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para este trabalho, minha sincera gratidão.

À **minha amada família**, meu porto seguro e a razão maior de toda perseverança. O amor e a paciência de vocês foram a base que sustentou cada hora de estudo e dedicação. Em especial, dedico um agradecimento profundo à **minha irmã**, por sua inestimável presença, suporte incondicional e por ser o alicerce emocional de muitas conquistas. Ao **meu marido**, pelo companheirismo diário, por incentivar meus sonhos e por compartilhar o peso da jornada, tornando-a mais leve e possível.

Às **minhas amigas da empresa Meta Assessoria**, pelo apoio, compreensão e incentivo constante. A convivência e a parceria de vocês foram essenciais para conciliar as exigências do mestrado com as responsabilidades profissionais, mantendo a motivação e o foco.

À **Professora Doutora Nívia Valença Barros**, minha orientadora, por sua confiança, rigor acadêmico e generosidade. Seu papel foi crucial não apenas na condução desta pesquisa, mas, sobretudo, em não me permitir desistir no momento mais difícil e desafiador. Suas orientações foram a bússola que me guiaram até o fim.

Por fim, e de forma especial, meu profundo reconhecimento às **seis mulheres entrevistadas de Maricá**. Por se colocarem prontamente à disposição e, com coragem e generosidade, compartilharem suas histórias de vida. Seus relatos, carregados de muita luta e perseverança num mundo profundamente sexista e racista, trouxeram a riqueza e a concretude necessárias para desvelar a complexa realidade do empreendedorismo feminino. Que este trabalho possa, minimamente, honrar a força e a resiliência de cada uma de vocês.

RESUMO

Esta dissertação, desenvolvida no Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), busca analisar a realidade concreta das mulheres empreendedoras na cidade de Maricá do estado do Rio de Janeiro, com foco específico nas repercussões desse modelo de trabalho em suas vidas diárias. O argumento central é que a narrativa hegemônica que promove o empreendedorismo como um caminho para a autonomia e o sucesso, enquadrada pela ideologia neoliberal, frequentemente mascara uma realidade de precarização estrutural, autoexploração e desproteção social. Como metodologia, foi adotada a qualitativo-exploratória, utilizando um referencial de interseccionalidade (gênero, raça, classe e território) e incorporando uma abordagem de pesquisa participante, onde a pesquisadora, sendo residente e empreendedora em Maricá, aproveitou a experiência compartilhada para coletar testemunhos aprofundados de seis mulheres empreendedoras, todas com ensino superior. A pesquisa confirmou que a decisão de se engajar no empreendedorismo não foi uma escolha primária, mas uma estratégia de sobrevivência econômica e uma resposta às barreiras sistêmicas no mercado de trabalho formal, particularmente exacerbadas pela necessidade de conciliar a vida profissional com as responsabilidades da maternidade e do trabalho reprodutivo. Isso resulta na intensificação da dupla ou tripla jornada de trabalho, onde o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado — produto da divisão sexual do trabalho — se funde com as atividades profissionais, levando a rotinas exaustivas e sem fronteiras, de até 15 horas por dia. O território de Maricá apresenta um contexto único, pois as políticas sociais robustas do governo local, como a Renda Básica de Cidadania (RBC) e o Programa de Proteção ao Trabalhador (PPT), ambos pagos em moeda social (Mumbuca), foram essenciais para mitigar a instabilidade. No entanto, uma análise crítica conclui que essas políticas, ao promoverem o empreendedorismo, principalmente através de microcrédito e transferência de renda, se alinham à lógica neoliberal que individualiza o risco da precarização, em vez de extinguir suas causas estruturais. A dissertação defende que a autonomia genuína para as mulheres trabalhadoras requer proteção social universal, direitos trabalhistas formais e a socialização do trabalho reprodutivo.

Palavras-chave: empreendedorismo feminino; política social; interseccionalidade

ABSTRACT

This dissertation, developed within the Graduate Program in Social Policy at the Universidade Federal Fluminense (UFF), seeks to analyze the concrete reality of women entrepreneurs in the city of Maricá, State of Rio de Janeiro, specifically focusing on the repercussions of this labor model in their daily lives. The central argument is that the hegemonic narrative promoting entrepreneurship as a path to autonomy and success, framed by neoliberal ideology, frequently masks a reality of structural precarization, self-exploitation, and social unprotectedness. The methodology adopted was qualitative-exploratory, utilizing an intersectionality framework (gender, race, class, and territory) and incorporating a participatory research approach, where the researcher, being a resident and entrepreneur in Maricá, leveraged shared experience to gather in-depth testimonies from six women entrepreneurs, all with higher education. The research confirmed that the decision to engage in entrepreneurship was not a primary choice, but an economic survival strategy and a response to systemic barriers in the formal labor market, particularly exacerbated by the need to reconcile professional life with the responsibilities of motherhood and reproductive labor. This results in the intensification of the double or triple workday, where non-remunerated domestic and care work—a product of the sexual division of labor—merges with professional activities, leading to exhaustive, borderless routines of up to 15 hours a day. The territory of Maricá presents a unique context, as the local government's robust social policies, such as the Basic Citizen Income (RBC) and the Worker Protection Program (PPT), both paid in social currency (Mumbuca), were essential for mitigating instability. However, a critical analysis concludes that these policies, in promoting entrepreneurship, mainly through microcredit and income transfer, align with the neoliberal logic that individualizes the risk of precarization instead of eliminating its structural causes. The dissertation argues that genuine autonomy for working women requires universal social protection, formal labor rights, and the socialization of reproductive work.

Keywords: female entrepreneurship; social policy; intersectionality

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO 1: MULHER E TRABALHO – O EMPREENDEDORISMO EM FOCO.....	14
1.1 Precariedade do trabalho e informalidade no Brasil.....	17
1.2 Relações interseccionais no trabalho.....	21
1.3 Trabalho, Empreendedorismo e Gênero.....	26
1.4 Trabalho e Território.....	31
CAPÍTULO 2: POLÍTICA SOCIAL E TRABALHO NO BRASIL.....	37
2.1 A atuação da elite brasileira na formação do Estado.....	42
2.2 Repercussão do desmonte da proteção do trabalho – reflexão sob uma perspectiva interseccional.....	51
2.3 Maricá – Políticas Sociais e Desmontes da Proteção Trabalhista.....	55
CAPÍTULO 3: O CENÁRIO DAS POLÍTICAS SOCIAIS PARA MULHERES EMPREENDEDORAS DO MUNICÍPIO DE MARICÁ.....	60
3.1 O território – o foco em Maricá.....	62
3.2 Políticas sociais no município de Maricá.....	64
3.3 O empreendedorismo para as mulheres no município.....	68
3.4 Mulher trabalhadora e dupla jornada.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL.....	83
APÊNDICE B – FONTE DE PESQUISA PARA A ELABORAÇÃO DA TABELA 3 - POLÍTICAS SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE MARICÁ – RJ.....	85
REFERÊNCIAS.....	93

INTRODUÇÃO

Esta dissertação, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, emerge de um conjunto de reflexões e inquietações profundamente enraizadas na condição da mulher trabalhadora e empreendedora em um país extremamente desigual e excludente. O ponto de partida para esta investigação é a experiência profissional vivida, pois vivi por dezesseis anos, inserida no setor de Recursos Humanos de grandes corporações e, posteriormente, como profissional da educação. Enquanto, mulher trabalhadora, as condições de trabalho que fui submetida ao longo de minha vida profissional, gerou inquietações basilares que derivaram no projeto de pesquisa proposto para esta dissertação e para todo o processo de pesquisa em si.

Esta vivência individual, articulada com o acompanhamento das transformações socioeconômicas e políticas dos últimos anos – notadamente a ascensão de um projeto neoliberal que promove o Estado mínimo, a desregulamentação das relações de trabalho e a fragmentação da classe trabalhadora –, forneceu o substrato empírico para a construção do objeto de pesquisa. O discurso hegemônico que celebra o empreendedorismo como emblema de autonomia e sucesso individual é desvelado, nesta pesquisa, como uma narrativa que frequentemente oculta uma realidade de autoexploração, desproteção social e intensificação das desigualdades.

Moradora do município de Maricá desde 2011, nunca encontrei um espaço laboral para exercer a profissão no território, necessitando procurar esse espaço em cidades grandes do entorno, como Rio de Janeiro, o que gerava mais de 4 horas diárias de deslocamento entre o local de trabalho e a residência.

Com a minha última experiência como CLT, precisei mudar a residência para mais perto da empresa contratante, indo residir na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Outra dificuldade relacionada a essa mudança de território em decorrência do trabalho foi a grande quantidade de atribuições de tarefas a realizar diariamente. Essa rotina dificultava o acesso e a permanência a qualquer tipo de pós-graduação, gerando um sufocamento pelo excesso de trabalho, aumentando o desejo de pesquisar este tema latente em minha jornada.

A mudança para o município de Maricá em 2011 expôs uma realidade marcante: a escassez de oportunidades laborais formais compatíveis com sua

formação e experiência, culminando em extenuantes deslocamentos diários para o Rio de Janeiro. Essa dinâmica, somada à impossibilidade de conciliar a carga excessiva de trabalho com projetos de qualificação profissional, gerou um processo de sufocamento e intensificou o desejo de investigar academicamente tal realidade. A opção pelo empreendedorismo, inicialmente como Microempreendedora Individual (MEI) e posteriormente como sócia de uma microempresa, não se configurou como uma escolha de autonomia, mas como uma estratégia de sobrevivência frente à inflexibilidade do mercado formal. Esta trajetória pessoal iluminou, na prática, os processos de pejotização e precarização do trabalho, experienciando em primeira mão o desamparo social, especialmente agravado durante a pandemia da COVID-19. Neste processo também ingressei no mestrado.

Durante a pandemia, sentimos, arduamente, o desamparo que é ser uma empreendedora, precisando recorrer a programas de auxílio da prefeitura como forma de subsistência. Anos depois, em 2022, deixamos de ser MEI e nos tornando sócia da empresa Meta Assessoria, aumentando ainda mais as horas de trabalho.

A experiência de ser uma mulher empreendedora de uma microempresa na cidade de Maricá. Tal experiência traz luz ao processo de pejotização da minha própria força de trabalho. Toda essa experiência profissional proporcionou acompanhar a desigualdade do mercado de trabalho na pele, principalmente em relação às questões de gênero, classe e raça.

Esta vivência individual, articulada com o acompanhamento das transformações socioeconômicas e políticas dos últimos anos – notadamente a ascensão de um projeto neoliberal que promove o Estado mínimo, a desregulamentação das relações de trabalho e a fragmentação da classe trabalhadora –, forneceu o substrato empírico para a construção do objeto de pesquisa. O discurso hegemônico que celebra o empreendedorismo como emblema de autonomia e sucesso individual é desvelado, nesta pesquisa, como uma narrativa que frequentemente oculta uma realidade de autoexploração, desproteção social e intensificação das desigualdades.

Desta forma, essa experiência foi crucial para a construção do objeto da pesquisa, visando conhecer e analisar o cenário em que as mulheres empreendedoras da cidade de Maricá vivem, pois se articulou com o acompanhamento dos movimentos de âmbito sócio político e econômico nos últimos

anos, decorrente da ostensiva neoliberal, da pejotização do trabalho, desproteção do trabalhador e dos seus impactos.

A inquietações a vivência profissional e o acompanhamento das transformações sócio, políticas e econômicas, foram alimentadas pelas reflexões provocadas pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social e minha integração ao NUDHESC/ UFF¹, e permitiram estabelecer uma articulação entre o processo reflexivo articulado a um arcabouço teórico-metodológico, com destaque sobre o processo de consolidação da cidadania, e as questões interseccionais – classe, gênero e raça – que atravessam esse processo.

A ascensão do empreendedorismo como modelo de trabalho proeminente no século XXI é um fenômeno que merece uma análise aprofundada e crítica. Embora celebrado no discurso hegemônico neoliberal como sinônimo de autonomia, inovação e sucesso individual, o ato de "empreender" frequentemente mascara uma realidade de precarização, desproteção social e intensificação da autoexploração da força de trabalho.

Este cenário é um reflexo direto da ostensiva neoliberal, exigindo o encolhimento do Estado, tornando-o cada vez mais mínimo e a reconfiguração do trabalho, desmonte do sistema de proteção social, que inclui a “flexibilização” das leis trabalhistas, o que impacta na proteção social da classe trabalhadora.

Para dar efetividade a tais transformações e implementar uma nova mentalidade sobre o trabalho, foi necessária a difusão do empreendedorismo, com a forma do trabalhador construir sua própria segurança e sustento, tornando-se gestor de si mesmo.

Como uma grande “resposta” à questão do trabalho formal, na verdade essa estratégia, dentro da perspectiva de um Estado mínimo, sob a égide do pensamento neoliberal, transfere para o indivíduo toda a responsabilidade por sua sobrevivência, fragmentando-o da coletividade da luta da classe trabalhadora e desconstruindo sua consciência de classe.

A repercussão dessa desproteção social e da ideia do “trabalhador gestor de si mesmo”, não alcança a todos de igual forma. Rebate nas mulheres de forma mais ostensiva que nos homens.

¹ Núcleo de Pesquisa sobre Direitos Humanos, Sociais e Cidadania da UFF.

É nesse contexto paradoxal que a presente dissertação, intitulada “Uma análise do cenário das mulheres empreendedoras da cidade de Maricá”, se insere, buscando desvelar as complexidades que subjazem a essa nova configuração laboral.

Quando o foco se desloca para as mulheres, a complexidade do empreendedorismo se aprofunda. A trajetória laboral feminina é historicamente atravessada pela divisão sexual do trabalho, que lhes atribui a responsabilidade primária pelo trabalho reprodutivo e de cuidado, invisibilizado e não remunerado.

Assim, para muitas mulheres, o empreendedorismo não surge como uma escolha genuína de carreira, mas como a única alternativa viável para conciliar as múltiplas jornadas de trabalho, ou como resposta ao desemprego estrutural e à discriminação no mercado formal.

Esta realidade não é homogênea e seus impactos são radicalmente distintos quando analisados sob uma lente interseccional.

As opressões de gênero, raça e classe se entrecruzam, moldando experiências, oportunidades e vulnerabilidades de maneiras singulares, como argumenta Kimberlé Crenshaw. Portanto, analisar o empreendedorismo feminino exige ir além de uma perspectiva universalizante, reconhecendo as múltiplas camadas de desigualdade que o constituem.

O município de Maricá, no estado do Rio de Janeiro, emerge como um lócus de pesquisa particularmente relevante para esta análise.

Conhecido por suas políticas públicas de transferência de renda e fomento à economia local, como a moeda social Mumbuca, o território apresenta um campo de tensões: de um lado, um esforço estatal para criar uma rede de proteção social; de outro, um crescente contingente de trabalhadoras que recorrem ao empreendedorismo em um contexto nacional de desmonte de direitos.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar o cenário em que as mulheres empreendedoras da cidade de Maricá estão inseridas.

Os objetivos específicos desta pesquisa foram: investigar os motivos que levam as mulheres pesquisadas de Maricá a empreender, considerando, fatores socioeconômicos e territoriais, identificando os desafios enfrentados por mulheres empreendedoras no município, com ênfase nas interseccionalidades de raça, classe e gênero; analisar os resultados do empreendedorismo para a sobrevivência financeira e na qualidade de vida das mulheres de Maricá; mapear as políticas

públicas e iniciativas da cidade de Maricá de apoio ao empreendedorismo feminino e avaliar sua efetividade sob uma perspectiva interseccional.

Esta pesquisa também possibilitou a visibilidade de histórias de mulheres empreendedoras de Maricá, destacando suas trajetórias, conquistas e contribuições para a comunidade, considerando as interseccionalidades de gênero, raça e classe, e avaliando como as políticas públicas locais influenciam suas trajetórias laborais e sociais.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa foi estruturada sob um método qualitativo-exploratório, utilizando como instrumentos a análise documental e entrevistas semiestruturadas com 06 mulheres empreendedoras de Maricá.

Tendo como norte uma pesquisa participante, como uma forma singular e legítima de investigação, fazendo como que o papel de pesquisadora não fosse externo e distanciado, mas sim o de uma mulher, moradora de Maricá e também empreendedora, acreditamos que esta vivência foi fundamental para a construção de vínculos.

Assim, o acesso e a seleção das mulheres entrevistadas foram facilitados pelo meu contato orgânico e inserção na realidade concreta da localidade, pois possibilitou a criação de uma relação sujeito-sujeito, mais horizontal e empática.

A metodologia interseccional foi uma ferramenta importante para revelar as múltiplas camadas que compõem a experiência do empreendedorismo para as mulheres de Maricá. Academicamente rigorosa e socialmente engajada.

O arcabouço teórico-metodológico que sustentou a análise dialoga criticamente com autores centrais, teve como base autores referência no debate crítico deste tema.

Alguns deles são Ricardo Antunes, para compreensão da precarização e a da informalidade como facetas da reestruturação capitalista contemporânea, Heleith Saffioti, que ofereceu as bases para articular trabalho, patriarcado e capitalismo. Em relação à interseccionalidade, Kimberlé Crenshaw forneceu a lente crítica, imprescindível, para uma análise complexa das opressões interconectadas.

Tendo isso posto, apresentamos o debate contido nesta dissertação, que está organizada em três capítulos.

O primeiro capítulo dedica-se a um debate conceitual sobre o trabalho no século XXI, discutindo como o avanço neoliberal impõe modelos laborais desprovidos

de proteção social, como o empreendedorismo, em um processo de desregulamentação orquestrado pelo Estado em favor do mercado, com atenção às mediações de gênero, raça, classe e território.

O segundo capítulo aprofunda a análise no contexto brasileiro, traçando um histórico da proteção social – da sua origem restrita à sua universalização incompleta na Constituição de 1988 – e examinando o impacto dos recentes retrocessos políticos, notadamente após o golpe de 2016, que resultaram no desmonte de políticas sociais e na precarização acentuada do trabalho, com consequências diretas para as mulheres.

Por fim, o terceiro capítulo apresenta e analisa os dados da pesquisa de campo, investigando a realidade concreta das mulheres empreendedoras de Maricá e os rebatimentos deste modelo de trabalho em suas vidas, abordando temas como a dupla jornada, a renda, o autocuidado e a relação com os programas sociais locais, sempre a partir de uma perspectiva interseccional. Através deste percurso, espera-se contribuir para uma compreensão crítica e multifacetada de um dos fenômenos mais emblemáticos e contraditórios do mundo do trabalho contemporâneo.

CAPÍTULO 1: MULHER E TRABALHO – O EMPREENDEDORISMO EM FOCO

Para tratarmos sobre o empreendedorismo desenvolvido pelas mulheres, na cidade de Maricá, é importante separar algumas categorias que destacamos relevantes para o debate sobre esta temática, como: trabalho e sua precarização, gênero, raça e território. Para tanto, buscamos refletir sobre a forma que neoliberalismo, presente no século XXI, tem intensificado ainda mais as desigualdades sociais. Ricardo Antunes (2009) em sua obra "Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho" entende que, ao instante que as sociedades se submeteram à lógica do capital, elas têm atuado na perspectiva da submissão do valor de uso ao valor de troca das coisas. Ou seja, são as hierarquias estruturais de dominação e subordinação que fazem a intermediação da reprodução da existência humana (o que ele chama de mediações de primeira ordem, que se subvertem às mediações de segunda ordem) - "sistema de metabolismo social do capital" (p. 19).

Fazem parte das mediações primárias: 1) a imprescindível e relativamente espontânea regulação da atividade biológica reprodutiva em consonância com os recursos disponíveis; 2) a regulação do processo de trabalho, através da qual o necessário intercâmbio entre a comunidade e a natureza possa resultar na produção dos bens essenciais, além dos instrumentos de trabalho, das iniciativas produtivas e do conhecimento necessário para atender às necessidades humanas; 3) o estabelecimento de um sistema de trocas que se alinhe com as exigências históricas mutáveis, buscando otimizar os recursos naturais e produtivos disponíveis; 4) a organização, coordenação e supervisão da variedade de atividades, tanto materiais quanto culturais, com o intuito de atender a um sistema de reprodução social que se torna cada vez mais complexo; 5) a alocação racional dos recursos materiais e humanos ao nosso dispor, combatendo as formas de escassez por meio do uso econômico (no sentido de economizar) viável dos meios de produção, em harmonia com os níveis de produtividade e os limites socioeconômicos existentes; e 6) a constituição e estruturação de regulamentos sociais destinados à totalidade dos seres sociais, em conexão com as demais determinações e funções primárias de mediação. (Antunes, 2009, p. 22)

Segundo Antunes (2009), as necessidades humanas não poderiam ser uma barreira para a expansão reprodutiva do capital. Por essa razão, estrutura-se uma relação vertical de mando, onde fundamentam-se as relações hierarquizadas de trabalho capazes de viabilizar um sistema crescente de ampliação dos valores de troca. Assim, podemos considerar mediações de segunda ordem a alienação e a dissociação do trabalhador com os meios de produção, a personificação do capital

como valor individualista, apropriando-se da subjetividade, considerando o trabalhador como mera força de trabalho, o que o reduz de sujeito a suas funções produtivas fragmentadas. É um sistema de mediação que subordina todas as funções reprodutivas sociais, como relações de gênero, reprodução material da cultura, território e relações raciais.

Para que o capital consiga se expandir, a reprodução necessita ser socialmente mediada. Antunes (2009) trata de “o sistema de metabolismo social do capital, isto é, o complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho, que subordina suas funções vitais ao capital.” (p. 25).

Contudo, não podemos confundir o capital com o capitalismo. O autor (2009) considera que o capital:

Não sendo uma *entidade material* e nem um *mecanismo* que possa ser racionalmente controlável, o capital constitui uma poderosíssima estrutura *totalizante* de organização e controle do metabolismo societal, à qual todos, inclusive os seres humanos, devem se adaptar. Esse sistema mantém domínio e primazia sobre a totalidade dos seres sociais, sendo que suas mais profundas determinações estão *orientadas para a expansão* e *impelidas pela acumulação*. (p. 25)

É por meio do trabalho que os recursos são convertidos em mercadorias, resultando na mais-valia, que equivale à discrepância entre o valor produzido e o custo do trabalho. O capital busca, constantemente, a maximização da extração da mais-valia e se reinveste em novas formas de trabalho e produção, perpetuando um ciclo de valorização que depende da exploração contínua do trabalho humano. Ou seja, gera-se lucro, que então é reinvestido para aumentar a produção e a exploração.

Portanto, podemos considerar trabalho, sob conceito de Karl Marx (2013), sendo “antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza.” (p. 326). Para que o trabalho se transforme em mercadoria, esse trabalho precisa ter uma utilidade concreta – valor de uso. Mas, a questão central é como o capitalista se apropria do processo de trabalho que já existe: “[assim], o que o capitalista faz o trabalhador produzir é um valor de uso particular, um artigo determinado.” (Marx, 2013, p. 326). O capitalista não contribui no processo técnico de produção, no entanto altera toda a estrutura de organização social.

Todo o processo de transformação em mercadoria é realizado pelo trabalhador através do meio de trabalho, ou seja, o trabalhador precisa de uma ou mais instrumentos para aplicar sua força e habilidade para produzir, guiando dessa maneira, seu esforço (Marx, 2013). Podemos considerar todas as ferramentas necessárias, como para um entregador de aplicativo, por exemplo, exercer seu trabalho, como: internet, celular, moto, vínculo à uma plataforma de aplicativo, etc. Esses meios de trabalho, antes, eram de domínio do capitalista e disponibilizados por este para que o trabalhador exercesse seu trabalho de transformação. Contudo, a partir da década 1970, todo esse processo passa por grandes mutações estruturais que alteram o contexto produtivo. Antunes (2009) menciona que é a partir dessa década que o capitalismo se vê diante de uma complexa crise, época de intensas mudanças econômicas, sociais, políticas, ideológicas, repercutindo no ideário e na subjetividade da “classe-que-vive-do-trabalho” (p. 37). Como ele menciona:

Essa crise estrutural fez com que, entre tantas outras consequências, fosse implementado um amplo processo de reestruturação do capital, com vistas à recuperação do seu ciclo reprodutivo, que [...] afetou fortemente o mundo do trabalho. (Antunes, 2009, p. 37 e 38)

A estratégia, de acordo com Antunes (2009), para superar a crise estrutural do capital, apesar de possuir causas mais profundas, concentrou-se unicamente em seus aspectos aparentes. Isso quer dizer que se buscou, assim, promover uma reestruturação do sistema produtivo sem, contudo, transformar os fundamentos do modo de produção capitalista. Para as forças hegemônicas, portanto, o desafio era desmontar o padrão produtivo taylorista-fordista a fim de restabelecer os patamares de acumulação vigentes no pós-45, recorrendo a uma combinação de mecanismos velhos e novos de acumulação.

Assim, estudar como se processa as relações de trabalho das mulheres empreendedoras de Maricá pela perspectiva crítica é romper com a visão glamorizada do empreendedorismo, discutir o tema através de uma análise pavimentada por uma análise crítica do trabalho. Para tal, esta pesquisa tem lançado mão de lentes crítico-dialéticas, partindo da conceituação de trabalho pela perspectiva de classe, e caminhando pela perspectiva feminista, fazendo uso da interseccionalidade como ferramenta imprescindível, permitindo que sejam encontradas as opressões que atravessam a vida da mulher da classe trabalhadora.

Neste sentido, além de considerar a perspectiva de classe, que tem sido abordada pela conceituação crítica de trabalho, também são considerados os aspectos de gênero (a condição de mulher), raça (no que tange às opressões vividas pelas mulheres) e, fundamentalmente, do território (pensando na realidade vivida em Maricá).

Além disso, o debate sobre território, delimitado a área de Maricá - RJ, se torna importante, pois o acesso ao crédito, a validação de seu negócio, a relação com fornecedores e clientes, também sinaliza atravessamentos de matrizes de dominação.

A mulher empreendedora de Maricá, especialmente a mulher negra, não raro, inicia seu negócio a partir dos saberes e práticas desvalorizados pela cultura hegemônica – a culinária, o cuidado, o artesanato. Seu empreendedorismo é, muitas vezes, uma estratégia de sobrevivência a um lugar historicamente subalterno, luta o perfil de mercado de trabalho do município, uma luta contra o desemprego.

Nessa luta, as mulheres lançam mão do trabalho, sua única forma de sobrevivência. Dentro de uma sociabilidade capitalista e diante da reestruturação produtiva, mais visível após 1990, desmantela-se o que se conhecia como um tipo de trabalho, com vínculo e proteção social. Enfatiza-se assim, novas formas, como o empreendedorismo, cuja o ideário preconizado, de que o trabalhador se tornaria “dono de sua força de trabalho”. Contudo, nada mais é do que a personificação dessa nova morfologia do trabalho, onde a ausência de direitos é vendida como liberdade.

1.1 Precariedade do trabalho e informalidade no Brasil.

Os novos patamares estabelecidos, segundo Amorim (*et al.*, 2021) funciona como uma ferramenta de controle para mascarar as relações sociais, aprofundando ainda mais a exploração da força de trabalho. Os autores (2021) baseiam-se em Gramsci quando este chama de “revolução passiva” para definir que, em determinados momentos históricos, a classe dominante “se moderniza”, de forma conservadora, restaurando a sua dominação sobre a classe trabalhadora. São momentos que diversas reformas são implementadas, causando mudanças nos âmbitos político, econômico e social, restabelecendo a preeminência da classe

dominantes. O que não ocorre propriamente dita uma revolução política, levando, assim, à passivação das ações coletivas das lutas sociais.

No âmbito do trabalho, como forma de controle da força de trabalho, uma ideologia difundida a partir de 1970 foi o empreendedorismo como “modo de vida”. Amorim (*et al.*, 2021) mencionam que para garantir a desregulamentação de direitos trabalhistas e sociais, defende a responsabilidade individual e a primazia do mercado. O que acaba por impor ao trabalhador uma ideia de ele ser a empresa de si mesmo. Ele entra no mercado de trabalho oferecendo sua força de trabalho sem a garantia de direitos sociais. Aludindo, dessa maneira, a uma sociedade sem classes, bastando o esforço e o mérito individual para garantir seu sustento e o sucesso profissional. Sobre a consolidação do empreendedorismo como uma modalidade de trabalho formal parte tem seu início com a Nota Técnica (01/2016) do IBGE, que anunciou a ampliação da caracterização do trabalho.

Através desta nota passaram a ser incluídas informações sobre o registro no CNPJ de empreendedores, que permitiu a incorporação do empreendedorismo no conceito de formalização do trabalho, para além do emprego celetista. Assim, tanto empreendedores como celetistas passaram a ser consideradas pessoas ocupadas com trabalho formal

Esta categorização passou a ser considerada, tanto para o IBGE, como para outras fontes oficiais de estatísticas do trabalho, como o antigo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e o atual eSocial.

Logo, o universo de trabalhadores formais passou a abarcar duas categorias de trabalhadores: os empreendedores (chamados de “trabalhadores com CNPJ”) e trabalhadores celetistas (ocupantes de “emprego com carteira assinada”), compondo um único número de “trabalho formal”.

Esta nova categorização amplia o universo de trabalhadores formais, mas não representa uma ampliação de oportunidades de trabalho protegidos (como férias remuneradas, 13º salário e FGTS) e com jornada de trabalho definida, mas ao incorporar os “trabalhadores com CNPJ” a este dado, vai conformando uma nova realidade para a classe trabalhadora.

Antunes (2013) diz que a valorização atual do valor acarreta novos meios de gerar trabalho excedente, o que precariza, informaliza e exclui inúmeros trabalhadores, tornando-os desempregados e descartáveis. O autor (2007) em outro

texto afirma que “essas transformações também afetaram as ações e práticas de greves, que tiveram sua eficácia em alguma medida reduzida em decorrência da fragmentação e heterogeneização dos trabalhadores” (p. 72). E, mesmo com a tendência da maior intelectualização do trabalho fabril, que gera maior exigência de qualificação para a execução do mesmo trabalho, a “sociedade produtora de mercadorias” (p. 83), o trabalho ainda funciona como uma categoria central. As mercadorias geradas no mundo capitalista acontecem por meio de uma atividade intelectual ou manual, afirma o autor (2007); é o trabalho humano em interação com os meios de produção.

Dessa forma, é o que Antunes (2013) debate como a nova morfologia do trabalho. Nesse processo, os novos modos de informalidade no Brasil escancaram uma certa invisibilidade do trabalho que só oculta a real geração de mais-valor, como exemplos trazidos por ele, seja através de trabalhadores submetidos a contratos temporários consecutivos, sem registro na carteira, trabalho instável sob ameaça de desemprego, e ousamos acrescentar outros exemplos, escalas laborais exaustivas, ou como microempreendedores individuais. Ao transferir ao trabalhador todos os custos e riscos produtivos, legitimam a precarização do trabalho.

Diante desse cenário, para Antunes (2013), existe um primeiro grupo de trabalhadores informais, que são os trabalhadores informais tradicionais e que são aqueles que não precisam de tanta capitalização para realizar o seu trabalho e assim o fazem para ter renda para consumo individual e familiar. Nesse grupo, estão, em sua maioria, os prestadores de serviço, como costureiras, empregados domésticos, pedreiros, jardineiros, vendedores ambulantes, podendo até lançar mão de ajudantes temporários. E estes são os trabalhadores menos instáveis, pois possuem um conhecimento profissional mínimo e os meios de trabalho.

Contudo, existe os trabalhadores informais mais instáveis, que são recrutados temporariamente e pagos pelo serviço ou peça realizada; um trabalho contingencial, marcados pela baixa qualificação e força física. Nesse grupo, estão incluídos serviços gerais, trabalhadores de rua, carregadores e carroceiros. Esses podem ser, inclusive, subempregados dos trabalhadores informais mais “estáveis”. O autor complementa que sejam os mais “estáveis” ou mais “instáveis” por vezes utilizam as horas vagas de seu trabalho fixo para complementar renda, utilizando a força de trabalho de membros das da família, com ou sem remuneração.

Outro grupo de trabalhos informais são os trabalhadores assalariados sem registro, que não estão inseridos na legislação trabalhista brasileira. Esses estão desprotegidos dos acordos coletivos de categorias trabalhadores e dos direitos trabalhistas ainda garantidos em lei. A racionalidade do capital que arquiteta às empresas “para a flexibilização do trabalho, da jornada e da remuneração, o que aumenta a responsabilização e as competências, criando e recriando novas relações e formas de trabalho que com frequência assumem feição informal” (Antunes, 2013, p. 16).

O terceiro grupo de trabalhadores na informalidade é composto por aqueles que trabalham por conta própria, que chama de “produtores simples de mercadorias” (Antunes, 2013, p. 16); são os pequenos negócios ligados às grandes corporações. Usualmente localizadas em áreas de produção, comércio e prestação de serviços, esses trabalhadores são pequenos proprietários informais que atendem a demandas de bens e serviços. Essas são a estratégia de sobrevivência, pois não conseguem concorrer com as empresas capitalistas.

A informalidade do trabalho, isto é, a dissolução dos vínculos formais de emprego e da regulação estatal, estabelece uma estreita correlação com a precarização do trabalho. Embora não sejam termos sinônimos, são através das relações informais que, frequentemente, se mantêm as condições de precariedade. A informalização da força de trabalho constitui um dispositivo estratégico do capital, empregado para intensificar a exploração laboral e otimizar os processos de acumulação e valorização. Dessa forma, ela se converte em um vetor fundamental da precarização estrutural no mundo do trabalho.

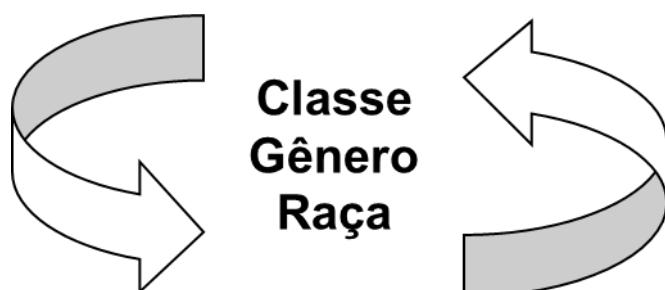
As múltiplas manifestações da informalidade no contexto brasileiro, que guardam paralelos com dinâmicas globais, corroboram a hipótese de que tais modalidades de trabalho, em oposição a teses que questionam a centralidade da teoria do valor, assumem um papel crucial na expansão, potencialização e efetiva realização da extração de mais-valor.

1.2 Relações interseccionais no trabalho

O uso da ferramenta analítica da interseccionalidade, considerando os marcadores de classe, raça, gênero e território, e seus intercruzamentos, que se apresentam como conexões das opressões sofridas pelos sujeitos na sociabilidade capitalista, é uma perspectiva fundamental para aqui desenvolvidas.

A interseccionalidade é um conceito cunhado no final da década de 1980, mesmo, o seu processo analítico, já tendo sido utilizado, não com este termo, por feministas negras. Contudo, seu debate após sua nomenclatura, nasce como uma crítica aos próprios movimentos feministas, procurando integrar as dimensões de raça, gênero e classe para desvelar as múltiplas opressões sofridas pelos sujeitos na sociabilidade capitalista. Para Collins (2020), a interseccionalidade oferece uma perspectiva de análise crucial para a compreensão da realidade social, uma vez que um indivíduo não é afetado por um único marcador. As experiências de uma mulher negra e trabalhadora não são a simplesmente soma de ser "mulher" + "negra" + "trabalhadora", mas a articulação de múltiplos fatores que se sobrepõem e interagem, num sistema de poder.

Figura 1 – Interação entre múltiplos fatores sobrepostos na dinâmica de poder



Fonte: Desenvolvimento pelo autora

No que tange à relação entre trabalho, mulheres e empreendedorismo, se faz necessário, considerar mulher no plural, pois, em uma perspectiva interseccional, tratar mulher (no singular) leva à invisibilização dos intercruzamentos das opressões por elas vividas na realidade social, que afetam certos grupos de mulheres de maneira distinta e desproporcional (Crenshaw, 2002). A ferramenta da interseccionalidade, como aponta Crenshaw (2002), possibilita uma leitura da realidade que contribui para

“capturar as interseções, na estrutura, as interações dos marcadores identitários.” (p. 173)

Os atravessamentos interseccionais presentes na realidade dessas mulheres, como a dimensão de raça e território, além de gênero e classe, constituem-se em aspectos de fundamental importância.

Para Quintão (2022) a entrada de mulheres² no mercado de trabalho não foi suficiente para garantir uma mudança estrutural, pois, a naturalização do trabalho doméstico como tarefas femininas, seguido de um processo de inferiorização e desqualificação, posicionando-o como “não trabalho”, é seguida de forte marcador racial, posicionando mulheres (de acordo com a variação de classe e raça) em patamares diferentes.

Falar de gênero – no caso, mais especificamente de mulheres –, sobre a lente da interseccionalidade, se faz necessário falar sobre a sociedade patriarcal, sobretudo porque as desigualdades sociais decorrentes da relação capital - trabalho (a questão social), um claro marcador de classe, revelam uma íntima e imbricada relação com os marcadores de gênero e raça. (Quintão, 2022)

Em uma sociedade patriarcal há uma estrutura muito rígida e o trabalho é dividido em produtivo e improdutivo. Em geral, o trabalho produtivo é destinado aos homens, que é considerado hierarquicamente superior, e o trabalho reprodutivo às mulheres, cujo trabalho é metamorfoseado de amor e cuidado e, por sua vez, como manifestação de afeto, obviamente gratuito. (Quintão, 2022)

Neste processo, a luta pela ocupação do mercado de trabalho pelas mulheres traz algumas reflexões: - a luta pela ocupação do mercado de trabalho era das mulheres brancas, visto que as mulheres negras, no Brasil, sempre trabalharam, dentro e fora das casas, na informalidade e subalternização (inclusive em relação às mulheres brancas); - a ocupação do mercado de trabalho pelas mulheres não desresponsabilizou do trabalho reprodutivo; - tal ocupação, pelas mulheres, não gerou equiparação salarial em relação aos homens. (Quintão, 2022)

O trabalho, pela perspectiva de classe, gênero e raça, traz à superfície o fato histórico colonialista, de que enquanto mulheres brancas de classe média lutavam para sair de casa, mulheres negras, no final do Império, já ocupavam as ruas como

² A autora destaca que essa entrada das mulheres no mercado de trabalho tem um marcador racial importante, pois se referem às mulheres brancas, considerando que as mulheres negras sempre trabalharam, dentro e fora de casa.

ganhadeiras e quituteiras, transformando as feiras em espaços de poder econômico e simbólico, organizadas em redes econômicas para comprar alforrias e sustentar movimentos de resistência, como a greve de 1857 (Reis, 2019).

Ou seja, empreender, insere-se em um marcador de classe, gênero e raça. Porque quem lança mão do empreendedorismo, de forma mais subalternizada, é a classe trabalhadora que, para sobreviver só tem sua própria força de trabalho, ainda mais os que estão alijados de acesso do mercado de trabalho formal. O exemplo das ganhadeiras e quituteiras, no período do Império, revelam as alcovas do empreendedorismo, antes de sua recente glamorização, mostra que esse fenômeno, desde o império, tem gênero e raça.

Num breve recorte histórico, importa ainda salientar que o processo de industrialização do Brasil não só formalizou as profissões que importavam para o processo produtivo, como excluiu a população negra “recém-liberta”, empurrando as mulheres (em especial mulheres negras) para os trabalhos informais, dentre eles o trabalho doméstico³. (Quintão, Barros e Reis, 2020)

O capitalismo não é apenas um sistema econômico que utiliza a força de trabalho é um sistema que depende do trabalho para auferir seus lucros, como visto no tópico anterior, de uma maneira que é, ao mesmo tempo, a fonte de sua vitalidade e o estopim de suas contradições mais profundas. Para manter essa “engrenagem” precisa estabelecer um mecanismo de produção e reprodução da força de trabalho. Assim foram atribuídos trabalhos distintos para homens e mulheres, essenciais para a manutenção do capital.

Estabelece-se, assim, um sistema de opressão de classe, indissociável de gênero e raça, desde seus primórdios, com especial destaque no Brasil.

Desde o século XIX, o capitalismo se consolidou estabelecendo uma divisão sexual e social do trabalho. Com a separação de papéis e espaços, sob o modelo da família burguesa, com apoio da igreja protestante, sob o argumento da “destinação natural”. Essa lógica estabeleceu as bases para a divisão sexual do trabalho, polarizada entre “homens provedores e mulheres cuidadoras.” (Sousa e Guedes, 2016)

³ Segundo as autoras estas mulheres negras trabalhavam nas casas das mulheres brancas, que estavam ingressando no mercado de trabalho.

No Brasil, essa lógica foi favorecida pela colonização portuguesa e a igreja católica, agregando a essa dinâmica, as bases de opressão e subalternização, herdadas pelo trabalho escravizado de pessoas negras. Neste contexto, as mulheres negras não só trabalhavam fora, mas também, dentro das casas (suas e das mulheres brancas). (Quintão, 2022)

Logo, pode-se afirmar que a organização do trabalho na sociabilidade capitalista carrega um forte juízo de valor, com base em parâmetros burguês-cristão. Designam os homens para o trabalho realizado fora de casa, reconhecido como “produtivo” e gerador de riqueza, posicionando-os como provedores e atores decisivos no processo de produção, isentos de qualquer responsabilidade doméstica. E as mulheres, devem ficar confinadas em casa, no trabalho tido como “improdutivo”, não-remunerado, que consiste em desenvolver todas as tarefas da casa e de cuidado com os filhos, doentes e o marido, como cuidadoras, numa espécie de retribuição ao sustento provido pelos homens, como se não contribuísse para a economia (Faria, 2011).

Segundo Bhattacharya (2019), neste processo de organização do trabalho, mesmo que inferiorizadas e subalternizadas, as mulheres são as responsáveis pela reprodução social do sistema capitalista.

Esta reprodução social pode ser percebida em três processos interdependentes, sem custo algum para o sistema capitalista, através das mulheres, mantendo a “engrenagem” do capitalismo funcionando: atividade de regeneração do trabalhador fora do processo de trabalho, para que o trabalhador seja capaz de retornar ao trabalho (cuidados domésticos); atividades de regeneração de não-trabalhadores, que estão fora do processo de produção (futuros ou antigos trabalhadores); reprodução dos trabalhadores propriamente dita (dar à luz). (Bhattacharya, 2019)

Compreendendo a divisão sexual do trabalho e o papel desempenhado pelas mulheres no sistema capitalismo, pode-se concluir que a produção e reprodução social são partes de um mesmo processo de sustentação do sistema capitalista, fortemente sustentada pela opressão de gênero (Bhattacharya, 2019).

Embora as lutas feministas do século XX tenham questionado esse modelo de sociabilidade e provocado transformações socioculturais, estas não foram

suficientes para desmontar o sistema capitalista e nem trazer mudança a todas as mulheres, de igual forma. (Quintão, 2022)

As mulheres passaram a ocupar, massivamente, o mercado de trabalho, mas o movimento inverso não ocorreu, pois os homens não ocuparam o trabalho doméstico dentro das casas. Na verdade, a participação das mulheres no trabalho produtivo acumulou com o trabalho improdutivo, gerando sobrecarga.

Esta questão traz questões ainda mais complexas se considerados os marcadores raciais ao tema. A luta pela ocupação do mercado de trabalho, travada por mulheres brancas de classe média, partia de uma realidade completamente diferente daquela vivida por mulheres negras, que nas relações de opressão colonial, sempre ocuparam ambos os espaços, trabalhando “como homem”, mas sem serem reconhecidas nem sequer “como mulher”. Destaca-se essa realidade no discurso de Sojourner Truth, proferido em 1851 e resgatado por bell hooks⁴. Veja abaixo:

Esse homem aí há pouco disse que as mulheres precisam de ajuda para subir às carroagens e levantadas sobre as poças, e de me cederem os melhores lugares ... e não sou eu uma mulher? Olhem para mim! Olhem para os meus braços! (ela arregaçou a manga direita da camisa) Eu lavrei, plantei e colhi para os celeiros e nenhum homem podia ajudar-me – e não sou eu uma mulher? Eu posso trabalhar tanto quanto qualquer homem (quando eu puder fazê-lo) e ser chicoteada também – e não sou eu uma mulher? Eu dei à luz cinco crianças e vi todas serem vendidas para a escravatura e quando chorei a minha dor de mãe, ninguém senão jesus ouviu – e não sou eu uma mulher?” (hooks, 2009, p. 115)

Este discurso pode ser transportado para diversos cenários, especial para o contexto escravagista da história brasileira. A colonização e a escravização da população negra forjaram o que se comprehende sobre trabalho no Brasil e trouxe um conjunto único de opressões para as mulheres negras, que sempre trabalharam nas casas, nos serviços domésticos, mas sempre de forma invisibilizada e sem valor econômico, acumulando múltiplas atividades, trabalhando lado a lado com os homens, dentro e fora de casa, sem o devido reconhecimento (DAVIS, 2016).

Reforça-se, assim, que a divisão sexual do trabalho não é apenas mecanismo de dominação de gênero, mas nele se atravessam as questões raciais, somando um

4 O discurso de Sojourner Truth foi realizado em 1851, na Convenção pelos Direitos das Mulheres em Akron, Ohio e foi um marco para o movimento feminista e abolicionista. Sob o título "Ain't I a Woman?" ("Não sou eu ma mulher?"), questionou a exclusão das mulheres negras do movimento feminista, destacando o trabalho árduo enfrentado por elas. (<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth - 2014>)

conjunto de pilares que sustentam o sistema capitalista, hierarquizando a sociedade por classe, gênero, raça e território.

1.3 Trabalho, Empreendedorismo e Gênero

A atual fase do capitalismo, marcada pela hegemonia neoliberal, tem promovido profundas transformações no mundo do trabalho. A reestruturação produtiva, a flexibilização das leis trabalhistas e a retração do Estado nas políticas sociais configuram um cenário de instabilidade e insegurança para a classe trabalhadora. (Quintão, 2022)

A exaltação do empreendedorismo nos tempos atuais, sob a argumentação de que o trabalhador se torna “dono da sua própria força de trabalho”, não só parece resolver crises do mercado de trabalho formal, mas oculta sua verdadeira natureza. Um sofisticado mecanismo neoliberal de desmonte da proteção social. (Netto, 1993)

É nesse contexto de crise estrutural do capital e de desmonte do trabalho formal e protegido que a ideologia do empreendedorismo emerge com força avassaladora.

Apresentado como a antítese do trabalho assalariado e como um caminho para a "autonomia", "realização pessoal", o discurso pró-empreendedorismo oculta sua verdadeira função: naturalizar a precarização e individualizar as respostas a um problema que é eminentemente coletivo e estrutural, transferindo para a classe trabalhadora, e de forma ainda mais acentuada para as mulheres, a responsabilidade integral pelos riscos sociais que historicamente foram objeto de políticas públicas e direitos sociais. (Behring & Boschetti, 2006).

Este processo, que Antunes (2018) analisa como parte da nova morfologia do trabalho, resulta na corrosão dos laços de solidariedade de classe, na pulverização dos trabalhadores em unidades isoladas e concorrentes e, em última análise, na intensificação da “autoexploração”, faz com que o trabalhador “empreendedor”, além de ter que assumir, por sua conta e risco, a materialização do seu trabalho e sobrevivência, esteja subordinado diretamente ao mercado, sem proteção alguma. Assim, Antunes (2018) vai definir esse trabalhador “empreendedor de si mesmo”

como o novo proletariado de serviços sob uma pretensa autonomia que, na prática, não se realiza.

Essa luta por sobrevivência individual, no mercado, substitui a luta coletiva por direitos e agrega à questão social⁵, novas expressões, nos termos de Iamamoto (2007), não como uma contradição a ser enfrentada pelo Estado, mas como um problema de gestão pessoal, definindo o empreendedorismo como uma manifestação da barbárie social e uma resposta individualizada às expressões agudas da questão social, que demandariam, na verdade, respostas coletivas e universais.

O empreendedorismo atua como um sofisticado mecanismo de ataque aos direitos sociais, à proteção do trabalho e à consciência de classe. Trata-se, portanto, de uma ofensiva do capital que, ao individualizar o fracasso e atacando, diretamente, as bases materiais e organizativas da classe trabalhadora, aprofundando sua exploração sob a égide do consentimento. A atomização máxima da classe trabalhadora, diluindo a figura do patrão, que vira "cliente", da "plataforma" ou do "mercado", e a ausência de direitos (férias, descanso semanal remunerado, seguridade social) é rebatizada de "flexibilidade" e "autonomia".

O avanço do empreendedorismo como política de Estado – através de programas de microcrédito, simplificação de regimes tributários (como o MEI, no Brasil) e cursos de "gestão" – não é acidental. Trata-se de um projeto político de substituição deliberada da proteção social do trabalho pela autogestão do risco.

A lógica é perversa: ao invés de o Estado garantir direitos universais como aposentadoria, seguro-desemprego, licença-maternidade e saúde pública, ele "capacita" o indivíduo para que ele mesmo se torne o provedor de sua própria segurança social através do mercado. A responsabilidade pela proteção, antes um dever coletivo e estatal, é privatizada e pulverizada. Isso representa um ataque frontal ao cerne da Política Social e do Serviço Social. Como aponta Santos (2020), a seguridade social, conquistada através de árduas lutas da classe trabalhadora, é corroída por dentro. O "trabalhador-empreendedor" fica à margem do sistema

5 A questão social é compreendida como a expressão das contradições fundamentais da sociedade capitalista. É o conjunto das manifestações políticas, sociais e econômicas do conflito estrutural entre o capital e o trabalho. Está intrinsecamente ligada à lei geral da acumulação capitalista e se manifesta no pauperismo, na desigualdade, na exploração e na resistência da classe trabalhadora, que, ao produzir socialmente toda a riqueza, se vê apartada dos frutos do seu trabalho, apropriados de forma privada pela classe burguesa. É o antagonismo que estrutura a sociedade capitalista e que dá origem às múltiplas expressões da desigualdade social.

previdenciário contributivo, dependendo de sua capacidade individual de gerar renda para sobreviver na doença e na velhice, o que o torna extremamente vulnerável às flutuações do mercado.

No que tange ao gênero⁶, em especial as mulheres, o neoliberalismo também estabelecem estratégias ostensivas. Ele se aproveita e reconfigura a divisão sexual do trabalho, que historicamente relegou às mulheres a esfera da reprodução social – o trabalho doméstico e de cuidados, essencial para a reprodução da força de trabalho e, portanto, para a própria acumulação capitalista (Frederici, 2017).

Através de uma análise interseccional, a análise da relação entre empreendedorismo e gênero traz à superfície que o fomento ao "empreendedorismo feminino" é nada mais, nada menos, que uma sofisticada estratégia neoliberal que, ao apoiar-se numa narrativa pautada no feminismo, intensifica a exploração, sobrecarregando as mulheres com duplas e triplas jornadas de trabalho – a produtiva, a reprodutiva e, agora, a de "gestora de si mesma". (Fraser, 2011; Frederici, 2017)

A figura da "mulher empreendedora" é ideologicamente mobilizada para mascarar a ausência de políticas de emprego, e, sobretudo, políticas voltadas à mulher trabalhadora, e a precarização estrutural e o desmantelamento da segurança social e sua glamourização é uma peça-chave nesta engrenagem da acumulação capitalista. O discurso neoliberal apropria-se da legítima busca feminina por autonomia e a canaliza para o empreendedorismo individual, vendendo a imagem de uma mulher "guerreira" e "multitarefa" que "dá conta de tudo": do negócio, da casa, dos filhos. (Fraser, 2011; Frederici, 2017)

Na prática, isso se traduz em:

- Intensificação do Trabalho da mulher: a mulher empreendedora, muitas vezes atuando a partir de casa (artesanato, alimentação, beleza), não se desvincula do trabalho reprodutivo. Pelo contrário, as esferas da produção e da reprodução se fundem, levando a uma jornada de trabalho ininterrupta e sem fronteiras.

6 Gênero é aqui compreendido como uma relação social de poder, estruturante da sociedade capitalista, que se assenta na divisão sexual do trabalho e hierarquiza o masculino e o feminino, atribuindo à mulher a responsabilidade primária pela esfera reprodutiva. Essa divisão não apenas produz desigualdades, mas é funcional à acumulação de capital, pois invisibiliza e desvaloriza um trabalho que é fundamental para a manutenção do sistema. (Frederici, 2017)

- Mascara a Precariedade: O empreendedorismo feminino é frequentemente a única alternativa para mulheres com dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal (especialmente mães, devido à ausência de políticas sociais de apoio, como creches em tempo integral). Essa situação, que é uma consequência da falência da proteção social (um êxito do neoliberalismo), é apresentada ideologicamente como uma "escolha" virtuosa.
- Individualização do fracasso: A narrativa da "super-mulher" ignora as barreiras estruturais (falta de crédito, sobrecarga com o trabalho de cuidado, desigualdade de poder) e atribui o fracasso exclusivamente ao mérito e esforço individual, desmobilizando a luta por direitos e políticas públicas universais. Apresentando, os casos de "sucesso" como instrumento ideológico para convencer que todas podem.

Saffioti (1987) já demonstrava como o capitalismo se articula com o patriarcado para otimizar a exploração. O empreendedorismo feminino neoliberal é a versão contemporânea e mais sofisticada dessa articulação, na qual a exploração é reempacotada como "empoderamento".

Longe de ser um caminho de liberação, o empreendedorismo massificado sob o neoliberalismo funciona como um potente instrumento ideológico e material de fragmentação da classe trabalhadora e de destruição dos direitos sociais. Ele individualiza a pobreza, culpabiliza o trabalhador e mascara as relações de exploração sob o véu da autonomia e da flexibilidade. (Harvey, 2006)

Para as mulheres, essa armadilha é ainda mais cruel. A figura da "mulher empreendedora" é o "cavalo de troia" neoliberal que, sob a bandeira do empoderamento, intensifica a jornada de trabalho, apropria-se do trabalho reprodutivo e desarticula a luta feminista por direitos coletivos e políticas públicas universais. (Santos, 2020)

Com base nas reflexões da historiadora Margarete Rago (1985), a dupla jornada de trabalho das mulheres é compreendida como um fenômeno profundamente enraizado nas estruturas patriarcais e capitalistas da sociedade moderna. Assim, ao analisar a produção dos regimes de poder e verdade que moldam os corpos e subjetividades, demonstra como o trabalho doméstico e de cuidado foi historicamente construído como uma "natureza" ou "obrigação moral" inerente ao feminino, e não

reconhecido como trabalho efetivo. Essa naturalização, operada por discursos médicos, psicológicos, religiosos e educacionais, criou uma tecnologia de gênero que confina a mulher à esfera privada, responsabilizando-a exclusivamente pela reprodução da força de trabalho.

No capitalismo, a divisão sexual do trabalho é fundamental: enquanto a produção (esfera pública) é valorizada e remunerada, a reprodução (esfera privada) é invisibilizada e não-paga, criando uma exploração específica sobre as mulheres, que devem performar ambas as funções. Essa dinâmica assume contornos ainda mais perversos quando intersectada com a questão racial, atingindo com maior intensidade as mulheres negras. Conforme Rago (1985), explora as relações entre poder, saber e subjugação, a herança escravista e o racismo estrutural posicionaram historicamente a mulher negra em uma condição de hiperexploração.

No Brasil, as mulheres negras e pardas, não só estão majoritariamente inseridas no mercado formal de trabalho em ocupações mais precarizadas e com menores remunerações – muitas vezes como domésticas, cuidando da casa e dos filhos de outras mulheres – como também são sobreexpostas com o trabalho doméstico em seus próprios lares. Esta dupla ou até tripla jornada é, portanto, um produto da interseccionalidade entre o patriarcado, que delega o cuidado à mulher, e o racismo, que secularmente desumanizou e explorou os corpos negros, negando-lhes o direito à própria domesticidade e ao descanso. Dessa forma, a experiência da mulher negra evidencia a forma como as tecnologias de gênero e raça se articulam para sustentar um modelo econômico que se beneficia de seu trabalho incessante e subvalorizado, tanto na esfera produtiva quanto na reprodutiva.

Emprega a tarefa de uma análise crítica, especialmente no campo da Política Social, é desvelar essa miragem. É preciso reafirmar que a verdadeira autonomia não reside na gestão individual da própria miséria, mas na luta coletiva por trabalho digno, com direitos, proteção social universal e pela superação de uma sociabilidade que transforma a vida em mercadoria. A alternativa ao trabalho precarizado não é o empreendedorismo precarizado, mas a organização política da classe trabalhadora contra a lógica destrutiva do capital.

1.4 Trabalho e Território

Ainda em uma perspectiva interseccional, importa agregar um importante marcador nessa análise: território. Pois, o território não é apenas o chão físico de um lugar, um espaço físico qualquer, é um lugar em uso, e neste caso, apropriado pelo capital para gerar riqueza (Santos, 2000). Nesse sentido, a expansão e o desenvolvimento dos territórios, por uma perspectiva de modernidade, estão intimamente ligados ao desenvolvimento capitalista e à forma que vai se expandindo a industrialização. (Lefebvre, 1970)

É no território onde se geram as desigualdades e se manifestam as contradições da sociabilidade capitalista, em especial, neste debate, para as mulheres trabalhadoras. Segundo Lefebvre (1999), o território, numa sociabilidade capitalista, é idealizado para servir à acumulação de capital e ao controle social e, assim, industrialização não seria apenas uma construção de fábricas, mas a imposição de uma lógica sobre o território, transformando tudo em mercadoria.

Harvey (2006) também traz esse debate, afirmando que a industrialização e a urbanização são processos centrais na sociabilidade capitalista que, além da exploração do trabalho, depende da espoliação e expulsão para as periferias das populações subalternizadas

Pensando na realidade de países periféricos, Santos (2000) afirma que a industrialização moderna, baseada em ciência e informação, não se distribui de forma homogênea. Criou pontos de alta tecnologia e modernidade em alguns lugares do território, enquanto vastas áreas ao redor são deixadas em condições de precariedade, servindo apenas como reserva de mão de obra ou fornecedoras de recursos, aprofundando desigualdades, concentrando rendas e poder, e destruindo culturas. Nesse mesmo sentido, Smith (1988) vai debater que o capitalismo não busca igualar o território e suas desigualdades. Pelo contrário, é ele que as produz em diferentes escalas (do bairro à escala global) para lucrar com as diferenças.

No que tange às mulheres, segundo Lefebvre (2001) a industrialização impõe uma fragmentação brutal da vida, estabelecendo, de um lado, o espaço da produção, a fábrica, e de outro, o escritório o espaço da reprodução, o lar. Esta cisão, a casa, como já visto anteriormente, é seu espaço de trabalho não-remunerado, invisível e

desvalorizado, mas absolutamente essencial para a reprodução da força de trabalho que o capital explora no espaço da produção.

Neste sentido o "direito à cidade", segundo Lefebvre (2001) é, para a mulher trabalhadora, um direito negado, pois este considera o espaço urbano um território planejado por e para uma lógica masculina de produção, ignorando as necessidades do cuidado, da segurança e da vida comunitária, se materializando numa cidade sem creche, com transportes que não conectam os bairros residenciais aos serviços essenciais e com espaços públicos hostis.

Segundo Harvey (2013), o capitalismo, para sobreviver às suas cíclicas crises, precisa promover ajustes espaciais para criar novas frentes de lucro, como por exemplo, a industrialização de regiões periféricas, criando condições favoráveis para explorar o trabalho feminino, considerado mais "dócil", "barato" e descartável. Não se espoliando apenas a terra ou os recursos, mas o tempo, o corpo e a vida de mulheres, que são ancoradas nesses territórios industriais precários.

Milton Santos (2006) também denunciou a desigualdade da fragmentação do território, verticalizando os espaços economicamente relevantes e horizontalizando os espaços da vida cotidiana, do lugar, da vizinhança, empurrando para as periferias os "menos relevantes". Assim, segundo esse autor, o "território usado"⁷ é construído para atender a lógica predadora do capital.

Neste sentido, ao olhar os efeitos nefastos do capitalismo e da globalização a partir do chão da fábrica e da periferia, não é de territórios destinados à classe trabalhadora não são "aldeias globais", mas a imposição de uma sociabilidade que estabelece uma desigualdade estrutural e estruturante da vida da classe trabalhadora e, em especial das mulheres trabalhadoras.

Sobre isso, a teoria do "desenvolvimento desigual", Smith (1988) se torna crucial, pois afirma que o capitalismo não produz a desigualdade como um efeito colateral, porque, na verdade, precisa e se desenvolve a partir dela, produzindo propositalmente o espaço de forma desigual, empurrando para as periferias a maior parte da classe trabalhadora e, consequentemente, das mulheres trabalhadoras.

⁷ Milton Santos conceitua "território usado" como o espaço concretizado pela ação humana, onde a sociedade local exerce sua influência e manifesta a vida social, habitado, construído e reconstruído pelas pessoas através de suas ações e relações, não sendo apenas um espaço físico, mas um espaço com significado, resultado da interação entre a natureza e as artificialidades criadas pelo trabalho social. (2006)

Estas regiões são denominadas por alguns autores como zonas de sacrifício, que não um efeito colateral, mas propositadamente pensadas e planejadas para serem periferias, subequipadas de infraestrutura e serviços para baratear o custo da reprodução da força de trabalho e sofrerem, quando necessário, as consequências diretas da desigualdade, inclusive na área ambiental (Batista, 2024).

Considerando as lentes da interseccionalidade, pode-se dizer que identificar o território periférico destinado à moradia e convivência da classe trabalhadora, é onde muitas vezes, o Estado está mais ausente na forma de serviços e mais brutalmente presente na forma de repressão policial, fazendo necessária a luta contínua (com participação ativa dos movimentos feministas) por saneamento básico, asfalto, escolas, creches, dentre outros.

Neste sentido, a luta feminista também vai refletir a luta das mulheres pela requisição de serviços públicos, mas também os arranjos de sobrevivência através do trabalho, como no caso desta pesquisa, através do “trabalho por conta própria”, o empreendedorismo. Tal mobilização faz com que o Estado, muitas vezes, seja levado a responder com políticas públicas dada da mobilização dos movimentos feministas.

Sobre território, que nessa pesquisa deu ênfase ao município de Maricá⁸, podem ser destacadas algumas questões cruciais. Em sua origem, a história destaca que Maricá não escapou à regra no que se refere ao desenvolvimento urbano, seguindo os parâmetros da colonização do litoral brasileiro (Rocha, 2011).

Entre o século XVI e XVIII o território se formou e foi ocupado a partir das sesmarias para atividades com fins extrativistas, agrícolas e pastoris, mas principalmente cana de açúcar. Tendo sido elevada à categoria de Vila de Santa Maria de Maricá em 1814 (século XIX), torna-se cidade em 1889, com três distritos: 1º Distrito Sede, 2º Itapeteíú e 3º Inoã. (Rocha, 2011).

A construção da estrada de ferro, sentido Leste-Oeste, para escoamento da produção torna-se um marco para Maricá, promovendo o tráfego da produção pesqueira e bananas para outros municípios, marcando profundamente as configurações sócio-espaciais do território (Rocha, 2011).

8 “O Município de Maricá está localizado na porção sudeste do Estado do Rio de Janeiro e pertence atualmente à Região Metropolitana. Segundo o último censo Maricá possui uma população de aproximadamente 127 mil habitantes, distribuídos em 342 km2 de área territorial. Com 64 km de litoral, o município está dividido, segundo a Lei Orgânica Municipal em 04 distritos: Maricá (1), Ponta Negra (2), Inoã (3) e Itaipuaçu (4).” (Rocha, 2011, p, 84)

Com a extinção da ferrovia, dando lugar a rodovia RJ 106, que em muitos trechos corresponde com a estrada de ferro, muitos desses trechos foram reincorporados às posses dos herdeiros das fazendas que se beneficiaram do escoamento da produção por via férrea, no entanto, o que se notou em todo o município é que esse território foi ocupado por famílias de baixa renda (Rocha, 2011). Assim, pode-se dizer que as grandes fazendas do município de Maricá, enormes propriedades rurais, uma sucessão das sesmarias, ficaram sobre o poder de poucas famílias, concentrando, além das terras, o poder na cidade (Rocha, 2011).

Um marco importante no município se dá no início do século XX até o início do século XXI, em especial nas décadas de 1950 e 1970, é o desmembramento e subdivisão das grandes fazendas (Rocha, 2011). Importa destacar que este período está sincronizado com a forte industrialização do Brasil, no âmbito regional, com a inauguração da ponte Rio-Niterói, que proporcionou que diversos municípios da Região dos Lagos começassem a transicionar maioria rural para urbana, como Maricá (Holzer, 2015).

Assim, entre 1950 e 1970, foram desmembrados e divididos mais de 150 km² de terras, sendo divididos em loteamentos com lotes de 360 a 450m², totalizando, no final dos anos 1970, um quantitativo entre 90.000 e 110.000 lotes. Contudo, a ocupação até o início dos anos 2000 não passava de 30% (Holzer, 2015).

A expectativa dos empreiteiros era que estes lotes fossem ocupados por faixas da classe média que, em seus veículos, fariam o deslocamento para os centros de negócios localizados no Rio de Janeiro e Niterói, pretendendo-se torná-la como “cidade dormitório” (Holzer, 2015). Os motivos identificados para esse baixo índice de ocupação foram alagamentos e/ou local de segunda moradia ou veraneio, como Holzer apresenta abaixo.

No entanto, esses empreendedores, cometeram um erro, que hoje pode ser constatado: privilegiaram áreas com grande beleza cênica, preferencialmente voltadas para o mar ou para lagunas costeiras, em detrimento da acessibilidade ou onde o risco ambiental da ocupação seria menor. O fato é que essas áreas costeiras são constituidas em grande parte por terrenos sujeitos a alagamento ou permanentemente alagados. As opções pela bela paisagem, ou pela cidade balneária, se mostraram totalmente inviáveis para a maior parte dos compradores dos lotes que, simplesmente os abandonaram, gerando uma oferta excessiva de terra que levou o custo do metro quadrado praticamente a zero. (...) uma parcela considerável das residências neles construídas são destinadas ao lazer de final de semana, ou seja, são utilizadas como segunda residência. (Holzer, 2015, p. 74-75)

Neste sentido, com terras mais baratas para moradia, devido à não ocupação dos loteamentos como especulado à altura, é

a população de menor renda que reside no município é impelida a permanecer nele trabalhando no próprio município, por conta das dificuldades de deslocamento, ficando sujeita ao pagamento de salário próximo ao mínimo. (Holzer, 2015, p. 78)

Isso se deve à distância do município dos grandes centros econômicos, cujo deslocamento é facilitado se for realizado de automóvel, cujas as passagens de ônibus são dispendiosas para o trabalhador e/ou a empresa. Muito embora, nos últimos anos tenha havido investimento através de políticas municipais, estaduais e federais de complementação de renda, subsidiando, inclusive, o transporte público, tema a ser explorado no próximo capítulo, que provocou um grande crescimento demográfico desde 2020.

Sobre o que se discorreu anteriormente em relação ao território e sua relação com a industrialização/ centros econômicos do sistema capitalista, empurrando para as periferias certas populações, cabe destaque em relação ao município de Maricá. Segundo o SEBRAE (2024), que levantou dados da RAIS⁹ de 2022, o número de pessoas empregadas no município teve uma elevação de 17,14%, totalizando 32,124 empregados, com o salário médio de R\$ 3.086,46, representando uma queda em relação ao ano anterior.

Sobre os setores no município que mais empregam, cabe destacar a administração pública, com mais de 8 mil postos de trabalho, o comércio varejista, com mais de 6 mil postos de trabalho e os serviços especializados para a construção civil, com cerca de 3 mil postos de trabalho. Ainda segundo o SEBRAE (2024), no ano de 2022, mais de 40% dos trabalhadores eram do sexo feminino, com uma remuneração média de R\$ 3.411,22.

No entanto também importa destacar que, segundo dados da Receita Federal do Brasil (SEBRAE, 2024) o total de estabelecimentos com registro até 2024, mais de 80% do comércio varejista do município são MEIs¹⁰ (cerca de 30 mil), apenas 12.7% são Microempresa, não chegando a 5 mil estabelecimentos e apenas 1.87% são Empresas de Pequeno Porte, um pouco mais de 689 estabelecimentos.

9 Relação Anual de Informações Sociais

10 Microempresário Individual

Sobre o perfil socioeconômico a concentração de renda no município de Maricá é relativamente inferior à média estadual, concentrando as faixas de menor poder aquisitivo (E e D), representando 54,9% do total de remunerações da cidade, enquanto as classes mais altas representam 14,3% (Caravela, 2024).

Pode-se afirmar, diante dessas informações, que o território de Maricá, se caracteriza como um território periférico, em relação aos grandes centros econômicos, com um mercado de trabalho, predominantemente marcado pela presença de mulheres e MEIs, corroborando com o debate interseccional destes dois últimos tópicos.

Assim, mais do que nunca o tema desta pesquisa é pertinente, dada a realidade social que se apresenta, principalmente no que tange ao trabalho, empreendedorismo e precarização, mulheres, negritude e o território de Maricá, que diante dos desafios contemporâneos do mercado de trabalho local e as requisições do sistema capitalista, tem apresentado, através dos últimos governos (desde 2009) políticas sociais voltadas para o incentivo e proteção do empreendedor.

CAPÍTULO 2: POLÍTICA SOCIAL E TRABALHO NO BRASIL

As políticas sociais no Brasil emergem, de forma mais ampla, com a ênfase dada pela industrialização, enquanto florescimento de uma forma de capitalismo mesmo tardio¹¹. É, nas décadas de 30 e 40 do século passado, que se reconfigura o *ethos* do trabalho no país. O trabalho, anteriormente, era destinado e associado a pessoas escravizadas, mas com a chegada das fábricas surge uma nova identidade de trabalhador, homem honrado, patriota e socialmente protegido. No entanto, nessa transição, a elite brasileira parecia ignorar as sérias questões advindas do trabalho escravo remanescente, as quais não foram consideradas; não se regularizou as profissões e não se eliminou as corporações coloniais de ofício (Santos, 1987).

Segundo Gomes (1999), a pobreza só passa a incomodar, quando começa a atrapalhar o desenvolvimento das relações capitalistas, essencialmente ligadas ao mercado de compra e venda da força de trabalho. No Brasil, essa dinâmica se intensifica após a Proclamação da República, no país. A organização do mercado de trabalho e da implementação de legislações trabalhistas, previdenciárias, sindicais e da Justiça do Trabalho foi uma estratégia político-ideológica, promovendo um novo valor atribuído ao trabalho e ao trabalhador:

O trabalho precisava ser visto como um ato de criação fundamentalmente humano; um ato de dignificação e espiritualização do homem, pelo qual ele se integrava à sociedade em que vivia. Uma política de organização científica do trabalho devia encontrar o equilíbrio entre os esforços de mecanização da produção (essenciais à industrialização dos países) e a proteção dos valores humanos e cristãos do trabalhador brasileiro.” (Gomes, 1999, p. 59).

Essa abordagem permitia ao trabalhador assegurar a “aquisição de riqueza” e a cidadania. Destacava-se a relevância de possuir a carteira assinada e ser

11 Francisco de Oliveira (2003) define o capitalismo tardio brasileiro como uma combinação de desigualdades, onde a expansão capitalista ocorre introduzindo novas relações no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo. Ele argumenta que a expansão do capitalismo no Brasil não pode ser entendida de forma autônoma, pois está intrinsecamente ligada ao sistema capitalista mundial. Ademais, enfatiza que a industrialização brasileira foi construída sobre uma base de acumulação capitalista relativamente pobre, refletindo mais uma luta interna de classes do que um simples reflexo das condições globais.

reconhecido como cidadão; Santos chama de “certidão de nascimento cívico” (1987, p. 69).

É crucial considerarmos que, segundo Santos (1987), com o surgimento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1947, a legislação estabeleceu um regime uniforme de benefícios para todos os trabalhadores regidos pela mesma. No entanto, uma parcela relevante de trabalhadores ficou de fora do amparo legal, como os trabalhadores rurais, as empregadas domésticas e os profissionais autônomos; mesmo sendo ativos economicamente e fazendo parte do processo de acumulação indiretamente. Kerstenetzky (2012) trata que a proteção social permaneceu limitada aos setores urbano-industriais e também aos interesses de grandes proprietários de terra. Como exemplo, podemos citar que até hoje a reforma agrária não foi realizada e mantemos um grande contingente de trabalhadores informais. Para entendermos bem esse cenário, o levantamento histórico dos PNADs de 1940 a 1980 apresenta os seguintes dados:

Tabela 1 – População economicamente ativa, ocupada, por sexo, segundo a posição na ocupação – 1940-1980

Posição na ocupação	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA OCUPADA, POR SEXO (1000 PESSOAS)									
	1940		1950		1960		1970		1980	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
TOTAL	11958,9	2799,6	14609,8	2507,6	18673,2	4076,9	23218,1	6120,4	30766,2	11505,4
Empregados	5438,8	1175,2	7064,3	1602,9	8532,0	2363,8	11896,0	4297,5	19341,8	8727,8
Empregadores	342,0	20,8	607,6	21,3	406,7	18,8	424,1	21,1	967,4	113,0
Autônomos	4077,4	622,1	4508,0	369,2	7097,3	880,1	8827,0	1168,0	8737,9	1808,0
Membros da família (1)	1944,1	835,6	2401,3	506,7	2601,3	805,4	2062,8	632,8	1508,1	723,3
Outros	156,6	145,9	28,6	7,5	35,9	8,8	8,2	1,0	211,0	133,3
Atividades agrícolas (2) (3)	8528,6	315,6	609,0	60,9	1180,0	228,3	1832,7	257,7	1120,1	625,2
Empregados	3011,4	266,4	3365,5	186,0	3009,2	209,1	3115,1	214,8	4310,4	531,0
Empregadores	239,9	16,3	322,8	10,0	221,8	8,8	202,7	6,4	312,5	11,2
Autônomos	3326,8	207,5	3602,9	111,9	5424,9	278,7	6527,8	442,3	5030,1	440,7
Membros da família (1)	1906,0	804,4	2307,8	452,5	2523,3	731,6	1986,8	594,2	1411,8	633,3
Outros	44,5	21,0	10,0	0,5	0,8	0,1	0,3	0,0	55,3	9,0
Atividades não-agrícolas (4)	3430,3	1484,0	5000,8	1746,7	7493,2	2848,6	11385,4	4862,7	19646,1	9880,2
Empregados	2427,4	908,8	3698,8	1416,9	5522,8	2154,7	8780,9	4082,7	15031,4	8196,8
Empregadores	102,1	4,5	284,8	11,3	184,9	10,0	221,4	14,7	654,9	101,8
Autônomos	750,6	414,6	905,1	257,3	1672,4	601,4	2299,2	725,7	3707,8	1367,3
Membros da família (1)	38,1	31,2	93,5	54,2	78,0	73,8	76,0	38,6	96,3	90,0
Outros	112,1	124,9	18,6	7,0	35,1	8,7	7,9	1,0	155,7	124,3

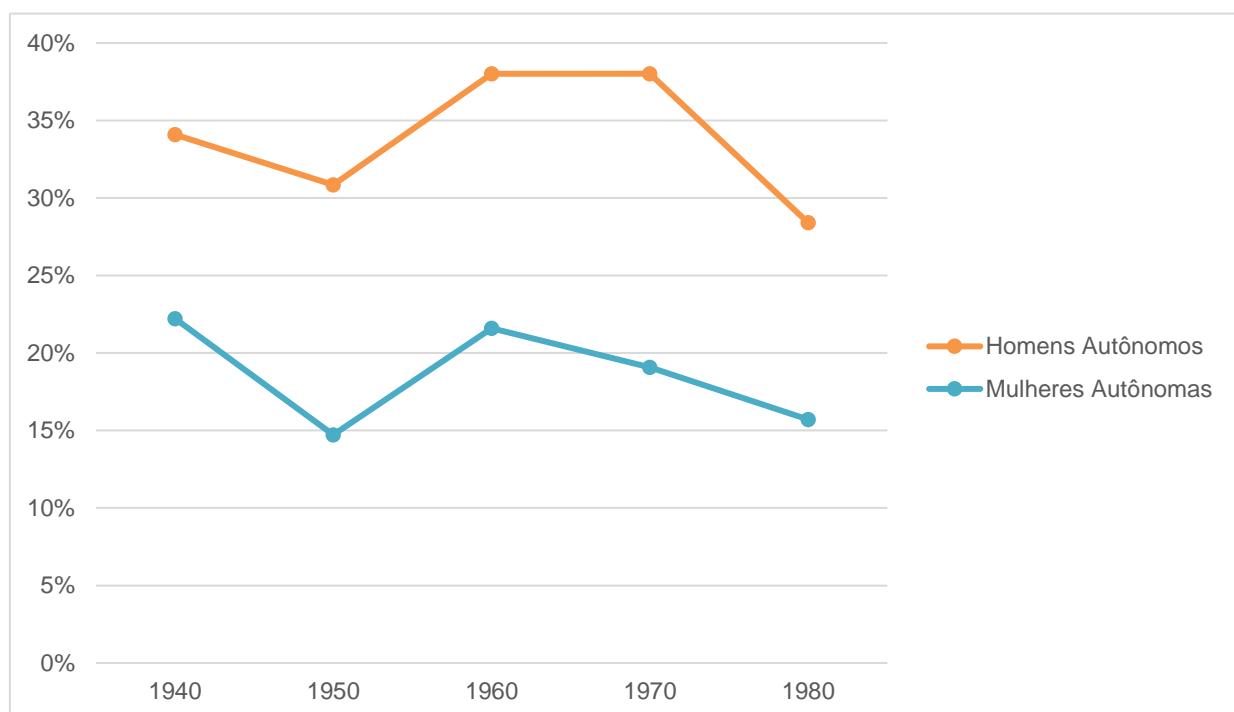
Fonte: IBGE, 1987

(1) Membros não remunerados da família. (2) Em 1940, 1950 e 1960, inclui-se a indústria extrativa mineral, além da indústria extrativa vegetal e da agricultura, pecuária e silvicultura.

(3) Em 1970 e 1980, inclui-se neste grupo a indústria extrativa mineral. (4) Estão incluídos 69,5 mil homens e 14,7 mil mulheres classificados na classe de atividade de serviços auxiliares da agricultura e da pecuária no ramo serviços auxiliares das atividades econômicas. Estas pessoas foram distribuídas pelas diferentes posições na ocupação, conforme a participação relativa de cada posição no grupo atividades agrícolas.

De acordo com o IBGE (1987), a classificação como autônomo inclui profissionais meeiros, por conta própria ou parceiros¹². Conseguimos extrair algumas informações importantes dessa tabela. Mesmo com a CLT a porcentagem de trabalhadores autônomos não tem grande oscilação entre os anos. Também podemos considerar que a porcentagem mulheres e homens autônomos aumenta e diminui na mesma proporção, que podemos observar abaixo.

Gráfico 1 – Porcentagem de homens e mulheres autônomos entre 1940-1980



Fonte: Elaboração própria

Ou seja, o mercado informal de trabalho desde os anos iniciais da industrialização, e mesmo após a CLT, era consideravelmente significativo e propositivo. Oliveira (2003) trata dessa proposição ao analisar o surgimento do

12 “Em 1940, foram inqueridos o número e o sexo das pessoas maiores e menores de 15 anos que se achavam trabalhando no estabelecimento, na data do Censo, sendo distinguidas ainda as categorias de pessoal permanente, englobando o responsável pela exploração, membros de sua família, colonos e empregados em atividades agropecuárias, de caráter permanente, no dia do recenseamento. Também foram levantados os números do pessoal temporário admitido para “executar serviços ocasionais ou extraordinários nos estabelecimentos”. Em 1950, uma nova categoria de trabalhadores foi introduzida: os parceiros, pesquisados segundo o sexo, a idade (menores e maiores de 15 anos) e a condição da residência (se no estabelecimento ou fora dele).” (IBGE, p. 271-272, 1987)

capitalismo no Brasil pós-1930 com a utilização da teoria do subdesenvolvimento do país e sua conexão com o sistema capitalista global.

O ‘subdesenvolvimento’ pareceria a forma própria de ser das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo, em ‘trânsito’, portanto, para as formas mais avançadas e sedimentadas deste; todavia, uma tal postulação esquece que o “subdesenvolvimento” é precisamente uma ‘produção’ da expansão do capitalismo. (...) Penetrado de ambiguidade, o ‘subdesenvolvimento’ pareceria ser um sistema que se move entre sua capacidade de produzir um excedente que é apropriado parcialmente pelo exterior e sua incapacidade de absorver internamente de modo produtivo a outra parte do excedente que gera. (...) [Foi a teoria do subdesenvolvimento] nos últimos decénios que contribuiu para a não-formação de uma teoria sobre o capitalismo no Brasil, cumprindo uma importante função ideológica para marginalizar perguntas do tipo ‘a quem serve o desenvolvimento económico capitalista no Brasil?’ (p. 32-34).

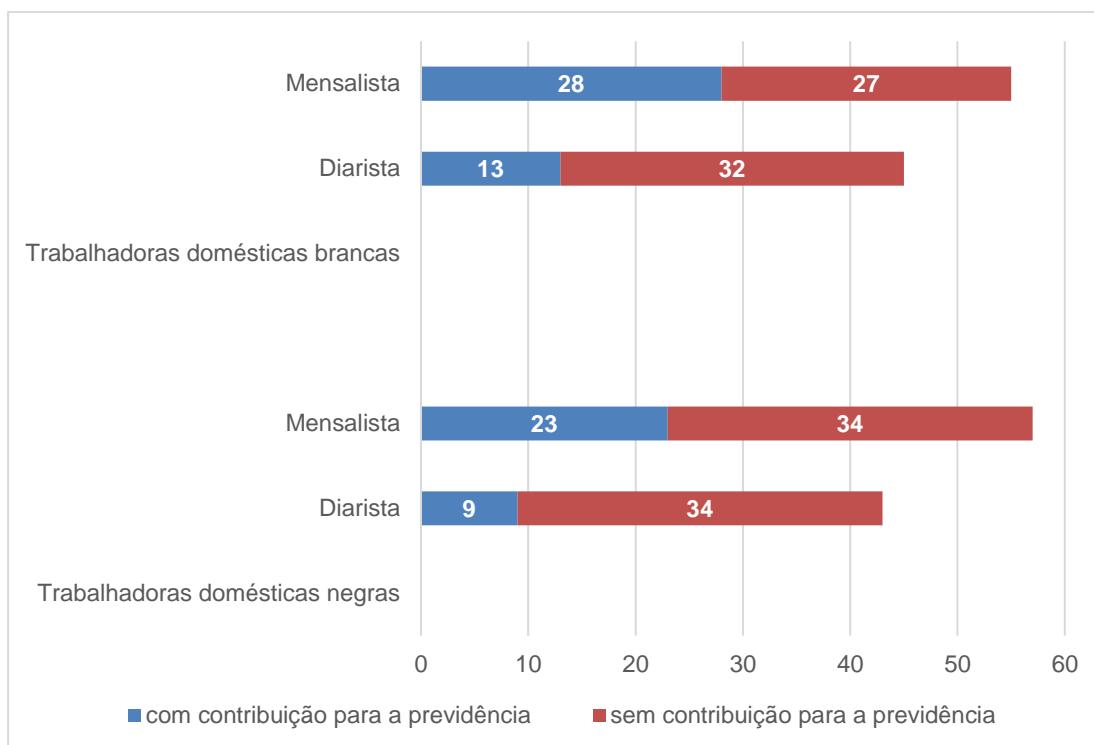
O autor traz que a proposição da formação de mão de obra no país resulte na distinção entre cidadãos e não-cidadãos (Santos, 1987), e os mais impactados eram os libertos e seus descendentes. Podemos observar isso com as classificações de trabalho nos PNADs até 1985 (IBGE, 1987):

- a) atividade econômica remunerada em moeda e/ou in natura¹³ (habitação, alimentação, vestuário, entre outros);
- b) atividade econômica com carga mínima de 15 horas por semana, prestando auxílio a um membro do lar que possua uma atividade econômica ou colaborando com instituições religiosas, benfeitoras ou cooperativas; e
- c) atividade econômica não remunerada, realizada de forma habitual, com uma carga mínima de 15 horas por semana, na condição de aprendiz, estagiário, etc.

A possibilidade de considerar a remuneração “in natura” é compactuar pelos moldes análogos à escravidão. Nos PNADs de 1979 e 1981 consideraram somente para empregado doméstico o trabalho remunerado com benefícios “in natura” – as estatísticas de 1940-1980 não traziam a raça/etnia da pessoa respondente à pesquisa. Mas, de acordo com o Ipea (2024), até 2022, o trabalho remunerado doméstico permanecia sendo realizado em sua maioria por mulheres negras.

13 Termo utilizado pelo IBGE (1987).

Gráfico 2 – Porcentagem de mulheres que trabalham com serviços domésticos em 2022



Fonte: Adaptado do Ipea (2024)

Deduzimos, assim, que, mesmo com a inclusão da trabalhadora de serviços domésticos na CLT, a predominância do trabalho informal para essa categoria recai sobre a mulher negra. Isso ilustra a realidade brasileira sobre o perfil do trabalhador com proteção e sem proteção social. Os resquícios da escravidão que permanecem a mais de cem anos. Sobre esse ponto, Lobato (2016) trata que os Estados de Bem-Estar desempenham um papel regulador no mercado de trabalho, pois são as políticas sociais, ao oferecerem bens e serviços sem considerar a inserção do indivíduo no mercado, proporcionam-lhe autonomia. No entanto, em contrapartida, à medida que as relações sociais se desmercantilizam, fortalece os trabalhadores na busca por seus direitos.

Assim, mesmo querendo desenhar um panorama do trabalho não-protégido, vamos nos ater ao trabalho do empreendedor MEI, que possui a relativa proteção social, como já vimos anteriormente. Para isso, precisamos entender como se desenhou nos últimos anos as políticas sociais para a mulher trabalhadora.

2.1 A atuação da elite brasileira na formação do Estado

Ianni (2004) traz uma análise interessante sobre a formação social brasileira. O modelo jurídico-político adotado de Estado-Nação foi “o europeu com ingredientes norte-americanos, inspirado no liberalismo, constitucionalismo, divisão de três poderes, democracia e cidadania; sem maiores compromissos com a efetivação desses princípios e ideais.” (p. 44). O autor expõe que em todo momento da história foi construído uma narrativa ou lemas como quem vivia-se uma guerra entre os bons e os maus com palavras de ordem para a “missão civilizatória do Estado” (p.45): Independência ou Morte (1822), Ordem e Progresso (1889), Nacionalismo e Industrialização (1930), Segurança e Desenvolvimento (1964) e Nova República (1985). Para o autor, a “elite” brasileira trata o povo, como se necessitasse ser criado e tutelado, de cima para baixo, pois era um risco essa composição entre indígenas, negros e brancos, e a relação entre dominantes e subalternos.

As políticas sociais foram uma forma de controle para construir um novo ideário social industrializado de acordo com os interesses internacionais do capital. O modelo de “cidadania regulada”, nominado por Santos (1987), não mudou no período de 1946-1964 e não só perpetuou como se transformou durante a ditadura militar (1964-1985).

A violação da ordem democrática, em 1964, colocou em recesso a dimensão democrática da cidadania brasileira. As cassações de mandatos e de direitos políticos que se seguiram, a extinção dos partidos políticos, em 1966, o fechamento de diversas associações civis e a intervenção maciça nos sindicatos evidenciam a desorganização provocada no que já havia de complexificação social do país. Voltou a sociedade brasileira a um estágio quase que pré-organizado, política e socialmente (Santos, 1987, p. 76)

Santos (*idem*) retrata que, com a restrição democrática, o Estado implementa dois novos programas denominados de “políticas preventivas”, um na área de saneamento e outro na área de alimentação supletiva de gestantes e infantis. Contudo, o autor menciona que grande parte da população desse período já é pré-cívica. O que antes a cidadania regulada poderia ser uma perspectiva, nesse contexto, “cidadania aquém dos quais o debate sobre justiça seria ocioso” (p. 78). Com o enfraquecimento dos sindicatos, o Estado retira a fixação do salário profissional (piso-

salarial). O que era a força do trabalho industrial qualificado fica à mercê das autoridades financeiras, pois até a Justiça do Trabalho foi esvaziada.

Sem embargo, a repressão salarial é um fato. Onde vai parar, pois, o superexcedente arrancado aos trabalhadores e a que fins ele serve dentro do sistema? Aqui se pré-esboça sinteticamente a resposta: o superexcedente, resultado da elevação do nível da mais-valia absoluta e relativa, desempenhará, no sistema, a função de sustentar uma superacumulação, necessária esta última para que a acumulação real possa realizar-se. (Oliveira, 2003, p. 98)

Oliveira (2003) destaca que foi o período que houve uma forte repressão aos direitos trabalhistas, mesmo com a CLT em vigor, favorecendo a precarização das condições de trabalho. Isso incentivou a informalidade do trabalho, substituição das ocupações formais e, dessa forma, menor resistência à extração da mais-valia, enquanto a relação salarial foi desconstruída, refletindo uma maior dependência do capital externo e uma crise na organização dos trabalhadores.

No entanto, a redemocratização do país foi marcada por uma crescente pressão social por direitos civis e políticos, mobilizações populares e a luta de diversos setores da sociedade, como trabalhadores, estudantes e movimentos sociais, que exigiam a redemocratização. Mas, nos chama atenção o fato que a crise econômica e a insatisfação com o regime militar contribuíram para a necessidade de um novo marco legal que garantisse direitos e liberdades fundamentais, culminando na Assembleia Constituinte de 1987-1988.

Mesmo com a aprovação de uma Constituição Federal em 1988, universalizando os direitos civis e sociais a todo cidadão brasileiro, é na mesma época que a pressão internacional, principalmente na figura do FMI (Fundo Monetário Internacional), para avançar neoliberalismo no país. Segundo Antunes (2005), a chegada à presidência de Fernando Collor de Melo traz um projeto de “modernização” país que contemplaria a “integração subordinada do Brasil nos marcos do mundo capitalista avançado” (p. 16), à vista de Lula e Brizola na esquerda, assustavam àqueles que queriam manter o *status quo*. Assim, Collor era o “improvviso necessário da ordem ante os riscos presentes no quadro eleitoral” (p. 9).

O sucateamento do nosso parque produtivo ainda atinge, de maneira aguda, o pequeno e médio capital e destrói o capital produtivo estatal. Suas consequências são, portanto, arrasadoras. Neste sentido, o Projeto Collor opera uma mudança de curso em relação ao período juscelinista e até mesmo

em relação à política econômica da fase ditatorial. Esta foi marcada por uma modernização conservadora que, embora socialmente nefasta e politicamente autocrática e perversa, permitiu uma enorme expansão do padrão de acumulação e um intenso salto industrial. A modernização contemplada no Projeto Collor acarretará a eliminação de elementos nucleares deste parque industrial. Ela é essencialmente destrutiva em relação a vários segmentos da indústria brasileira. Tudo isso faz com que a voz de Pedro Collor acabe encontrando alguma ressonância em setores do grande capital, que não têm sido direta e imediatamente beneficiários do esquema Collor. (p. 17)

Todo esse contexto promoveu um descontentamento entre os setores de elite capitalista do país. Além disso, Antunes (*idem*) ainda trata que a situação social em uma crise profunda, corrupção compulsiva, recessão e crise econômica, tensão militar, e instabilidade política e institucional levaram ao *impeachment* de Collor. Assumindo a presidência Itamar Franco promove um governo com discursos dualistas: enquanto discursava sobre o sofrimento causado pela fome, disponibilizava financiamentos aos usineiros; ao invés de impor tributos sobre o capital financeiro, optou por tributar os trabalhadores que recebiam seus salários via bancos, além de continuar com as privatizações.

Porém, ainda seguindo as bases de Antunes (2005), é com a eleição de Fernando Henrique Cardoso que o neoliberalismo assume uma nova racionalidade. Ao enfrentar a greve geral dos petroleiros, por exemplo, Fernando Henrique Cardoso adota uma postura agressiva, o que marca seu mandato. Para esse confronto, ele recorre ao TST (Tribunal Superior do Trabalho), obtendo respaldo jurídico para militarizar esse confronto. A mídia teve grande papel nisso veiculando informações sobre a greve de forma antipopular. Esse era o esforço com apoio do capital global para a privatizar a Petrobras.

Em 1994, o conjunto de reformas econômicas implementadas foram eficazes no combate à hiperinflação, ao descontrole fiscal do Estado e na estabilização do mercado. Com a estratégia de favorecer o capital global, porém para com os compatriotas regia a mão de ferro. Isso desencadeou o sucateamento do Ensino Superior, a desvalorização dos salários de professores e servidores públicos, deterioração da saúde pública, recordes de desemprego, etc. De acordo com Antunes (2005) esses acontecimentos fazem surgir uma nova sociedade urbana. Esses cidadãos se tornaram, assim, consumidores voltados a necessidades fetichizadas.

Não é demasiado lembrar que a modernização neoliberal para o Terceiro Mundo penaliza de maneira muito mais brutal e nefasta o mundo do trabalho. Despossuído, dilapidado, desqualificado, o ser social não consegue nem mesmo viver do seu trabalho. Converte-se, em largas faixas, numa classe sem trabalho, que vive da miséria da economia informal. (Antunes, 2005, p. 17).

É o que o autor trata que ao final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, o país, assim como em toda América Latina, vivencia o desemprego e a precarização do trabalho – o salário mínimo era US\$ 70, na época. E, além disso, o Brasil enfrenta o desafio da reforma agrária, com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), o mais importante movimento social e político do país, liderando essa luta.

É nesse cenário que o Partido dos Trabalhadores (PT), na figura de Luis Inácio Lula da Silva ganha as eleições. Não podemos esquecer que essa vitória aconteceu com o apoio das esquerdas brasileiras e de concessões a outros partidos de direita. Antunes (2005) lembra que o país é predominantemente conservador nos segmentos dominantes e dificilmente aceitaria mudanças ao resgate da dignidade da classe trabalhadora.

O autor apresenta que a reestruturação produtiva no país respondia às demandas da competitividade internacional através “*da lean production, do sistema just-in-time, kanban, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação, de terceirização da força de trabalho etc.*” (p. 133). Ademais, urgia uma resposta ao novo sindicalismo brasileiro que vinha se estruturando mais autonomamente e organizadamente dentro dos ambientes de trabalho.

Mas aquilo que a esquerda esperava não aconteceu, pois através dos 8 governos do PT o governo convergiu para social-democracia. Pinho (2021) trata que o país viveu nos governos de Lula e Dilma uma redução drástica da pobreza absoluta por meio de políticas públicas, aumentando o emprego formal e a valorização de 70% do salário-mínimo. A política desses governos transformou o poder de consumo de massa, significando que as reformas estruturais operadas trataram as bases excluidentes do capitalismo, mas mantiveram a competitividade político-partidária.

No primeiro mandato de Lula, foi aprovada a reforma previdenciária do setor público. Antunes (2005) fala que:

Qualquer governo de esquerda que queira diminuir efetivamente o desemprego, que pretenda avançar na busca da dignidade humana, atuaria

visando a redução da jornada e do tempo de trabalho, como reivindicam os trabalhadores e os sindicatos em todo o mundo. O que é que esta (contra)reforma da (im)previdência nos está impondo? É o contrário, é a ampliação do tempo de trabalho. As classes trabalhadoras devem trabalhar mais tempo, as mulheres devem trabalhar mais tempo, os homens devem trabalhar mais tempo, de modo que o desemprego aumente, e os lucros que decorrem dos investimentos da previdência aumentem. (p. 149)

Era mais um dos itens da agenda neoliberal que não saia da mesa do governo. No entanto, segundo Pinho (2021), a política petista em valorizar o salário acima da produtividade do trabalho, reduziu os lucros esperados, aumentando os custos das empresas. Dessa forma, conforme os governos do PT avançavam, a grande mídia, embebida pela ideia de austeridade fiscal, alarmava a sociedade sobre o excesso de gastos públicos por conta das políticas públicas.

Assim, aproveitaram a crise financeira internacional de 2008 para anunciar que Lula e Dilma aumentaram descontroladamente os gastos públicos. “As afirmações sobre a insustentabilidade da dívida pública carregam um viés ideológico ou moral, típico da maioria dos pressupostos neoliberais ao associar a dívida ao pecado” (p. 204). Outro movimento que surge foi o *lawfare* (perseguição política) contra os governos petista, a Operação Lava Jato. Esses movimentos acarretaram as manifestações populares que culminaram no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2015.

Com toda agitação do cenário político e econômico, nasce um novo sentimento na população de indignação com os rumos governamentais. Mas esse sentimento não é percebido somente no país. Desde a crise sistemática financeira global de 2008, o mundo não tem conseguido se recuperar na velocidade almejada. Assim, as mudanças no mercado e a crescente recessão econômica acabaram gerando momentos de revoltas e insatisfação com os governos. Fleury (*et al.*, 2024) dizem que são esses momentos que fomentam os discursos e governos populistas, com uma retórica antielitista, inflamam a população, ofuscando seus verdadeiros interesses que são a plutocracia e a antirregulação.

O capitalismo global não fermenta apenas o neoliberalismo, fermenta também o nazi-fascismo. O nazi-fascismo pode ser visto como um produto extremo e exacerbado das mesmas forças sociais predominantes na fábrica da sociedade mundial administrada em moldes neoliberais. Uma fábrica na qual se fabricam e refabricam desigualdades, tensões e contradições

O avanço dos ideais nazifascistas tem crescido no país desde o *impeachment* de Dilma, quando Michel Temer ascende ao poder em 2016. Fleury (et al., 2024) tratam justamente que o populismo autoritário está associado a quatro ressentimentos:

1. Frustações por acreditar que as autoridades são corruptas e insensíveis às necessidades da população e esse sentimento se dirige diretamente às burocracias estatais.
2. Desalento sobre a segurança econômica, além de ressentimentos quanto a alguns grupos minoritários, como grupos raciais/ étnicos, imigrantes, mulheres, entre outros.
3. Desconfiança quanto às políticas de redistribuição de renda.
4. Ressentimento sobre a concentração plutocrática de renda e riqueza.

Atualmente, percebemos com muita preocupação o novo governo do Donald Trump no EUA e seu impacto na economia e política no mundo todo. Em 2023, 71% da população mundial, cerca de 5,7 bilhões de pessoas, viviam em autocracias, segundo o Relatório da Democracia de 2024 do Instituto V-Dem da Universidade de Gotemburgo, além de 42 países passarem por um processo de autocratização.

Assim, em 2016 acontece um *impeachment* sem crime e com a participação do Superior Tribunal Federal. Em relação ao *impeachment* do ex-presidente Collor, considera-se:

No entanto, um olhar mais atento sobre a atuação do STF no exercício do controle jurisdicional do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff revela exatamente o contrário. Tomando como parâmetro para o estudo aqui desenvolvido os pressupostos teóricos assumidos pelo próprio Tribunal em relação à matéria ao longo da sua história institucional, foi possível vislumbrar que uma série de violações ao devido processo legal do processo de *impeachment* e aos direitos, não apenas da acusada, mas, também, dos parlamentares responsáveis pela condução deste processo político de responsabilização foram toleradas, contradizendo, portanto, as premissas assumidas pelo próprio Tribunal, bem como aqueles que depositaram na atuação do STF a garantia da higidez da tramitação do feito. Dessa maneira, constatou-se que as decisões proferidas pelo STF e por seus membros nos casos decorrentes do processo de *impeachment* instaurado em face da presidente Dilma Rousseff indicam uma alteração da postura do Tribunal ao longo de toda cadeia de decisões envolta a este caso. A princípio, entendeu-se que as questões surgidas em torno do processo de responsabilização do presidente da República por crime de responsabilidade produziriam reflexos diretos sobre o mandato presidencial e que, justamente por isso, excederia o interesse meramente regimental ou interno às Casas legislativas para, depois, à medida que o processo foi se desenvolvendo, assumir uma postura mais autocontida, a ponto de decidir por não decidir, ou

por deixar que os rumos do processo ficassem inteiramente nas mãos dos atores políticos responsáveis pela sua condução. (Neto, 2021, p. 521 e 522)

Desse modo, Michel Temer, em 2016, assume ao poder e logo promulga a Lei do Teto de Gastos (Emenda Constitucional nº 95/2016), que acarretou na diminuição orçamentária e no subfinanciamento de diversas políticas, principalmente as sociais. A agressividade dessa medida envolve cortes gradativos que atingiram 20% do PIB em 2016, cerca de 16% até 2026 e 12% em 2036. Além disso, a reforma trabalhista (Lei nº 13.467 em 13 de julho de 2017) e a reforma da previdência (Emenda Constitucional nº 103 de 12/11/2019) tornaram-se em mecanismos de restrição à proteção social do trabalho.

Gomide, Silva e Leopoldi (2023) tratam que as alterações significativas da reforma trabalhista vão desde a flexibilização da jornada laboral e da remuneração, bem como a eliminação da contribuição sindical. Além disso, o trabalho intermitente surge como uma nova modalidade contratual, terceirização de qualquer área da empresa, e dificuldades para o reconhecimento do vínculo empregatício para trabalhadores autônomos. Como já debatemos no capítulo anterior sobre a informalidade, a precariedade laboral e o empreendedorismo.

De acordo com Filgueiras (*et al.*, 2004) as novas formas de exploração capitalista fundamentadas na individualização e no binômio empregabilidade e empreendedorismo como valores ideológicos, submetendo os trabalhadores a novas condições de risco e insegurança. Esse binômio carrega um simbolismo de transformar a dificuldade em oportunidade, porém só naturaliza a precariedade laboral.

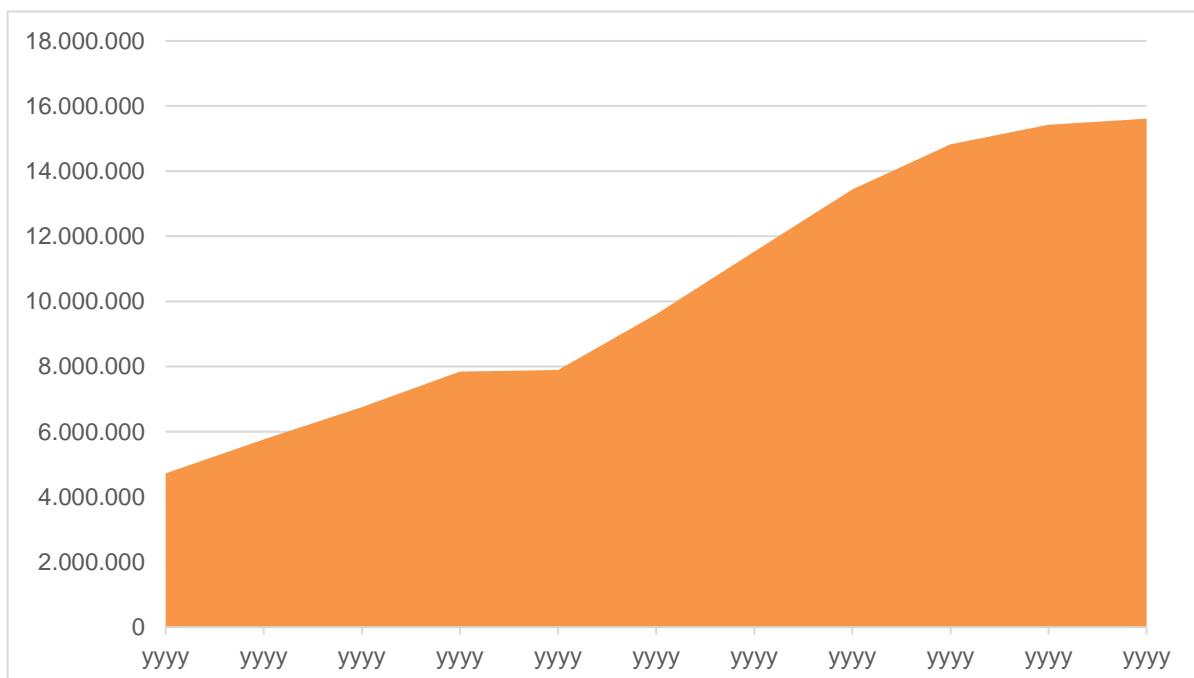
Uma pesquisa realizada pelo Sebrae em 2019 traz a realidade dos microempreendedores no Brasil:

- 76% dos MEIs (4,6 milhões de pessoas) dependem exclusivamente dessa atividade como fonte de renda.
- 28% dos MEIs (1,7 milhões de pessoas) sustentam suas famílias com essa atividade e 5,4 milhões de pessoas são sustentadas por um MEI.
- A renda per capita do MEI era de R\$ 1375,00 (um mil trezentos e setenta e cinco reais).

- 61% das pessoas se tornaram MEIs, porque foram atraídas pela ideia da formalidade de trabalho e de ter um registro; 25% desses pelos benefícios previdenciários.
- Jovens entre 18 a 29 anos lideram o ranking como MEI (41%) na ideia de ter autonomia financeira.
- Quanto menor é o IDH do município, maior o número de MEIs.

Toda a ação neoliberal nos últimos 10 anos gerou o aumento crescente impressionante. É durante a pandemia e a falta de políticas públicas que vimos esses números saltarem. Veja o gráfico a seguir.

Gráfico 2 – Número de MEIs contabilizado em 31 de janeiro de 2015-2025.



Fonte: Adaptado de <http://www22.receita.fazenda.gov.br/inscricaomei/>

No Censo de 2022, o resultado pesquisado era de 14.567.653 dos quais metade era de pessoas até 39 anos. Quanto a raça e gênero, 24,8% de pessoas pretas, 32,2% de pessoas brancas, porém 42,4% com raça não informada ou sem informação (por ser uma informação autodeclarada, as porcentagens de raça poderiam ser diferentes); 46,4% eram de mulheres, dessas 21,2% de negras e 31,6% de brancas. Com um mercado cada vez mais informatizado, 62,4% de pessoas não têm nível superior e mais da metade dos MEIs se encontra na região sudeste, onde se encontra boa parte do polo empresarial e financeiro. Na cidade que será alvo da

nossa pesquisa, Maricá – RJ, através dos dados do site do Ministério da Fazenda, temos um total de 34.014 MEIs ativos em 2025, dos quais 17.634 de mulheres e 16.380 de homens. O que nos chama mais atenção nas informações é que as atividades econômicas em que as mulheres foram a maioria são naquelas atividades que são consideradas femininas; destacamos as com três com maior número feminino:

Tabela 2 – As três atividades econômicas com mais mulheres em 2025 na cidade de Maricá – RJ

	Total	Homens	Mulheres
	34.014	16.380	17.634
Cabeleireiros	3.776	611	3.165
Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	1.773	331	1.442
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	1.390	249	1.141

Fonte: Adaptado de <http://www22.receita.fazenda.gov.br/inscricaomei/>

Outro dado relevante é que 28,4% dos MEIs estão inscritos no CADÚnico e desses 49,8% são beneficiários do Bolsa Família. Dos MEIs abertos em 2022, a média salarial para quem tinha vínculo por MEI era de R\$ 2.499,97.

O trabalhador sem perspectiva do trabalho formal e com carteira assinada, acaba se submetendo ao trabalho com vínculo por MEI, o que podemos comprovar na mesma estatística que 57,9% dos MEIs inscritos em 2022 passaram por um desligamento de carteira assinada.

Por sua vez, a reforma previdenciária (Emenda Constitucional nº 103 de 12/11/2019) trouxe um conjunto complexo de normas que se aplicam progressivamente ao longo do tempo. As principais modificações incluem: a extinção da aposentadoria por tempo de contribuição – passando a exigir uma contribuição mínima de 15 anos e idades mínimas de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens; a definição do piso das pensões por morte em um salário-mínimo; além de imposições quanto à acumulação de pensões resultantes do falecimento do cônjuge ou companheiro.

Uma nota técnica emitida pelo Dieese em 2019 trata que a reforma trabalhista também afeta a arrecadação previdenciária por algumas razões:

- Com o estímulo à pejotização, contribuição é individual, não obrigatória e não tem participação do empregador. Também abre a possibilidade por aumentar a rotatividade e períodos sem contribuição.

- Com o trabalho intermitente, há a possibilidade de remuneração mensal abaixo do salário-mínimo o que desestimula à formalização do vínculo.
- As contribuições de menor valor acabam por afetar as contas da previdência e rebaixam a taxa de reposição/ valor das aposentadorias.

Ianni (1998) já tratava sobre essas mudanças que com o avanço do capitalismo, de maneira intensiva e extensiva, vemos em diversas tecnologias mecânicas e eletrônicas, assim organizacionais e sociais, produtivas e virtuais o objetivo de “aprimorar” a produção, a comercialização e o consumo, além de otimizar a administração, a regulação e o controle em todos os segmentos da vida social, tanto em nível nacional quanto global.

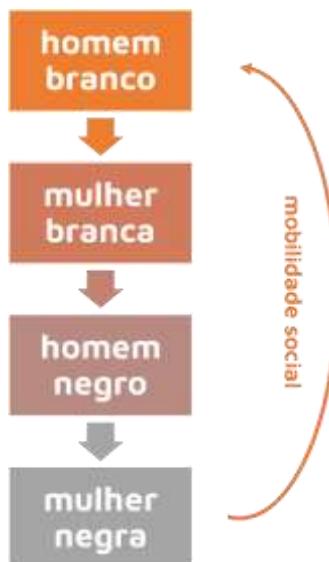
O desmonte das políticas, de acordo com Gomide, Silva e Leopoldi (2023), examinando os programas contidos nos Planos Plurianuais (PPAs) entre 2020-2023, também atingiram outros cinco setores: saneamento básico, habitação voltada ao interesse social, educação superior, formação técnica e ciência, tecnologia e inovação (CT&I). Mas precisamos refletir, nessas mudanças, quais são as pessoas que mais são impactadas. Se levarmos em conta, gênero e raça, como que o desmonte das políticas públicas, em especial a proteção ao trabalho, rebate na vida dessa população?

2.2 Repercussão do desmonte da proteção do trabalho – reflexão sob uma perspectiva interseccional

A divisão sexual do trabalho estigmatiza as mulheres ao trabalho de cuidado da família. Segundo Quintão (2022), a base argumentativa é da “destinação natural” dos homens e das mulheres. Aos homens, cabe a provisão da família, os espaços públicos, o poder decisório e o trabalho remunerado; às mulheres, a reprodução social, o cuidado da família e da casa, o espaço privado, com o sustento provido pelo homem. Com certeza, essa configuração não leva em conta as pessoas LGBTs. As sociedades consideradas conservadoras e neoliberais adotam essa divisão. Para Antunes (2009), a permissão do sistema metabólico do capital é a hierarquização do

trabalho. Assim, a sociedade é regida por uma pirâmide da subalternização dos gêneros e raças (entre outras características), conforme chama Carneiro (2003):

Figura 2 – Subalternização dos gêneros



Fonte: Adaptado de Carneiro 2003, p. 119

A perspectiva interseccional não hierarquiza os atravessamentos, porém quanto mais atravessamentos existirem, mais abaixo dessa pirâmide se colocam. Através de muitas lutas feministas, as mulheres têm conquistado suas posições nos espaços públicos, contudo, o espaço privado ainda permanece, em sua maioria, destinado as mulheres pretas e pobres.

De acordo com Melo e Morandi (2022), o trabalho doméstico para os homens corresponde a 11,1 horas semanais em média, quanto que para mulheres a 21,3 horas semanais médias. Ainda segundo as autoras, o tipo de trabalho são diferentes, quanto que para nós mulheres as tarefas são: preparar e servir alimentos, cuidado da limpeza da casa e das roupas, cuidado com a família e animais domésticos; as tarefas deles são: pagamento de contas, manutenção e reparo da casa, e contratação de serviços. Termos essa consciência é importante, porque tratar da empregabilidade/empreendedorismo feminino, precisa trazer à tona diversas políticas públicas como suporte.

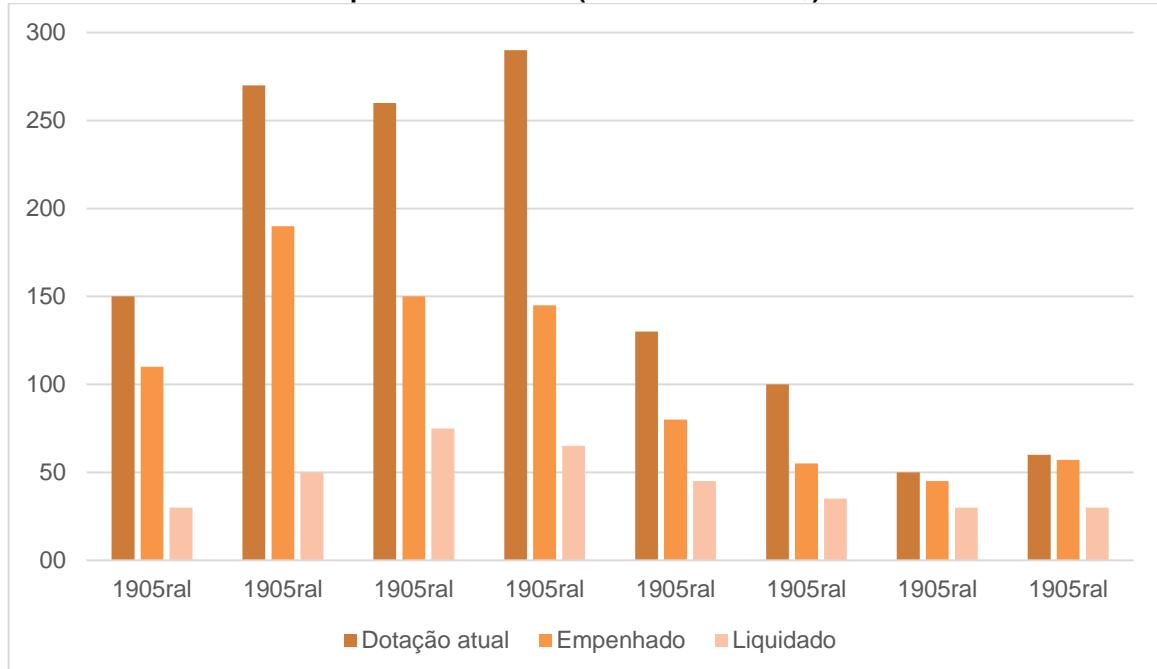
Como descrito por Oliveira (et al., 2020, p. 155), “[a]s mulheres negras e indígenas, ao contrário das brancas, sempre estiveram presentes no mercado de

trabalho desde o início da colonização e nos 388 anos de escravidão no Brasil, de modo que sobre elas pesa ainda mais a dupla jornada.”

No governo Bolsonaro, principalmente por conta da Ementa 95/2016, as maiores impactadas foram as mulheres. Oliveira (*et al.*, 2020) tratam que o corte no Bolsa Família foi de grande impacto, pois dá preferência à mulher como titular do benefício (este programa voltou com investimento no governo do Lula 3). Houve também um esvaziamento da “Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência”.

A evolução orçamentária entre 2015 e 2019 indica um **crescimento nominal expressivo**. Considerando que o valor era de quase R\$ 300 milhões no ano base e ultrapassou a marca de R\$ 350 milhões em 2019 (R\$ 300 mi + R\$ 50 mi), verifica-se um aumento absoluto significativo. Para uma análise mais precisa, seria necessário calcular a taxa de crescimento percentual e, principalmente, confrontar esses valores com a inflação do período (o IPCA entre 2015 e 2019 foi de aproximadamente 20%). Se o crescimento nominal de cerca de 16,7% (partindo de R\$ 300 mi) ficou abaixo da inflação, isso representaria uma perda do poder de compra do orçamento, ou seja, os recursos comprariam menos em 2019 do que compravam em 2015. Por outro lado, se o crescimento real foi positivo, significa que houve uma expansão na capacidade de investimento ou custeio. Portanto, embora o aumento de mais de R\$ 50 milhões pareça robusto à primeira vista, sua efetiva capacidade depende do contexto macroeconômico, sendo essencial uma análise que vá além dos valores nominais.

Gráfico 3 – Valores da dotação atual, empenhados e liquidados do Programa 2016 – Políticas para as mulheres (em milhões de R\$)



Fonte: Oliveira (et al, p. 158, 2020)

As autoras tratam que o Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência (Programa 2016) continha as seguintes ações:

- Expansão e consolidação da rede de serviços destinados ao atendimento às mulheres em situações de violência; construção da Casa da Mulher Brasileira.
- Desenvolvimento de políticas culturais que promovam a igualdade de gênero.
- Implementação de políticas voltadas para a igualdade e os direitos das mulheres.
- Atendimento especializado para mulheres em situação de violência.
- Campanhas de publicidade com caráter educativo.
- Produção e difusão de informações, estudos e pesquisas sobre as condições das mulheres.
- Capacitação de profissionais para o enfrentamento da violência contra as mulheres.
- Central de atendimento à mulher - ligue 180.
- Apoio a iniciativas que busquem fortalecer os direitos das mulheres encarceradas.

- Suporte a projetos que se alinhem aos eixos temáticos do plano nacional de políticas para as mulheres.
- Inclusão da perspectiva de gênero nas políticas educacionais e culturais.
- Apoio à criação e ao fortalecimento de organismos dedicados à promoção e defesa dos direitos das mulheres.
- Fomento a políticas que assegurem a autonomia das mulheres.
- Fortalecimento da participação feminina em espaços decisórios e de poder.
- Apoio a iniciativas voltadas para a prevenção da violência contra as mulheres.

O Teto de Gastos prejudica as mulheres ao cortar verbas para creche, saúde, segurança de mulheres, etc., forçando o retorno da mulher ao espaço doméstico para o trabalho de cuidado não remunerado e, em muitos casos, para buscar complemento de renda em atividades realizadas nas residências.

Atualmente, no terceiro governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva 3, temos algumas ações a favor das mulheres foram adotadas, destacamos algumas. De acordo com o site do governo, em 2023, foi lançado o Plano Nacional de Ações do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios para prevenir todas as modalidades de discriminação, misoginia e violência de gênero direcionadas a mulheres e meninas, por meio da execução de iniciativas governamentais.

No campo de político, lançado em 2024 Política Nacional de Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres. No campo da economia, medidas como Programa Asas pro Futuro, com intenção de ampliar a atuação de mulheres da periferia nos setores de tecnologia, energia, infraestrutura, logística, transportes, ciência e inovação.

O nosso destaque está na iniciativa “Elas empreendem”. O governo reuniu vinte e três organizações entre entidades públicas e bancos para “promover o empreendedorismo feminino como instrumento de inclusão social, econômica e de desenvolvimento do País”, principalmente mulheres inscritas no CADÚnico. O ponto crítico que, como toda política social das últimas décadas, é através de acesso a crédito que será incentivado esse programa. Além de toda a problemática da

desproteção do trabalho, é a financeirização¹⁴ da política social que está o incentivo ao trabalho de mulheres, principalmente de mulheres pobres.

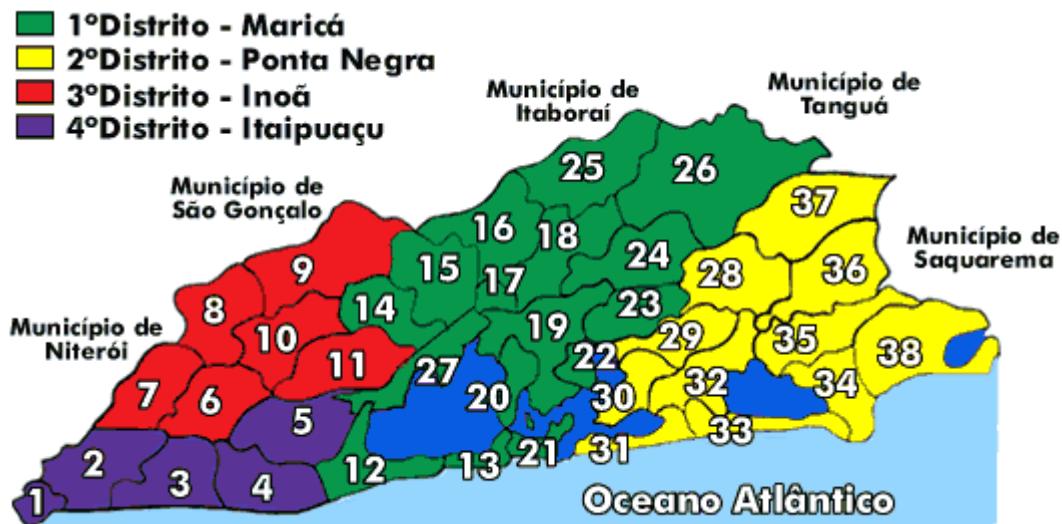
2.3 Maricá – Políticas Sociais e Desmontes da Proteção Trabalhista

Analisando criticamente a repercussão do desmonte da proteção do trabalho em Maricá-RJ sob uma perspectiva interseccional, é essencial considerar as particularidades deste município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que possui características socioeconômicas únicas e profundas desigualdades estruturais, bem como suas políticas sociais implementadas.

Maricá, localizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, é um município com rica história que remonta ao século XVI, quando começou a ser povoada devido à necessidade de defesa do litoral contra ataques de corsários. Sua fundação oficial ocorreu em 1814, como Vila de Santa Maria de Maricá, em homenagem à rainha D. Maria I de Portugal. O nome deriva da árvore Mimosa sepiaria Benth, conhecida como espinheiro-maricá, comum na região. Ao longo dos séculos, Maricá desenvolveu-se com base em atividades como pesca, agricultura e pecuária, e teve visitantes ilustres como Charles Darwin, que estudou sua biodiversidade em 1832. Geograficamente, o município é caracterizado por 46 km de praias, seis lagoas, serras e restingas, dividindo-se em quatro distritos: Maricá (sede), Ponta Negra, Inoã e Itaipuacu.

14 “A financeirização manifesta-se pela vigência de um padrão de funcionamento das economias onde a acumulação de riquezas desenvolve-se, de forma preponderante, por canais financeiros e não através das atividades diretamente produtivas (indústria, comércio e agricultura). A possibilidade de acumulação de riquezas a partir de operações bancárias e financeiras está sempre presente em toda economia capitalista que apresente um grau mínimo de desenvolvimento financeiro. No entanto, quando é generalizada mediante a criação de um leque amplo de ativos financeiros que concorrem vantajosamente com os ativos produtivos no que concerne à liquidez, risco e rentabilidade, diz-se que a economia está sujeita a um processo de financeirização.” (p. 2)

Figura 3 – Mapa da cidade



Fonte: <https://maricatotal.com.br/site/sobre-marica/>

Em 2024, Maricá destaca-se por um crescimento populacional excepcional, com uma estimativa de aproximadamente 212 mil habitantes, representando um aumento de cerca de 54% desde 2010. Este crescimento é impulsionado por políticas públicas inovadoras, como o transporte público gratuito (Tarifa Zero), a Renda Básica de Cidadania paga em moeda social Mumbuca, e programas educacionais como o Passaporte Universitário. Beneficiária de significativos *royalties* do petróleo, a cidade investe em desenvolvimento sustentável e infraestrutura, enfrenta desafios como a falta de hotéis e oportunidades de trabalho além do setor público. Com um IDH alto (0,765) e PIB per capita elevado, Maricá consolida-se como um polo de atração populacional e exemplo de inovação em políticas sociais.

Contudo, Maricá é marcada por significativas contradições: mesmo possuindo a maior receita per capita do estado, convive com bolsões de pobreza, economia informal elevada e tensionamentos entre comunidades tradicionais e interesses imobiliários. O município implementou políticas sociais importantes, como a Renda Básica de Cidadania, que garante um auxílio financeiro a milhares de famílias, e o programa de transporte público gratuito, que beneficia especialmente a população de baixa renda. No entanto, a dependência econômica de recursos não renováveis cria vulnerabilidades adicionais em contextos de desregulamentação trabalhista.

A flexibilização das leis trabalhistas afeta diferentemente os grupos sociais, aprofundando desigualdades de gênero, raça e classe. Em Maricá, observa-se que

mulheres negras e periféricas, como em muitas cidades brasileiras, são as mais impactadas pela precarização, pois concentram-se em empregos informais ou em setores como o doméstico e de cuidado, com menor proteção social. Apesar de políticas municipais como o Banco de Trabalho e Emprego, que busca intermediar mão de obra local, e programas de economia solidária, persistem desafios na formalização laboral.

Os trabalhadores de baixa renda e comunidades tradicionais, como pescadores e artesãos, dependem de políticas públicas de fomento que são veiculadas através de algum apoio, como as ações de incremento à agricultura familiar e ao turismo comunitário. No entanto, o desmonte de proteções trabalhistas reduz seu acesso a direitos básicos, como previdência social e licenças, especialmente, em contextos de expansão urbana que ameaçam seus territórios. Além disso, o setor de serviços e turismo, que tem potencial em Maricá, enfrenta o aumento da informalidade e da precarização intensificadas por reformas trabalhistas que fragilizam vínculos empregatícios, aumentando a rotatividade e reduzindo a estabilidade de renda. Tais situação são parcialmente mitigadas por programas municipais de saúde e assistência social.

As comunidades periféricas e rurais, têm menos acesso a mecanismos de denúncia e proteção legal, o que aprofunda, em muitos casos, a exclusão e distanciamento social. A prefeitura desenvolve algumas iniciativas de cartografia social e reconhecimento de territórios tradicionais, mas estas ainda são insuficientes para enfrentar as iniquidades. Existe no município uma cultura de resistência que se expressa como uma ferramenta crítica que representam as lutas territoriais e laborais. Apesar de programas de redistribuição de renda via *royalties*, o desmonte da proteção trabalhista reverbera em Maricá de forma heterogênea, agravando vulnerabilidades pré-existentes e exigindo respostas locais contextualizadas. Uma abordagem interseccional é crucial para políticas que considerem as múltiplas opressões enfrentadas por grupos marginalizados.

O desmonte da proteção trabalhista reverbera em Maricá de forma heterogênea, agravando vulnerabilidades pré-existentes. As políticas sociais municipais, embora importantes na mitigação de algumas desigualdades, carecem de abordagem interseccional mais efetiva e de maior articulação com políticas de

trabalho, permanecendo como paliativos que não enfrentam estruturalmente os efeitos da desregulamentação nacional.

CAPÍTULO 3: O CENÁRIO DAS POLÍTICAS SOCIAIS PARA MULHERES EMPREENDEDORAS DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

O presente capítulo tem como objetivo central apresentar e analisar os dados empíricos da pesquisa desenvolvida no município de Maricá, cujo desenho metodológico foi cuidadosamente construído para capturar a complexidade do fenômeno em estudo. Trata-se de uma investigação qualitativa, ancorada em um referencial teórico-metodológico interseccional e operacionalizada por meio de uma abordagem de pesquisa participante. O objeto de investigação foi a realidade concreta das mulheres empreendedoras do município, com foco nos rebatimentos desse modelo de trabalho em suas vidas cotidianas.

Para além de simplesmente descrever essa realidade, a pesquisa buscou desvelar as estruturas sociais que moldam a experiência do empreendedorismo feminino. Para tanto, foram abordadas categorias analíticas fundamentais, tais como a dupla (e por vezes tripla) jornada de trabalho (produtivo, reprodutivo e comunitário); as transformações no mundo do trabalho e o desmantelamento das redes de proteção social trabalhista, que empurram contingentes populacionais para a informalidade; as construções sociais de gênero que atribuem às mulheres a responsabilidade majoritária pela esfera doméstica; a dimensão de raça, entendida como um eixo estruturante das desigualdades brasileiras, que condiciona oportunidades, acesso a crédito e trajetórias; e a influência do território, no caso, o município de Maricá, com suas particularidades econômicas, políticas sociais específicas e dinâmicas comunitárias (visto nos capítulos anteriores).

O fio condutor da análise é a identificação dos atravessamentos interseccionais presentes neste processo, ou seja, como gênero, raça, classe e território não operam de forma isolada, mas sim de maneira sinérgica e simultânea, produzindo experiências únicas de opressão e, também, de resistência. Através deste percurso analítico, espera-se contribuir para uma compreensão crítica e multifacetada de um dos fenômenos mais emblemáticos e contraditórios do mundo do trabalho contemporâneo: o empreendedorismo feminino.

A opção metodológica refletiu o compromisso de não apenas estudar, mas compreender em profundidade a realidade das participantes. A pesquisa foi conduzida em duas fases principais, complementares entre si. Inicialmente, na análise

documental, foram examinados documentos públicos, relatórios e portais de transparência do município de Maricá que retratam as políticas sociais, particularmente aquelas direcionadas ao fomento do empreendedorismo e ao público feminino. Esta etapa permitiu mapear o arcabouço institucional e discursivo oficial, identificando como a questão do empreendedorismo das mulheres, é concebido e operacionalizado pelo poder público. Posteriormente, para capturar as narrativas e experiências vividas, foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas, guiadas por um roteiro previamente determinado que abarcava os eixos temáticos centrais da pesquisa (trabalho, jornada, políticas públicas, raça, gênero). Este formato garantiu a comparabilidade dos dados, ao mesmo tempo que permitiu a flexibilidade necessária para aprofundar temas emergentes e singularidades de cada trajetória.

O aspecto participante da pesquisa, contudo, é o que confere uma camada singular de profundidade e legitimidade a esta investigação. Como explicitado na introdução deste trabalho, minha posição não é a de uma pesquisadora externa e distanciada. Sou moradora de Maricá e também empreendedora. Este lugar de fala e de vivência compartilhada foi fundamental para a construção de confiança, pois o acesso e a seleção das entrevistadas foram facilitados pelo meu contato orgânico e inserção na realidade concreta da localidade.

A identidade compartilhada (mulher, moradora, empreendedora) criou um campo de interlocução mais horizontal e empático, onde as participantes se sentiram mais seguras para relatar suas experiências, inclusive as fragilidades e contradições do empreender. Além disso, propiciou uma compreensão contextual mais apurada, uma vez que a familiaridade com o território, sua cultura, suas dinâmicas econômicas e políticas permitiu uma interpretação dos dados muito mais sintonizada com os nuances e contextos não verbalizados, que poderiam passar despercebidos a um observador externo.

Por fim, reforçou o compromisso ético e político do estudo, já que a pesquisa participante assume um compromisso não apenas com a geração de conhecimento, mas com a transformação da realidade estudada. As vozes ouvidas e a visibilidade às experiências dessas mulheres, que este trabalho buscou reproduzir, constituiu-se em um reconhecimento para a construção de políticas públicas mais efetivas e conscientes das interseccionalidades que as conformam.

Como forma de apresentar este contexto são apresentadas as falas das mulheres obtidas nas entrevistas, em itálico, sendo os nomes alterados para nomes de mulheres escolhidos aleatoriamente como forma de preservar suas identidades e foram assim chamadas: Lúcia, Ana Rosa, Kelly, Marlene, Celia e Tatiana. São mulheres com características que se diferenciam, da ampla maioria das empreendedoras do município, pois todas possuem nível superior completo. Todas são mulheres cisgênero, heterossexuais, acima de 40 anos de idade. Três das entrevistadas possuem uma renda entre R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), as outras três possuem renda acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Cinco são casadas e uma é solteira e todas com filhos, 1 preta retinta, 3 pardas e 2 brancas. Todas possuem religião definida, 1 é da Umbanda, 2 católicas, 1 budista, 1 espírita kardecista e 1 evangélica.

A metodologia aqui empregada – interseccional por perspectiva e participante por prática – posiciona-se como uma ferramenta robusta para desvendar as múltiplas camadas que compõem a experiência do empreendedorismo para as mulheres de Maricá, oferecendo uma análise que é ao mesmo tempo academicamente rigorosa e socialmente engajada.

3.1 O território – o foco em Maricá

O ponto de partida da análise, aqui desenvolvida, sobre as Políticas Sociais do município é a pandemia do COVID-19, iniciada em 2020, que não foi apenas uma crise sanitária, mas um evento que aprofundou desigualdades sociais, rebatendo, de forma desproporcional, as mulheres.

Tais contextos foram muito significativos no município. Maricá está localizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, distando cerca de 50 km a leste da cidade do Rio de Janeiro. O município possui uma área territorial de 361,572 km (IBGE, 2025) e faz divisa com Itaboraí, Niterói, Saquarema, São Gonçalo e Tanguá. Sua paisagem é marcada por praias (como Ponta Negra e Itaipuaçu), lagoas (Lagoa de Maricá e Jaconé) e regiões montanhosas da Serra do Mar. Sua população é estimada em 212.470 habitantes em 2025 (IBGE), sendo 49,3% mulheres (IBGE, 2022). Apresenta um crescimento populacional significativo. Entre 2024 e 2025, o município registrou o

maior crescimento populacional do estado do Rio de Janeiro, com uma taxa de 0,23% (aumento de 484 pessoas). Esse crescimento é parte de uma tendência de longo prazo; a população cresceu 323,9% nos últimos 30 anos. O rápido crescimento populacional trouxe desafios. Um deles é o aumento significativo da população em situação de rua, que chegou a 237 pessoas no primeiro semestre de 2025. Muitos são migrantes de outras cidades, atraídos pelos programas sociais ou em busca de oportunidades, e acabam sem moradia. A prefeitura mantém serviços de abordagem social e abrigos, como o Centro Pop e a Casa de Acolhimento Ernani Gomes Duarte, para enfrentar o problema.

A densidade demográfica é de 545,61 hab/km (IBGE, 2025). Cerca de 85% da população reside em áreas urbanas, com concentração em distritos como Centro e Inoã. A composição étnica é majoritariamente parda (48%), seguida por brancos (40%), pretos (10%) e grupos indígenas ou asiáticos (2%). A idade média é de 32 anos, indicando uma população relativamente jovem. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,765 (considerado alto), indicando que, a localidade, tem um progresso significativo em pelo menos três dimensões importantes da vida (longevidade, educação e renda). Isso significa um nível de desenvolvimento superior ao de outros municípios e países, refletindo uma boa qualidade de vida em comparação com valores menores.

O setor público é o maior empregador do município, com aproximadamente 12.000 funcionários. No mercado formal, há cerca de 19.800 empregos registrados, com cargos predominantes como servente de obras, agente fiscal de qualidade e eletricista. A remuneração média formal é de R\$ 2,7 mil, abaixo da média estadual. Sendo, grande parte de sua força de trabalho utilizada no setor de serviços, principalmente, no governamental, a maior parte da população encontra-se, desta forma, na informalidade e no empreendedorismo.

Considerando que o empreendedorismo tem sido uma estratégia de desmonte da proteção social dos trabalhadores e flexibilização do trabalho fruto da ostensiva neoliberal, a pandemia foi uma “janela de oportunidade” para o acirramento, solidificação e adesão da classe trabalhadora do empreendedorismo como uma “modalidade de trabalho”, sobre a ilusão do privilégio de tornar-se “gestor de si”. A estratégia neoliberal de conformação do trabalho através do empreendedorismo,

desmontando o sistema de proteção social da classe trabalhadora, mantém suas raízes na divisão sexual do trabalho.

No município de Maricá esta realidade é refletida com a existência de 34.014 MEIs ativos em 2025, dos quais 17.634 de mulheres e 16.380 de homens. (Ministério da Fazenda, 2025). Reflexo também sentido nas atividades consideradas como femininas percebidas na divisão sexual do trabalho.

Tabela 2 – As três atividades econômicas com mais mulheres em 2025 na cidade de Maricá – RJ

Ocupações	Total	Homens	Mulheres
	34.014	16.380	17.634
Cabeleireiros	3.776	611	3.165
Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	1.773	331	1.442
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	1.390	249	1.141

Fonte: Adaptado de <http://www22.receita.fazenda.gov.br/inscricaomei/>

Definida pela divisão sexual do trabalho, essa realidade é nitidamente refletida no município de Maricá-RJ, onde os dados acima revelam que a maioria das mulheres empreendedoras concentra suas atividades em setores economicamente categorizados como femininos, demonstrando como os estereótipos de gênero influenciam e moldam as oportunidades de negócio no âmbito local.

3.2 Políticas sociais no município de Maricá

A notoriedade da cidade tem sido repercutida nacionalmente pelas políticas sociais desenvolvidas e financiadas pela receita dos *royalties* da exploração de petróleo. Desde 2019, o pacote de políticas lançados pela administração pública local tem sido elevado e ampliado. Esse processo, exigiu também um aparato legislativo criado para dar suporte às iniciativas que contemplam desde um modelo de transferência de renda, fomento à economia local, às garantias de direitos sociais e investimento na formação.

Tabela 3 - Políticas sociais do município de Maricá - RJ

Eixo Temático	Nome do Programa/Política	Público-Alvo Principal	Ano de Criação/Expansão Relevante	Legislação Associada
Proteção Social e Econômica	Renda Básica de Cidadania (RBC)	Famílias com renda de até 3 salários mínimos, inscritas no CadÚnico e residentes há no mínimo 3 anos em Maricá.	Criado em 2013, expandido em 2019 e 2023.	Lei nº 2.448/2013, Lei nº 2.869/2019.
	Programa de Amparo ao Trabalhador (PAT)	Trabalhadores informais, autônomos e MEIs afetados pela pandemia.	2020 (Emergencial).	Lei nº 2.920/2020.
	Programa de Proteção ao Trabalhador (PPT)	Trabalhadores que se formalizam como MEI ou cooperados, residentes há no mínimo 3 anos.	2023 (Substituiu o PAT) a janeiro/2025.	Emenda à Lei nº 3.111/2022. Fim: Decreto no 02, de 1º de janeiro de 2025.
	Auxílio Recomeço	Famílias de baixa renda atingidas por enchentes.	2022 (Temporário).	N/A.
Investimento em Educação para o trabalho¹⁵	Passaporte Universitário	Moradores de Maricá há no mínimo 3 anos, com modalidades para baixa renda e excelência no ENEM.	2019.	Lei nº 2.872/2019.
	Passaporte Técnico	Moradores de Maricá há no mínimo 3 anos, estudantes ou concluintes do Ensino Médio.	2022.	Lei nº 3.260/2022.
	Bilhete Único Universitário	Estudantes de cursos técnicos e universitários residentes em Maricá que estudam fora do município.	Ativo no período.	N/A.
Direito à Cidade	Tarifa Zero (Ônibus "Vermelhinhos")	Universal (moradores e visitantes).	Criado em 2014, expandido para todo o município em 2021.	N/A.
	Tarifa Zero (Bicicletas "Vermelhinhos")	Universal (moradores e visitantes).	Ativo no período.	N/A.
	Programa Habitar	Famílias de baixa renda (até 3 salários mínimos) em situação de vulnerabilidade habitacional.	Ativo no período.	N/A.
	Programa Sanear	Famílias de baixa	2022.	Portaria N°

15 Importante dizer que a lei 12.858/ 2013 trata da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, desde que a verba seja destinada a saúde e educação. Assim, o 3º inciso dessa lei trata que 75% dessa verba deve ser destinada à educação quanto 25% à saúde. Dessa forma, enquanto houver os *royalties* do petróleo, para que esse montante fique no município programas como este permanecerão.

Eixo Temático	Nome do Programa/Política	Público-Alvo Principal	Ano de Criação/Expansão Relevante	Legislação Associada
	Mais (Água e Esgoto)	renda (até 3 salários mínimos), com prioridade para idosos e PCD.		021/2022 – DP.
Fomento Econômico	Programa Avança Maricá	Micro e pequenos empresários e potenciais empreendedores.	2022.	N/A.
	Programa Mumbuca Futuro	Alunos da rede pública (Fundamental II e Médio) e jovens empreendedores.	Ativo no período.	N/A.
Inclusão e Direitos Humanos	Recomeçar Sem Violência	Mulheres vítimas de violência doméstica.	Ativo no período.	N/A.
	Auxílio Cuidar	Pais e responsáveis legais por Pessoas com Deficiência (PCD) com necessidade de cuidado integral.	2023.	Lei nº 3.357/2023.

Fonte: Elaboração própria.
Pela extensão da fonte de pesquisa, incluímos a relação no Apêndice B.

Embora exista uma gama de políticas sociais, como vista na tabela acima, destinadas a diversos segmentos da população, o escopo desta análise delimita-se especificamente àquelas direcionadas às mulheres, com ênfase nas iniciativas de gênero e no fomento ao desenvolvimento do empreendedorismo feminino.

O primeiro a destacar é a Renda Básica de Cidadania (RBC), um programa de transferência de renda destinado aos moradores de Maricá com residência comprovada de no mínimo três anos, que estejam inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e possuam renda familiar de até três salários mínimos. O número de beneficiários em 2023 passou para 93.000 pessoas, segundo site da própria prefeitura. Ou seja, quase metade da população recebe o benefício e recebe até três salários mínimos. O diferencial do programa é o pagamento do benefício através da "Mumbuca", uma moeda social digital de circulação restrita ao comércio local, num valor de 230 Mumbucas (equivalente a duzentos e trinta reais). Esse mecanismo transforma a política econômica municipal, garantindo que os recursos transferidos permaneçam e circulem dentro do município.

Outra política importante a ser destacada é o PAT, que depois se transformou em PPT. Inicialmente, o PAT apoiou durante a pandemia trabalhadores informais, autônomos e MEIs, que não possuíam outro vínculo empregatício formal nem recebiam seguro-desemprego, como uma condicionante para permanecer no

programa de formalização para os trabalhadores informais. O público alcançado foi de 19 mil pessoas, pagando um salário mínimo para os trabalhadores pagos em Mumbucas também.

Em 2023, esse programa se transformou em PPT apoiando trabalhadores que se formalizaram como MEI ou cooperados e residentes por no mínimo 3 anos. Os maiores impactados foram os ex-beneficiários do PAT. Nesse novo desenho, o programa se divide em dois benefícios:

- Benefício de Estímulo à Produção (BEP): pagamento mensal de meio salário mínimo nacional em Mumbucas, podendo ser usado livremente pelo trabalhador.
- Cota-10: Um mecanismo de poupança forçada, onde a prefeitura deposita em uma conta o equivalente a 10% do faturamento mensal declarado pelo trabalhador. Este valor pode ser sacado em situações específicas como queda abrupta de rendimento, aposentadoria, doença grave ou nascimento de filho, funcionando como uma rede de segurança.

Essas políticas de repasse financeiro foram importantes para as entrevistadas, sendo utilizadas por todas elas, e percebidas em falas como:

Durante o período que eu estive no PPT, a Secretaria de Desenvolvimento conseguiu uma liberação de verba pra que os microempreendedores meios tivessem acesso a empréstimo a juros zero. Eu consegui fazer, ter acesso e até quitei antecipadamente o meu empréstimo. Era o que pagava parte dos meus custos fixos, eu não tenho um custo muito alto por trabalhar como home office, mas às vezes eu preciso ter um suporte financeiro mais específico. (Kelly)

Eu acesei só o PPT, mas o PPT não do Covid. PPT quando foi anunciado que seria um auxílio para empreendedores. Fiquei só um ano. Foi esse ano agora de 2024 e realmente me ajudou muito porque como não tenho outro Outro apoio, ajudou demais, ajudava na verdade fazer as compras de casa. Aí ano passado teve o programa e eles explicaram que, olha, isso é para dar um apoio, um complemento para quem empreende, porque eles sabem, pelo menos na época, sabiam que o empreendedor necessita de ter apoios. (Marlene)

As mulheres empreendedoras de Maricá, mesmo que o município se destaque pelas políticas sociais, enfrentam um cenário marcado pelo desamparo institucional e pela precarização, onde a falta de acesso a recursos financeiros, capacitação direcionada e políticas públicas efetivas as impede de desenvolver seus trabalhos com

autonomia. Essa realidade se reflete na dificuldade de conquistar uma remuneração justa que valorize seu esforço e expertise, enquanto simultaneamente lutam contra condições de trabalho muitas vezes inadequadas e a sobrecarga de duplas ou triplas jornadas. Esse contexto de poucos recursos perpetua ciclos de desigualdade, deixando-as à margem do desenvolvimento econômico do município e sem o suporte necessário para que seus negócios prosperem de forma digna e sustentável.

Dessa forma, tratar a política social de transferência de renda para os empreendedores como pensão é desconsiderar os rebatimentos do processo de desregulamentação orquestrado pelo Estado em favor do mercado e que esse modo de trabalho seja uma estratégia de sobrevivência de muitas mulheres.

No Cota 10, a gente não conseguiu receber. O governo simplesmente não me pagou. E a gente está com o processo agora, eu e meu marido, que ele é Uber, ainda tem uma coisa de dificuldade. Ele, inclusive, foi parar no hospital por causa da crise nervosa que ele teve, e ficou 10 dias internado por causa do sistema nervoso, quando ele viu que ele não recebeu o Cota 10, e a Prefeitura simplesmente não sabe falar por que não pagou. O governo não estava nem aí pra gente, se a gente precisava da estrutura pra fazer produtos perecíveis, sabe? E não teve estrutura, não teve apoio, sabe? Já era ruim esse tipo de apoio no governo passado. Quando começou esse governo, foi um baque, porque ele cortou o auxílio, não teve feira. (Ana Rosa)

Eu sei que algumas pessoas saíram do PPT e não conseguiram ter acesso de novo. Eu nem cheguei a procurar e fiquei... Confesso que eu fiquei abalada quando chamou que a gente é, como é que é? Vagabundo. Na época da pandemia foi complicado. Só tinha o salário do meu marido e ainda não era suficiente. Então precisava, senão as contas não eram pagas, não. É isso. Pois é, é complicado. Cada um sabe de si, né? (Marlene)

A indignação nas falas destacadas acima reflete o que foi comprovado nas entrevistas que todas elas não encontram emprego com carteira assinada na cidade compatível com sua formação e experiência profissional. Por essa razão, o empreendedorismo é a única solução de trabalho para elas.

3.3 O empreendedorismo para as mulheres no município

São inúmeras questões que levam ao empreendedorismo. As entrevistadas ao serem questionadas sobre as motivações que as levaram ao empreendedorismo revelaram um leque complexo de razões, que vão muito além da simples ambição financeira. Suas histórias frequentemente destacam a busca por autonomia e a

necessidade de conciliar a vida profissional com os afazeres domésticos e o cuidado dos filhos, o que é difícil resolver no mercado formal de trabalho do município. Muitas citam a falta de oportunidades, a inflexibilidade dos empregos convencionais ou mesmo o desejo de transformar um talento manual ou uma habilidade específica em uma fonte de renda própria. Por trás da decisão de abrir um negócio, emerge, portanto, uma narrativa de resiliência: a criação do próprio emprego surge como um ato de sobrevivência econômica e uma afirmação de independência em um contexto que lhes oferece poucas alternativas.

Eu gosto muito da minha profissão, mas surgiu um convite para eu entrar numa sociedade do restaurante. Como a carreira de um profissional liberal também tem altos e baixos, aqui na cidade, principalmente com o nosso cenário, que é muito ruim, é muito lento, tem poucos funcionários, demora muita sentença, então acaba atravancando todos os nossos processos, e isso, quando não gira, o dinheiro também não gira. E aí, eu não estava ganhando tão bem no escritório, e aí eu resolvi aceitar o desafio de me tornar empresária. Foi isso, uma oportunidade, um convite. (Lucia)

Por falta de oportunidade no mercado formal. (Ana Rosa)

Após a maternidade, que foi aos 40, tive bastante dificuldade de me recolocar no mercado aqui no estado do Rio de Janeiro. Eu vim de outra cidade, E a minha experiência, apesar de ter atuado à distância aqui no Rio, eu não consegui me recolocar como CLT. Não consegui uma posição que me desse capacidade financeira que compensasse eu estar fora de casa e longe da minha filha e ela estivesse sendo cuidada por outra pessoa ou numa creche. O salário que era ofertado para uma pessoa com a minha qualificação e experiência era muito aquém daquilo que eu precisava. (Kelly)

Porque eu trabalhava para os Estados Unidos, numa multinacional, e morava no Rio, E eu já estava há 9 anos em home office, numa época em que o home office não era oficial, não era conhecido em lugar nenhum. Nesse meio tempo eu vim morar em Maricá, só por questão de ter minha casa, eu queria sair do aluguel, vim morar em Maricá, estava morando aqui sendo home office, e um belo dia a minha empresa foi comprada por um por uma outra grande multinacional. Passado alguns anos, essa multinacional resolveu demitir todo mundo. Então foram 28 mil funcionários no mundo todo, não foi só no Brasil. Só que quando isso foi em 2014, final de dezembro de 2014 eu falei depois do carnaval vou botar o currículo no mercado mas ciente que eu não conseguiria Home Office. Ia ter que ir para o Rio todos os dias. Só que final do carnaval estava grávida do meu primeiro filho. E eu tinha um canal no YouTube que eu mostrava as minhas técnicas e eu não ligava muito para o canal. Quando eu fiquei nessa dúvida, meu filho nasceu, já tinha um ano e três para quatro meses assim, o meu canal começou a monetizar, bateu um milhão de visualizações. E eu assumi como sendo um sinal. Foi um caminho que eu consegui pra continuar acompanhando o crescimento do meu filho. Ficar perto do meu filho, que eu não iria conseguir home office. E seria uma possibilidade de eu ficar em Maricá vendo o meu filho crescer. E tô até hoje. (Marlene)

Eu entrei na faculdade com 16 anos, aí eu fiz 2 anos, fiz 18 anos, todos os meus irmãos trabalhavam e eu queria trabalhar. Aí eu falei assim, bem, eu vou ver uma outra profissão que seja parecida, que tenha bastante cálculo e

que seja à noite pra eu trabalhar durante o dia. Aí eu escolhi ciências contábeis, que foi o que eu consegui matar muita matéria que eu já tinha na engenharia. Toda parte de cálculo, toda parte matemática financeira, estatística, eu cortei. E aí eu fui fazer ciências contábeis à noite. Gostei, me identifiquei. Aí eu me identifiquei, fui trabalhar, né? Aí eu trabalhei no banco, depois eu fui para o estaleiro, fui para a área de custos, né? E lá na área de custos (Celia)

Comecei a trabalhar aos 14 anos como costureira. E aí o empreendedorismo apareceu na minha vida, quando eu vi que eu poderia, é... O desejo de empreender apareceu na minha vida quando eu vi que eu podia construir algo maior. É... E do jeito que eu imaginasse. Só que o empreendedorismo, ele se tornou real na minha vida depois que eu fui mãe. Que é o que acontece, né? Filhos, parem. É... São ótimos para parir empreendedores, porque aí eu queria mais. Além de construir uma empresa com os princípios que eu acreditava, eu também queria mais tempo com a minha filha. Então eu podia ter essa... Esse tempo maior. É, eu acho que não é esse tempo maior, né? Mas assim, a ilusão de ter tempo maior. Entendi. De que eu vou trabalhar de casa. É, eu acho que não é esse tempo maior, né? Mas assim, a ilusão de ter tempo maior. Entendi. De que eu vou trabalhar de casa. (Tatiana)

Em suas narrativas, todas as entrevistadas revelaram, de forma consistente, que as dificuldades de inserção e permanência no mercado de trabalho formal, ainda mais com carteira assinada, são imensas. Tais fatos não se constituem em experiências isoladas, mas sim barreiras profundas e complexas, intensificadas por suas condições como mulheres. Essas dificuldades são atravessadas por camadas distintas de opressão, onde o gênero se entrelaça a outros fatores como classe social, raça e território. Estas intersecções criam um panorama de exclusão multifacetado que as empurrou para a busca de alternativas no empreendedorismo, não por simples escolha, mas como uma estratégia de sobrevivência perante um mercado que lhes negou oportunidades equitativas e condições dignas.

Em relação à formação a exclusão do mercado (emprego de carteira assinada), seja pelas características da profissão, configurada como profissional liberal (como no caso advogadas, médicos, fisioterapeutas, dentistas, psicólogos, nutricionistas, terapeutas ocupacionais, dentre outras), ou pela questão de gênero, como mulher com formação superior, sendo demitida primeiro que os homens, que poderiam ser alocados em funções mais braçais, sendo orientada, ainda, a abrir um escritório próprio.

Assim, com medo da demissão, diante do assédio da chefia sobre o risco da demissão dada o nível de formação - que realmente levou à sua demissão – se viu levada a empreender.

eu tive um patrão que ele virou para mim e falou assim, minha filha, você é a única que tem nível superior aqui. E você sabe que estaleiro, quando tem obra, Tem emprego. Não tem obra, todo mundo na rua. E a primeira a ser mandada embora vai ser você. Porque você é a que tem mais possibilidade de fazer qualquer coisa, inclusive pela sua profissão. Que você pode abrir um escritório de contabilidade pra você. E foi isso que aconteceu. Ele me mandou embora. Eu fui a primeira sem mandar embora, porque a obra acabou, né? Vim pra Maricá pra abrir o meu escritório de contabilidade, aí meus irmãos, meu marido tava abrindo a imobiliária, eu fiquei sócia da imobiliária e tive o meu escritório a par, né? E aí esse meu chefe, depois de seis meses que eu tinha montado meu escritório, ele veio aqui, fez questão de vir pra ver se eu realmente estava trabalhando na minha área e eu estava. Há 36 anos! (Célia)

No que tange à maternidade, essa é uma condição ao qual o mercado de trabalho gera barreiras, para as mulheres mães, agregada ao fato de falta de políticas sociais que apoiem as mulheres mães no mercado de trabalho com carteira assinada. Isso se reflete na dificuldade de uma multinacional em institucionalizar a prática do home office, proporcionando que a trabalhadora possa operacionalizar seu trabalho reprodutivo não remunerado, mesmo desempenhando uma ocupação plenamente administrativa, plenamente aplicável ao home office, somada à falta de políticas sociais que facilitassem a sua permanência num retorno ao modelo presencial de trabalho.

Cabe destacar que, em relação ao trabalho em home office, a entrevistada estava nessa configuração de trabalho, além da maternidade, em decorrência da distância entre a residência e o local de trabalho (mais de 50 km). Em relação à distância entre residência e local de trabalho, ainda importa destacar que, mulheres que decidiram ser mães após os 40 anos, considerada tardia, tiveram dificuldades de migrar para o mercado de trabalho no município, não encontrando ocupações que correspondessem às suas necessidades financeiras.

Ainda sobre a “escolha” de se tornar empreendedora, outras considerações são necessárias. Já sendo empreendedora, através da prestação de serviços da sua profissão liberal, para complementar a renda e suprir suas necessidades financeiras, se viu obrigada a aceitar o convite de entrar em um novo projeto de empreendedorismo, para cobrir as oscilações de entradas de rendas do primeiro empreendimento. Esta dinâmica afeta, de forma ostensiva, atinge um ponto crucial, a ocupação do tempo, como empreendedora, em dois projetos.

Não obstante a chamada ao empreendedorismo busque convencer o trabalhador sobre a oportunidade de se tornar um “gestor de si” na realidade material, especialmente das mulheres, o tempo é o que há de mais escasso na vida das

empreendedoras. Um outro exemplo disso é o desejo de empreender para ter mais tempo pra vida pessoal e seus filhos e, na prática, descobrir que não há tempo, assunto que será mais explorado à frente.

3.4 Mulher trabalhadora e dupla jornada

A divisão sexual do trabalho emerge não apenas como uma categoria analítica central neste estudo, mas como a estrutura fundante que organiza e permeia as experiências profissionais relatadas pelas entrevistadas. Esta divisão, longe de ser um resquício arcaico, é um mecanismo social robusto que aloca prioritariamente os homens à esfera produtiva (do trabalho remunerado e público) e confina as mulheres à esfera reprodutiva (do trabalho doméstico, de cuidado e afetivo não remunerado).

Nesse contexto, as respostas das entrevistadas não surpreendem, mas sim corroboram e dão voz material a essa estruturação desigual. Elas explicitam a subalternização sistemática do trabalho feminino, onde suas competências são frequentemente naturalizadas como "dom" ou "aptidão inata", e não como fruto de qualificação e esforço, resultando em sua crônica desvalorização econômica e social. O "esforço" da mulher é invisibilizado, e suas necessidades – como horários flexíveis para conciliar afazeres ou licenças – são frequentemente tratadas como um empecilho e não como uma responsabilidade social a ser compartilhada. Essa dinâmica se concretiza na sobrecarga da dupla ou tripla jornada, na qual o trabalho reprodutivo não remunerado recai inexoravelmente sobre elas, funcionando como um teto de concreto que limita suas potencialidades na esfera produtiva.

No que tange à percepção sobre as diferenças de gênero no empreendedorismo, os depoimentos são ainda mais reveladores. Quando instadas a comparar suas experiências com as de empreendedores homens, todas as entrevistadas convergiram em um ponto crucial: a necessidade contínua e performática de "se impor como profissional" para conquistar um respeito que é outorgado automaticamente aos homens. Esta fala não denota uma mera estratégia individual, mas a obrigação de uma negociação constante de status em um campo que é estruturalmente enviesado. Enquanto o homem-empreendedor é frequentemente lido através da lente da competência inerente e da autoridade

presumida. A mulher-empreendedora precisa construir e reafirmar incessantemente sua credibilidade, gastando energia intelectual e emocional para neutralizar estereótipos de gênero que a colocam em posição de desvantagem. Essa necessidade de autoafirmação perpétua é um custo invisível do empreendedorismo feminino, um trabalho extra não contabilizado que expõe como a suposta neutralidade do mercado é, na verdade, profundamente marcada pelo gênero.

Tem que se impor, né? (Célia)

E se você coloca um homem empreendedor e uma mulher que empreende, é totalmente discrepante a condição de trabalho e de responsabilidades, porque realmente a gente vem de uma sociedade onde a mulher vem, teve aquela criação, aquela cultura de que tem que cuidar da casa, é responsável pelas atividades domésticas e pelas crianças, enfim, e isso não foi diferente comigo. Então, é claro que tem toda essa diferença. (Lucia)

Como destacada a fala de Lucia, na análise das entrevistas revelou um consenso: o peso da responsabilização pelo trabalho reprodutivo não remunerado, inerente aos papéis de gênero tradicionais, recaiu de forma esmagadora sobre as mulheres. Este fator mostrou-se uma variável decisiva em suas trajetórias, transcendendo a dinâmica individual de cada casal. Mesmo naqueles casos em que os parceiros se mostravam colaborativos, a carga física, mental e a gestão final do cuidado com a família e os filhos permaneciam com as entrevistadas. Consequentemente, esta realidade operou como um ponto de viragem crítico, influenciando e, por vezes, limitando diretamente suas escolhas e oportunidades profissionais.

Após a maternidade, que foi aos 40, tive bastante dificuldade de me recolocar no mercado aqui no estado do Rio de Janeiro. Eu vim de outra cidade, E a minha experiência, apesar de ter atuado à distância aqui no Rio, eu não consegui me recolocar como CLT. (Kelly)

Quando eu fiquei nessa dúvida, meu filho nasceu, já tinha um ano e três para quatro meses assim, o meu canal começou a monetizar, bateu um milhão de visualizações. E eu assumi como sendo um sinal. Foi um caminho que eu consegui pra continuar acompanhando o crescimento do meu filho. Ficar perto do meu filho, que eu não iria conseguir home office. (Marlene)

Além de construir uma empresa com os princípios que eu acreditava, eu também queria mais tempo com a minha filha. (Tatiana)

Aí quando o meu filho mais velho chegou assim, uns cinco anos, que começou a entender, né? Ele começou a dizer na escola que eu só sabia trabalhar. que eu não fazia mais nada, só trabalhar, trabalhar, trabalhar. Aí eu fui chamada na escola, né, pra dar um apoio melhor, aí meu marido falou

assim... eu falei, vou largar tudo, vou largar, não vou fazer mais nada. Aí, ele falou assim, não senhora, diminui né, não trabalha mais sábado, durante assim, quando você tiver em casa não pega em trabalho porque eu trabalhava aqui e levava pra casa, trabalhava aqui e levava pra casa, então os filhos só viam eu trabalhando né, então eu fui diminuir e aí deu certo né, deu certo eu comecei a participar mais da vida deles né, e assim seguiu né. (Célia)

As diferenças de papel de gênero estão colocadas para as mulheres, mesmo que de maneira velada, mas o sentimento de responsabilização diante de seus filhos, da casa e da família de maneira geral. E isso é notado nas jornadas de trabalho remunerado e não remunerado. Das 6 entrevistas 5 falaram que o empreendedorismo consome todos os dias da semana, mesmo aos finais de semana. As jornadas diárias desse chegam de 10 a 15 horas para elas. A outra entrevistada, Célia, relata que trabalha de segunda a sexta 8 horas diárias, exceto no período de imposto de renda que, como contadora, atua até exaustão física. Porém, quando somadas as atividades reprodutivas não remuneradas, a jornada diária das entrevistadas toma todo o restante do seu tempo, como destacamos a fala da Marlene:

Só tiro para dormir, mas depois é todas as horas. Em média que eu durmo 6 horas, 7 horas por dia. Tira aí, 24 menos 7, é isso que a gente trabalha. Quando a mulher está em casa tem sempre alguma coisa pra fazer. É um filho que quer uma atenção, tem que ajudar no dever, é o marido que quer conversar, é uma roupa que você esqueceu. Dificilmente a gente fica de bate-papo no celular, de perna pro ar.

Ainda no aspecto do tempo, levamos em consideração tempo para lazer/ *hobby* e autocuidado. Das 6 entrevistadas, 3 tratam que não tem lazer, as outras 3 fazem atividades com a família, nada sozinha ou para si mesmas. Já quando mencionamos o autocuidado, algumas usam o cuidado com a aparência para se sentirem bem, outras usam sua fé como ponto de equilíbrio, já outras foram forçadas por questões médicas a cuidar da própria saúde.

Eu adoro me cuidar. Eu sou extremamente vaidosa, então, me deu a doida, vou para o salão, vou me cuidar. (Lúcia)

Autocuidar, geralmente eu cuido da minha espiritualidade, né? Que aí eu fico mais equilibrada, dá pra passar pelos problemas. (Ana Rosa)

Porque hoje eu já resolvi, eu passei por uma bariátrica tem nove meses. Por quê? Porque o médico falou, sua coluna e seu coração vão embora. Aí eu virei uma chave e falei, agora, o que eu tava falando antes, agora eu vou cuidar de mim. (Tatiana)

Como temos demonstrado ao longo deste capítulo, uma vez empreendedora, a sobrecarga de trabalho se intensifica, materializando a dupla ou tripla jornada sem horário de início e fim. As entrevistadas relatam rotinas exaustivas, onde o trabalho produtivo e o reprodutivo se fundem sem fronteiras. A mulher empreendedora é atravessada pela estrutura social histórica que ainda a designa como principal, senão única, responsável pelas esferas do cuidado e do trabalho doméstico, o trabalho reprodutivo não remunerado.

As jornadas moldam desde a escolha do negócio até suas possibilidades de crescimento, perpetuando desigualdades de gênero sob a nova roupagem da "empresária de si mesma". O que entendemos é que a decisão de empreender não é por si uma escolha primária, mas uma consequência direta das barreiras impostas pela divisão sexual do trabalho no mercado formal e pela falta de oportunidade no território. A maternidade, por sua vez, surge como um ponto de inflexão crucial.

Por essa razão, na divisão sexual do trabalho, que distingue o trabalho produtivo (público, remunerado, historicamente associado ao masculino) do reprodutivo (doméstico, de cuidado, não remunerado e atribuído ao feminino), pela análise das entrevistas com as empreendedoras de Maricá revela como essa estrutura social molda profundamente suas trajetórias profissionais e pessoais.

Embora gênero e trabalho sejam as categorias principais desta pesquisa, sob uma perspectiva teórico-metodológica interseccional, outros fatores de análise também se mostram essenciais, como o território de Maricá, que possui um mercado de trabalho formal bastante limitado. Essa situação força grande parte da população, especialmente as mulheres, a recorrer à informalidade e ao empreendedorismo. Ou seja, essa escolha não é mais uma opção livre, mas uma estratégia de sobrevivência construída na intersecção entre a classe social das mulheres e as oportunidades econômicas escassas no território.

Por fim, o estudo inclui a dimensão racial como um "eixo estrutural das desigualdades brasileiras", reconhecendo que o acesso ao crédito, as oportunidades e os caminhos percorridos pelas empreendedoras também são influenciados por sua identidade racial. Assim, a abordagem interseccional possibilita entender o empreendedorismo feminino em Maricá não como um fenômeno uniforme, mas como uma experiência complexa e multifacetada, onde obstáculos e estratégias são moldados pela combinação simultânea de diferentes marcadores sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste percurso investigativo, que se debruçou sobre a complexa realidade das mulheres empreendedoras na cidade de Maricá, emergimos com uma compreensão aprofundada que transcende e desafia as narrativas hegemônicas sobre empreendedorismo, trabalho e gênero. Esta dissertação nasceu de uma inquietação pessoal, da experiência vivida na pele como mulher, trabalhadora e, por fim, empreendedora no município de Maricá. A sensação de sufocamento diante de um mercado de trabalho excludente e a busca por alternativas que, ao final, revelaram novas formas de desamparo, foram o estopim que transformou a vivência em objeto de pesquisa. O objetivo, desde o início, foi compreender e dar visibilidade a um cenário que parecia ser apenas meu, mas que, como a investigação demonstrou, é a realidade de inúmeras mulheres.

O caminho metodológico adotado, pautado em uma abordagem qualitativa e participante, e alicerçado na ferramenta analítica da interseccionalidade, mostrou-se fundamental para capturar não apenas os dados, mas as vozes, as tensões e as estratégias de resistência das mulheres que protagonizam este estudo.

Ao mergulhar nas histórias de Lúcia, Ana Rosa, Kelly, Marlene, Célia e Tatiana, a pesquisa confirmou a hipótese central que a norteou: o discurso hegemônico que celebra o empreendedorismo como um ato de liberação e autonomia individual desmorona diante da realidade material. O que encontramos não foi um caminho de escolhas livres, mas uma rota de fuga, uma estratégia de sobrevivência impulsionada pela precarização estrutural do trabalho e pelas barreiras impostas por uma sociedade que ainda se organiza sob a lógica da divisão sexual, racial e territorial do trabalho. Buscamos, assim, não apenas apresentar respostas, mas também levantar novas questões, contribuindo para um debate crítico e socialmente engajado sobre um dos fenômenos mais emblemáticos e contraditórios da nossa era: **o paradoxo do empreendedorismo entre a sobrevivência e a autoexploração**.

A primeira grande conclusão desta pesquisa é a desmistificação do empreendedorismo como caminho virtuoso para a autonomia. Conforme analisado no primeiro capítulo, a ascensão deste modelo laboral é um projeto político neoliberal que visa transferir os riscos e os custos da proteção social do Estado e do capital para o indivíduo, sob a ideologia do "gestor de si mesmo". As narrativas das seis mulheres

entrevistadas materializam essa crítica. Suas trajetórias revelam que a opção por empreender não foi uma escolha primária, mas uma consequência direta de um mercado de trabalho que lhes fechou as portas ou lhes ofereceu condições insustentáveis.

A "autonomia" de ser a própria chefe se converge, na prática, em uma jornada de autoexploração sem fim. As rotinas de 15 horas diárias, a ausência de fronteiras entre o tempo de trabalho e o tempo de vida, e a angústia constante com a instabilidade da renda desmentem a ideia de liberdade. Esta realidade ecoa a análise de Ricardo Antunes sobre a nova morfologia do trabalho, na qual a ausência de direitos é rebatizada de "flexibilidade" e a instabilidade se torna a norma, intensificando a autoexploração.

O uso da interseccionalidade como lente analítica, conforme proposto por Kimberlé Crenshaw e Patricia Hill Collins, foi a chave para desvendar as múltiplas camadas de opressão que constituem a experiência das empreendedoras de Maricá. A pesquisa demonstrou de forma inequívoca que não se pode falar de "a" mulher empreendedora, mas de "mulheres" cujas vivências são radicalmente distintas e moldadas pela interação simultânea de diferentes eixos de poder.

A estrutura fundante que permeia todas as narrativas é a divisão sexual do trabalho. Conforme teorizado por Helelith Saffioti e outras feministas críticas, o capitalismo se articula com o patriarcado para relegar às mulheres a responsabilidade primária pelo trabalho reprodutivo — o cuidado da casa, dos filhos, da família — que, embora essencial para a reprodução da força de trabalho, é invisibilizado e não remunerado.

Para as entrevistadas, essa realidade se manifestou como o principal obstáculo no mercado formal e como a principal fonte de sobrecarga no empreendedorismo. A necessidade de "acompanhar o crescimento do filho" ou a busca pela "ilusão de ter mais tempo" foram catalisadores para a busca do empreendedorismo como modelo de trabalho. Contudo, essa tentativa de conciliação resultou em uma dupla ou tripla jornada de trabalho, onde as demandas do trabalho se somam, sem trégua, às responsabilidades domésticas, que continuam a recair majoritariamente sobre elas. A necessidade constante de "se impor" para ser levada a sério em um ambiente de trabalho masculinizado é a prova de que, mesmo fora da

estrutura de uma empresa tradicional, as hierarquias de gênero persistem e se reproduzem.

Essa dinâmica é intensificada pela condição de classe. Embora qualificadas, as entrevistadas pertencem à classe trabalhadora e seu empreendimento é, antes de tudo, sua ferramenta de subsistência. A luta diária para "pagar os boletos" e a dependência de programas sociais como o PPT evidenciam uma vulnerabilidade econômica que o discurso do "sucesso individual" convenientemente ignora. Essa realidade expõe a falácia neoliberal de que o empreendedorismo é um campo de oportunidades iguais para todos, ignorando que, para a classe trabalhadora, ele representa a gestão individual da precariedade em um sistema que produz desigualdade estruturalmente.

É crucial destacar a dimensão da raça. A fala de Lúcia, ao afirmar que para a "mulher preta, tem mais dificuldade ainda", rasga o véu de uma suposta experiência feminina universal, demonstrando como o racismo se entrelaça ao sexism, posicionando a mulher negra na base da pirâmide de opressão. E ecoa a longa história de luta das mulheres negras no Brasil que, como nos lembra a dissertação, sempre estiveram no mundo do trabalho, mas em posições de subalternidade, transformando o empreendedorismo informal, desde os tempos das ganhadeiras, em uma tática de resistência e sobrevivência.

A luta delas nunca foi para "entrar" no mercado, mas para ter seu trabalho reconhecido e valorizado. A dificuldade de acesso a crédito, a desconfiança de fornecedores e clientes, e a necessidade de lutar contra estereótipos são barreiras intensificadas pela intersecção de gênero e raça, tornando a jornada da empreendedora negra duplamente desafiadora. O silêncio sobre a raça nas falas das outras entrevistadas não significa sua ausência como fator estruturante, mas reflete a complexidade e, por vezes, a naturalização do racismo na sociedade brasileira.

Por fim, o território de Maricá, sob análise inspirada em Milton Santos e Henri Lefebvre, revelou-se um ator central, um verdadeiro paradoxo vivo. A cidade, com seu robusto sistema de políticas sociais, como a Renda Básica de Cidadania (RBC), o transporte "Tarifa Zero" e programas de fomento como o antigo PPT, financiado por royalties, funciona como um amortecimento diante das vulnerabilidades. Os programas de transferência de renda foram vitais para as entrevistadas, garantindo um mínimo de segurança em meio à instabilidade. Contudo, essas políticas, embora

essenciais, não confrontam a estrutura de um mercado de trabalho local precarizado e periférico.

Todas as entrevistadas acessaram alguma política municipal, que se mostrou fundamental para "pagar parte dos custos fixos" ou "ajudar a fazer as compras de casa". Contudo, embora essas políticas ofereçam um suporte mínimo, elas podem, paradoxalmente, tornar mais palatável a condição de trabalhador autônomo e desprotegido, em consonância com a lógica neoliberal de substituição da proteção social universal pela gestão individualizada do risco, subsidiada pelo Estado. A indignação com as falhas e a descontinuidade desses programas, como o Cota 10, revela a profunda dependência e vulnerabilidade dessas mulheres, mostrando que as políticas, apesar de seu alcance, atuam mais como um paliativo do que como uma solução estrutural para a questão do trabalho digno.

Uma análise crítica das políticas sociais, tanto em nível municipal quanto federal, constitui outra conclusão central deste trabalho. O estudo mapeou um conjunto expressivo de programas em Maricá, que representam um esforço notável de criação de uma rede de proteção social local. A moeda social "Mumbuca" e os programas de transferência de renda como a RBC e o PPT são exemplos de inovação em política social que, de fato, mitigam os efeitos mais agudos da pobreza e da desigualdade.

No entanto, quando analisadas sob a ótica da questão do trabalho, essas políticas revelam suas limitações. A pesquisa constatou que, embora exista um fomento ao empreendedorismo, ele se dá majoritariamente pela via da transferência de renda ou do microcrédito, como no caso do empréstimo a juros zero oferecido pela prefeitura. Essa abordagem, replicada em nível federal com programas como o "Elas Empreendem", alinha-se perfeitamente ao receituário neoliberal: uma financeirização da política social que privatiza o risco e desresponsabiliza o Estado de seu dever de garantir trabalho digno, uma lógica perversa, pois mascara a falência da proteção social como uma "oportunidade" de negócio, individualizando uma questão que é estrutural e coletiva. O discurso do prefeito, que diferencia "empreendedorismo" de "pensionismo" para justificar o fim do PPT, é emblemático dessa mentalidade que desconsidera que, para muitas mulheres, esse modo de trabalho é uma estratégia de subsistência imposta pela desregulamentação do trabalho que o próprio Estado promove.

Ademais, o desmonte das políticas sociais em nível federal, especialmente após 2016 com a Emenda do Teto de Gastos e as reformas trabalhista e previdenciária, agravou drasticamente este cenário. O subfinanciamento de áreas essenciais como creches, saúde e políticas de enfrentamento à violência de gênero impacta desproporcionalmente as mulheres, aumentando sua carga de trabalho reprodutivo e limitando ainda mais suas possibilidades no mundo do trabalho produtivo. O cenário de Maricá, portanto, deve ser compreendido como uma tentativa local de remar contra uma maré nacional de retrocessos, mas que, sem enfrentar as causas estruturais da precarização, corre o risco de apenas gerenciar a pobreza gerada por esse mesmo modelo.

Acreditamos que esta dissertação oferece contribuições significativas para o campo da Política Social e para os estudos sobre trabalho, gênero e interseccionalidade. Primeiramente, ao adotar uma perspectiva crítica e participante, o estudo amplificou a voz às experiências concretas de mulheres empreendedoras, revelando as contradições por trás das estatísticas. A análise do caso de Maricá contribui para o debate sobre os limites e as potencialidades das políticas sociais em nível subnacional, demonstrando como as dinâmicas locais interagem com as macrotendências nacionais de desmonte da proteção social.

Em segundo lugar, a aplicação rigorosa do referencial interseccional permitiu desvelar a complexidade das desigualdades, mostrando como gênero, raça, classe e território se articulam para produzir vulnerabilidades específicas. Esta abordagem desafia análises que tratam o "empreendedorismo feminino" como um bloco homogêneo e reforça a necessidade de políticas públicas que sejam sensíveis a essas múltiplas clivagens.

Reconhecemos, contudo, os limites desta investigação. O estudo se concentrou em um grupo específico de seis mulheres com nível superior completo, cujas experiências, embora ricas e reveladoras, não representam a totalidade das mulheres empreendedoras de Maricá, muitas das quais possuem menor escolaridade e enfrentam vulnerabilidades ainda mais agudas. A metodologia qualitativa, por sua natureza, não permite generalizações estatísticas, mas busca a profundidade da compreensão de um fenômeno.

Diante disso, apontamos para a necessidade de futuras pesquisas que possam ampliar e aprofundar as questões aqui levantadas. Seriam valiosos estudos

quantitativos que mapeassem o perfil socioeconômico da totalidade das MEIs femininas em Maricá, cruzando dados de renda, raça, escolaridade e setor de atuação. Pesquisas longitudinais poderiam acompanhar a trajetória dessas empreendedoras ao longo do tempo, avaliando o impacto de longo prazo das políticas municipais em sua estabilidade econômica e qualidade de vida. Estudos comparativos entre Maricá e outros municípios com diferentes modelos de política social também poderiam gerar reflexões importantes sobre as melhores estratégias para promover o trabalho digno. Por fim, investigações focadas especificamente na intersecção de raça e empreendedorismo no município são urgentes para aprofundar a compreensão sobre como o racismo estrutural opera no contexto local.

Ao encerrar esta reflexão, reafirmamos a tese central que emergiu da análise: a verdadeira autonomia para as mulheres trabalhadoras não reside na gestão individual da própria precariedade, mas na conquista de direitos coletivos e universais. A celebração do "empreendedorismo feminino" como solução para as desigualdades de gênero e classe é uma armadilha neoliberal que despolitiza a questão social, transforma a exploração em "empoderamento" e fragmenta a classe trabalhadora, enfraquecendo sua capacidade de luta coletiva.

A experiência das mulheres de Maricá é um microcosmo das contradições do capitalismo contemporâneo. Elas são a personificação da resiliência e da capacidade de criar estratégias de sobrevivência em um cenário adverso. Assim, não podemos substituir a responsabilidade do Estado em garantir as condições para uma vida digna. A sobrecarga da dupla jornada, a instabilidade financeira e a necessidade de se provar constantemente não são problemas individuais de gestão de tempo ou de autoconfiança, mas expressões de uma estrutura social profundamente desigual, patriarcal, racista e capitalista.

A superação deste quadro não virá de mais cursos de "gestão" ou de linhas de microcrédito que endividam ainda mais as trabalhadoras. A alternativa real passa pela reconstrução da proteção social, com a valorização do trabalho formal e a garantia de direitos como aposentadoria, licença-maternidade e seguro-desemprego para todas. Passa, fundamentalmente, pela socialização do trabalho reprodutivo, por meio de um investimento massivo em políticas públicas de cuidado, como creches em tempo integral, escolas de qualidade, restaurantes populares e lavanderias

comunitárias, que liberem o tempo das mulheres e reconheçam o cuidado como uma responsabilidade de toda a sociedade, e não um fardo feminino.

A luta por um futuro mais justo exige que se questione a própria centralidade do empreendedorismo como modelo de trabalho precarizado. É preciso disputar a narrativa e afirmar que a alternativa à precarização não é a autogestão da miséria, mas a organização política da classe trabalhadora por um projeto de sociedade que coloque a vida acima do lucro. As vozes de Lúcia, Ana Rosa, Kelly, Marlene, Célia e Tatiana, que ecoam nestas páginas, não são apenas relatos de dificuldades; elas se convertem no fortalecimento da luta coletiva por um mundo onde o trabalho seja, de fato, um ato de dignificação humana, e não um instrumento de opressão.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL

1. Identificação

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Profissão:

Média mensal de renda:

Raça/etnia:

Estado civil:

Orientação sexual e identidade de gênero:

Filhos (quantos):

Município/ Bairro:

Religião/credo:

2. Trabalho produtivo - condição de mulher empreendedora

Por que optou por ser empreendedora?

Sua atividade como empreendedora está vinculada a:

- A. sua formação.
- B. um lazer.
- C. outro conhecimento que adquiriu ao longo da vida.

Já trabalhou com carteira assinada e/ou trabalha como CLT no momento?

A renda adquirida com o empreendedorismo é sua renda principal ou funciona como complemento de renda?

Como é ser empreendedora?

Você trabalha como empreendedora quantas horas por dia?

Trabalha remotamente ou presencialmente? Se presencialmente, esse local é dentro de casa ou fora de casa?

Trabalha sozinha ou tem apoio de outra pessoa? Se sim, qual é o tipo de vínculo?

Quais são os maiores desafios para iniciar e permanecer neste modelo de trabalho?

Acessa algum programa social?

- A. Bolsa família (Programa Federal)

- B. BPC (Programa Federal)
- C. Auxílio cuidar (Programa Municipal)
- D. PPT/ Cota 10 (Programa Municipal)
- E. Outros. Qual: _____

Se tivesse oportunidade, mudaria para um trabalho com carteira assinada? Por quê?
Em sua opinião há alguma diferença entre a mulher e o homem na condição de empreendedor? Se sim, qual(is) seria(m)? Se não, por quê?

3. Trabalho reprodutivo não remunerado

Como as atividades de casa (cuidar dos filhos, arrumar a casa, lavar louça) são realizadas na sua casa? Como você organiza as atividades de casa (filhos, casa) em relação ao trabalho?

Se considerar o trabalho e as atividades domésticas, quantas horas de trabalho essas atividades ocupam do seu tempo?

4. Autocuidado e vida comunitária

Você tem algum lazer?

Você consegue realizar o seu lazer?

Quais atividades você gosta de desenvolver referentes ao autocuidado e à vida comunitária?

APÊNDICE B – FONTE DE PESQUISA PARA A ELABORAÇÃO DA TABELA 3 - POLÍTICAS SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE MARICÁ – RJ

1. Arquivo Programas - Prefeitura de Maricá, acessado em setembro 12, 2025, <https://www.marica.rj.gov.br/programas/>
2. Arquivos Programa Habitar - Prefeitura de Maricá, acessado em setembro 12, 2025, <https://www.marica.rj.gov.br/tag/programa-habitar/>
3. ARTIGO: Viva os vermelhinhos tarifa zero na cidade de Maricá - Jornal Capital, acessado em setembro 12, 2025, <https://www.jornalcapital.com.br/materias/14321-artigo-viva-os-vermelhinhos-tarifa-zero-na-cidade-de-marica>
4. Avaliação do programa Renda Básica de Cidadania do município de Maricá | Extensão, acessado em setembro 12, 2025, <https://www.extensao.uff.br/?q=content/avalia%C3%A7%C3%A3o-do-programa-renda-b%C3%A1sica-de-cidadania-do-munic%C3%ADpio-de-maric%C3%A1>
5. Bilhete Único Universitário - Prefeitura de Maricá, acessado em setembro 12, 2025, <https://www.marica.rj.gov.br/programa/vermelhinhos-2/>
6. Cadastro Municipal de Inclusão da Pessoa com Deficiência, acessado em setembro 12, 2025, <https://www.maricapoliticasinclusivas.com.br/noticias.php?id=468>
7. Cinquenta estudantes de Maricá vão cursar medicina pelo programa Passaporte Universitário - Jornal Capital, acessado em setembro 12, 2025, <https://jornalcapital.jor.br/materias/15146-cinquenta-estudantes-de-marica-vao-cursar-medicina-pelo-programa-passaporte-universitario>
8. Conheça o transporte de Maricá, maior cidade a oferecer tarifa zero no País - Idec, acessado em setembro 12, 2025, <https://idec.org.br/noticia/conheca-o-transporte-de-marica-maior-cidade-oferecer-tarifa-zero-no-pais>
9. decreto nº 1.226, de 10 de outubro de 2023. - Publica leis, acessado em setembro 12, 2025, <https://marica-publicaleis.plataformaconnectabr.com.br/law/vqV9HVle17P4nnTzp5RJ8>

10. decreto nº 1296, de 14 de dezembro de 2023. - Publica leis, acessado em setembro 12, 2025, <https://marica-publicaleis.plataformaconnectabr.com.br/law/5rapUEFIzHCXH8IB5MEI0>
11. Especialista em Segurança Pública elogia políticas adotadas em Maricá - Jornal Capital, acessado em setembro 12, 2025, <https://www.jornalcapital.com.br/materias/15103-especialista-em-seguranca-publica-elogia-politicas-adoptadas-em-marica>
12. FEMAR – Fundação Estatal de Saúde de Maricá, acessado em setembro 12, 2025, <https://femar.marica.rj.gov.br/>
13. Habitar - Prefeitura de Maricá, acessado em setembro 12, 2025, <https://www.marica.rj.gov.br/programa/habitar/>
14. Incubadora Mumbuca futuro - Instituto Singular Ideias Inovadoras, acessado em setembro 12, 2025, <https://institutosingular.org.br/incubadora-mumbuca-futuro/>
15. Institucional - Mais - Passaporte Universitário Pós-Graduação - Unilasalle Rio de Janeiro, acessado em setembro 12, 2025, <https://www.unilasalle.edu.br/rj/mais/passaporte-universitario-pos-graduacao>
16. Institucional - Notícias - Passaporte universitário - Unilasalle Rio de Janeiro, acessado em setembro 12, 2025, <https://www.unilasalle.edu.br/rj/noticias/passaporte-universitario>
17. Lei Nº 2872, de 24/06/2019 (revogada) - Passaporte Universitário - Prefeitura de Maricá, acessado em setembro 12, 2025, https://passaporteuniversitario.marica.rj.gov.br/legislacao_download/01_Lei_2872_2019.pdf
18. Mapa da Mulher Maricaense - ArcGIS Experience Builder, acessado em setembro 12, 2025, <https://experience.arcgis.com/experience/bd866edd33874fd78ac5b22c4b90c766>
19. Maricá abre inscrições para cursos de capacitação para empreendedores, acessado em setembro 12, 2025, <https://noticia1.com.br/marica-abre-inscricoes-para-cursos-de-capacitacao-para-empreendedores/>

20. Maricá abre inscrições para o Programa Bilhete Único Universitário 2025, acessado em setembro 12, 2025, <https://maricainfo.com/2025/05/24/marica-abre-inscricoes-para-o-programa-bilhete-unico-universitario-2025.html>
21. Maricá abre inscrições para o quinto ciclo do programa “Avança ...”, acessado em setembro 12, 2025, <https://maricainfo.com/2024/03/07/marica-abre-inscricoes-para-o-quinto-ciclo-do-programa-avanca-marica.html>
22. Maricá amplia acesso à moradia digna com 45 novas unidades habitacionais, acessado em setembro 12, 2025, <https://jornalcapital.jor.br/materias/15396-marica-amplia-acesso-a-moradia-digna-com-45-novas-unidades-habitacionais>
23. Maricá Basic Income, acessado em setembro 12, 2025, <https://www.maricabasicincome.com/>
24. MARICÁ confirma PAT ATÉ DEZEMBRO; Tiroteio em INOÃ e LIXO pela cidade - YouTube, acessado em setembro 12, 2025, <https://www.youtube.com/watch?v=t57ObRqtMI4>
25. Maricá lança campanha de enfrentamento à violência contra mulher - Portal EPT, acessado em setembro 12, 2025, <https://www.eptmarica.rj.gov.br/index.php/noticias/item/233-marica-lanca-campanha-de-enfrentamento-a-violencia-contra-mulher>
26. Maricá realiza 5ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres e elege delegadas, acessado em setembro 12, 2025, <https://errejotanoticias.com.br/marica-realiza-5a-conferencia-municipal-de-politicas-para-as-mulheres-e-elege-delegadas/>
27. Maricá registra queda em indicadores de segurança pública no ..., acessado em setembro 12, 2025, <https://prolates.com.br/marica-registra-queda-em-indicadores-de-seguranca-publica-no-ultimo-semestre/>
28. MARICÁ: CADASTRE-SE NO BILHETE ÚNICO UNIVERSITÁRIO - Instituto JCA, acessado em setembro 12, 2025, <https://ijca.org.br/marica-cadastre-se-no-bilhete-unico-universitario/>
29. Maricá: Passaporte Técnico tem edital publicado; 1.000 vagas para moradores - YouTube, acessado em setembro 12, 2025, <https://www.youtube.com/watch?v=Eyl4Qeb5MNM>

30. Maricá: Prefeito anuncia PAT até março de 2023 e criação Programa de Proteção do Trabalhador - YouTube, acessado em setembro 12, 2025, https://www.youtube.com/watch?v=pvR4BS3_mgU
31. Maricá: Saiba quem tem direito e como se inscrever no Programa ..., acessado em setembro 12, 2025, <https://maricainfo.com/2022/12/18/marica-saiba-quem-tem-direito-e-como-se-inscrever-no-programa-de-protectao-ao-trabalhador-ppt.html>
32. Mulheres de Maricá propõem ações coletivas contra violência e desigualdade, acessado em setembro 12, 2025, <https://folhadoleste.com.br/pt-br/politicas-mulheres-marica-2024/>
33. Mumbuca Futuro - Prefeitura de Maricá, acessado em setembro 12, 2025, <https://www.marica.rj.gov.br/programa/vermelhinhos-3/>
34. Notícias - FEMAR - Prefeitura de Maricá, acessado em setembro 12, 2025, <https://femar.marica.rj.gov.br/noticias/>
35. Orientações sobre o auxílio cuidar - CENTRO DE REFERÊNCIA EM ..., acessado em setembro 12, 2025, <https://www.maricapoliticasinclusivas.com.br/noticias.php?id=512>
36. Passaporte Técnico - Prefeitura de Maricá, acessado em setembro 12, 2025, <https://passaportetecnico.marica.rj.gov.br/>
37. Passaporte Universitário - Prefeitura de Maricá, acessado em setembro 12, 2025, <https://www.marica.rj.gov.br/programa/passaporte-universitario/>
38. Passaporte Universitário para embarcar no futuro tecnológico de Maricá - ErreJota Notícias, acessado em setembro 12, 2025, <https://errejotanoticias.com.br/passaporte-universitario-para-embarcar-no-futuro-tecnologico-de-marica/>
39. PAT - SIM Maricá, acessado em setembro 12, 2025, <https://sim.marica.rj.gov.br/PAT>
40. Pesquisa da UFF publica avaliação do Programa de Renda Básica de Maricá, acessado em setembro 12, 2025, <https://www.uff.br/11-12-2024/pesquisa-da-uff-publica-avaliacao-do-programa-de-renda-basica-de-marica/>
41. PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2022 - 2025, acessado em setembro 12, 2025, <https://transparencia.marica.rj.gov.br/storage/files/subcategory->

- attachment/1750079886-plano-municipal-de-saude-2022-2025-alterado-em-2023-com-proposta-de-inclusao-cerest.pdf
42. Plano-Municipal-de-Saude-de Marica-2022-2025 | PDF | Epidemiologia - Scribd, acessado em setembro 12, 2025,
<https://pt.scribd.com/document/701118140/Plano-Municipal-de-Saude-de-Marica-2022-2025>
43. Política Archives - Página 42 de 128 - Maricá Info, acessado em setembro 12, 2025, <https://maricainfo.com/category/politica/page/42?amp>
44. POLÍTICA HABITACIONAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PLENA NO MUNICÍPIO DE MARICÁ (RJ) | Enepcp, acessado em setembro 12, 2025, <https://anepepc.org/ojs/index.php/br/article/view/444>
45. Políticas e Defesa dos Direitos das Mulheres - Prefeitura de Maricá, acessado em setembro 12, 2025, <https://www.marica.rj.gov.br/secretaria/direito-das-mulheres/>
46. Políticas Inclusivas - CRPI - Prefeitura de Maricá, acessado em setembro 12, 2025, <https://www.marica.rj.gov.br/politicas-inclusivas-crpi/>
47. Políticas Inclusivas dispõe Cadastro Municipal de Inclusão da Pessoa com Deficiência, acessado em setembro 12, 2025, <https://sosnoticiasrj.com/2024/02/25/politicas-inclusivas-dispoe-cadastro-municipal-de-inclusao-da-pessoa-com-deficiencia/>
48. Políticas Inclusivas inaugura ampliação do Meu Lar em Maricá - SOS Notícias RJ, acessado em setembro 12, 2025, <https://sosnoticiasrj.com/2024/04/03/politicas-inclusivas-inaugura-ampliacao-do-meu-lar-em-marica/>
49. Políticas para Pessoas com Deficiência - Prefeitura de Maricá, acessado em setembro 12, 2025, <https://www.marica.rj.gov.br/politica-para-pessoas-com-deficiencia/>
50. Políticas para Terceira Idade - SPTI - Prefeitura de Maricá, acessado em setembro 12, 2025, <https://www.marica.rj.gov.br/secretaria/politicas-para-terceira-idade/>
51. Políticas públicas de segurança de Maricá viram referência nacional ..., acessado em setembro 12, 2025,

- <https://www.marica.rj.gov.br/noticia/politicas-publicas-de-seguranca-de-marica-viram-referencia-nacional/>
52. Prefeitura de Maricá entrega 19 novas casas a moradores de Pindobas - Jornal Capital, acessado em setembro 12, 2025,
<https://jornalcapital.com.br/materias/13391-prefeitura-de-marica-entrega-19-novas-casas-a-moradores-de-pindobas>
53. Prefeitura de Maricá nega desvios de recursos da saúde - Agência Brasil, acessado em setembro 12, 2025,
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-02/prefeitura-de-marica-nega-desvios-de-recursos-da-saude>
54. Prefeitura de Maricá, acessado em setembro 12, 2025,
<https://www.marica.rj.gov.br/>
55. Prefeitura lança o programa Avança Maricá - O Dia, acessado em setembro 12, 2025, <https://odia.ig.com.br/marica/2022/05/6412233-prefeitura-lanca-o-programa-avanca-marica.html>
56. Profissionais da saúde pública de Maricá receberão capacitação em plantas medicinais e fitoterápicos | CODEMAR, acessado em setembro 12, 2025,
<https://codemar-sa.com.br/profissionais-da-saude-publica-de-marica-receberao-capacitacao-em-plantas-medicinais-e-fitoterapicos/>
57. Programa de Amparo ao Trabalhador - Prefeitura de Maricá, acessado em setembro 12, 2025, <https://www.marica.rj.gov.br/programa/programa-de-amparo-ao-trabalhador/>
58. Programa de Proteção ao Trabalhador (PPT) de Maricá inclui novas categorias e prorroga inscrições, acessado em setembro 12, 2025,
<https://maricainfo.com/2023/01/25/programa-de-protecao-ao-trabalhador-ppt-de-marica-inclui-novas-categorias-e-prorroga-inscricoes.html>
59. Programa de Renda Básica DE Cidadania- Consulta de Benefícios, acessado em setembro 12, 2025, <https://rendabasicacidadania.marica.rj.gov.br/>
60. Programa Habitar contempla famílias de Maricá com casas reformadas - GB, acessado em setembro 12, 2025, <https://www.gbnews.com.br/single-post/programa-habitar-contempla-fam%C3%ADlias-de-maric%C3%A1-com-casas-reformadas>

61. Programa Mumbuca Futuro - YouTube, acessado em setembro 12, 2025, <https://www.youtube.com/watch?v=iDTliEi2e2k>
62. Programa Passaporte Técnico - Prefeitura de Maricá, acessado em setembro 12, 2025, <https://www.marica.rj.gov.br/programa/passaporte-tecnico/>
63. Programa Sanear Maricá leva esgotamento sanitário a mais 60 famílias em vulnerabilidade social no Retiro - Sanemar, acessado em setembro 12, 2025, <https://sanemar-sa.com.br/programa-sanear-marica-leva-esgotamento-sanitario-a-mais-60-familias-em-vulnerabilidade-social-no-retiro/>
64. Programas - Sanemar, acessado em setembro 12, 2025, <https://sanemar-sa.com.br/programas-2/>
65. Programas Sociais | Portal da Transparéncia, acessado em setembro 12, 2025, <https://transparencia.marica.rj.gov.br/acompanhamento-de-programas-e-acoes/programas-sociais/links-e-arquivos>
66. Projeto da Prefeitura de Maricá tem ação especial até o fim do ano - ICTIM, acessado em setembro 12, 2025, <https://ictim.com.br/2024/10/25/projeto-da-prefeitura-de-marica-tem-acao-especial-ate-o-fim-do-ano/>
67. Projeto Passaporte Universitário e Mumbuca do Futuro beneficiam estudantes de Maricá, acessado em setembro 12, 2025, <https://www.youtube.com/watch?v=73LYFFhoAQA>
68. Referência nacional, Tarifa Zero de Maricá registra aumento de ..., acessado em setembro 12, 2025, <https://www.eptmarica.rj.gov.br/index.php/noticias/item/341-referencia-nacional-tarifa-zero-de-marica-registra-aumento-de-passageiros-em-2024>
69. Renda Básica de Cidadania - Prefeitura de Maricá, acessado em setembro 12, 2025, <https://prefeitura.eduardociscato.com.br/programa/renda-basica-de-cidadania/>
70. Sanear Mais Água - Prefeitura de Maricá, acessado em setembro 12, 2025, <https://www.marica.rj.gov.br/programa/sanear-agua/>
71. Segurança em Maricá - Malva Imóveis, acessado em setembro 12, 2025, <https://www.malvaimoveis.com.br/blog/seguranca-em-marica-7250/7250>
72. Sobre a Pesquisa - Maricá Basic Income, acessado em setembro 12, 2025, <https://www.maricabasicincome.com/pt/sobre-a-pesquisa>

73. Últimas - Jornal Portal Lagos, acessado em setembro 12, 2025,
<https://jornalportallagos.com.br/marica-lanca-editais-da-politica-nacional-aldir-blanc-e-plataforma-desenrola-cultura-em-evento-no-cine-henfil/>

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade: feminismos plurais. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019

AMORIM, Henrique; GUILHERME, Guilherme Henrique; MODA, Felipe Bruner; PELEGRIINI, João Gabriel Selles. O Empreendedorismo Contemporâneo ou uma Forma de Mistificação das Relações de Classe. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. v. 11 n. 3 (2021): Setembro - Dezembro de 2021.

ANSILIERO, Graziela; COSTANZI, Rogério Nagamine; CIFUENTES, Ricardo. Microempreendedor Individual (MEI): Evolução Da Legislação, Revisão Da Literatura E Temas Para O Debate. Rio de Janeiro: Ipea - 2024.

ANTUNES, Ricardo. A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula). 2005.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infoproletariado, (i)materialidade e valor. In ANTUNES, Ricardo (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II. São Paulo: Boitempo, 2013.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARQUIVO Programas. *In: Prefeitura de Maricá*. [S. I.], [2025?]. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/programas/>. Acesso em: 12 set. 2025.

ARTIGO: Viva os vermelhinhos tarifa zero na cidade de Maricá. *In: Jornal Capital*, [S. I.], [2025?]. Disponível em: <https://www.jornalcapital.com.br/materias/14321-artigo-viva-os-vermelhinhos-tarifa-zero-na-cidade-de-marica>. Acesso em: 12 set. 2025.

AVALIAÇÃO do programa Renda Básica de Cidadania do município de Maricá | Extensão. *In: Extensão UFF*. [S. I.], [2025?]. Disponível em: <https://www.extensao.uff.br/?q=content/avalia%C3%A7%C3%A3o-do-programa>

renda-b%C3%A1sica-de-cidadania-do-munic%C3%ADpio-de-maric%C3%A1.

Acesso em: 12 set. 2025.

BATISTA, Eunice. Zona de sacrifício, a partir do livro inflamable: estudo del sufrimiento ambiental. PUCRS. Senpinf. 2024. disponível: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/1837/assets/edicoes/2024/comp-list-docs.html>

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BHATTACHARYA, Tithi (Org.). Teoria da Reprodução Social: Remapeando a classe, recentrando a opressão. São Paulo: Batatais, 2019.

BILHETE ÚNICO UNIVERSITÁRIO. *In:* Prefeitura de Maricá. [S. I.], [2025?]. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/programa/vermelhinhas-2/>. Acesso em: 12 set. 2025.

BRASIL. Elas Empreendem. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/elas-empreendem>. Acesso em: 05 fev. 2025.

BRASIL. Governo Federal lança pacote de políticas para mulheres nesta sexta-feira, 8 de março. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/03/governo-federal-lanca-pacote-de-politicas-para-mulheres-nesta-sexta-feira-8-de-marco>. Acesso em: 05 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. Portal do Microempreendedor Individual. Disponível em: <http://www22.receita.fazenda.gov.br/inscricaomei/>. Acesso em: 5 fev. 2025.

BRUNO, Miguel. Financeirização e crescimento econômico: o caso do Brasil. ComCiência, Campinas, n. 128, maio 2011. Disponível em: <https://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542011000400009&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 10 abr. 2025.

CADASTRO Municipal de Inclusão da Pessoa com Deficiência. *In:* Maricá Políticas Inclusivas. [S. I.], [2023?]. Disponível em:

<https://www.maricapoliticasinclusivas.com.br/noticias.php?id=468>. Acesso em: 12 set. 2025.

CARAVELA. Maricá-RJ. Economia. Disponível em:

<https://www.caravela.info/regional/maric%C3%A1---rj> Acesso em: 20 de junho de 2025.

CINQUENTA estudantes de Maricá vão cursar medicina pelo programa Passaporte Universitário. *In:* Jornal Capital, [S. I.], [2025?]. Disponível em:

<https://jornalcapital.jor.br/materias/15146-cinquenta-estudantes-de-marica-vao-cursar-medicina-pelo-programa-passaporte-universitario>. Acesso em: 12 set. 2025.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONHEÇA o transporte de Maricá, maior cidade a oferecer tarifa zero no País. *In:* Idec, [S. I.], [2025?]. Disponível em: <https://idec.org.br/noticia/conheca-o-transporte-de-marica-maior-cidade-oferecer-tarifa-zero-no-pais>. Acesso em: 12 set. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

DECRETO nº 1.226, de 10 de outubro de 2023. *In:* Publica leis. [S. I.], 10 out. 2023. Disponível em: <https://marica-publicaleis.plataformaconectabrilaw/vqV9HVle17P4nnTzp5RJ8>. Acesso em: 12 set. 2025.

DECRETO nº 1296, de 14 de dezembro de 2023. *In:* Publica leis. [S. I.], 14 dez. 2023. Disponível em: <https://marica-publicaleis.plataformaconectabrilaw/5rapUEFlzHCXH8IB5MEI0>. Acesso em: 12 set. 2025.

DIEESE. Reformas trabalhista e da previdência podem aumentar exclusão previdenciária e reduzir densidade contributiva. Nota Técnica m. 207, jun. 2019.

Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec207exclusaoprevidenciaria.html>.

Acesso em: 29 fev. 2025.

ESPECIALISTA em Segurança Pública elogia políticas adotadas em Maricá. *In:*

Jornal Capital, [S. I.], [2025?]. Disponível em:

<https://www.jornalcapital.com.br/materias/15103-especialista-em-seguranca-publica-elogia-politicas-adoptadas-em-marica>. Acesso em: 12 set. 2025.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017

FEMAR – Fundação Estatal de Saúde de Maricá. *In:* FEMAR. [S. I.], [2025?].

Disponível em: <https://femar.marica.rj.gov.br/>. Acesso em: 12 set. 2025.

FILGUEIRAS, L. A. M.; DRUCK, G.; AMARAL, M. F. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. Caderno CRH, Salvador, v. 17, p. 211-229, 2004. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18490/11866>. Acesso em: 28 fev. 2025

FLEURY, Sônia; *et al.* Populismo autoritário, desdemocratização e desmonte das políticas sociais: lições do caso brasileiro. *In:* FLEURY, Sônia (org.). Cidadania em perigo: desmonte das políticas sociais e desdemocratização no Brasil – Capítulo 9. Rio de Janeiro: Edições Livres; Cebes, 2024. Disponível em:

<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/62617>. Acesso em: 10 set. 2024.

GOMES, Angela Maria de Castro, “Ideologia e Trabalho no Estado Novo”, Repensando o Estado Novo (org. PANDOLFI, Dulce), Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; SILVA, Michelle Morais de Sá e; LEOPOLDI, Maria Antonieta. Políticas públicas em contexto de retrocesso democrático e populismo reacionário: desmontes e reconfigurações. *In:* Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022). IPEA, Brasília: DF. INCT/PPED, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11939/7/Desmonte_e_Reconfiguracao.pdf. Acesso em: 09 set. 2024.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HABITAR. *In:* Prefeitura de Maricá. [S. I.], [2025?]. Disponível em:
<https://www.marica.rj.gov.br/programa/habitar/>. Acesso em: 12 set. 2025.

HARVEY, David. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. Os Limites do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

HOLZER, Werther. "A Urbanização Dispersa e Seu Incremento Pelo Programa 'Minha Casa, Minha Vida': O Caso de Maricá - RJ". *In:* Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IANNI, Octavio. Neoliberalismo e nazi-fascismo. Crítica Marxista, São Paulo, Xamã, v.1, n.7, 1998, p.112-120. Disponível em:
https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie10Dossie1.pdf. Acessado em: 24 jan. 2024.

IANNI, Octavio. Pensamento social no Brasil. Bauru: EDUSC, 2004.

IBGE. Censo Demográfico 2022 : população e domicílios: primeiros resultados / IBGE, Coordenação Técnica do Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102011>. Acesso em: 10 fev. 2025.

IBGE. Estatísticas dos cadastros de microempreendedores individuais. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/outras-estatisticas-economicas/38014-estatisticas-dos-cadastros-de-microempreendedores-individuais.html>. Acesso em: 05 fev. 2025.

IBGE. Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv17983_v3.pdf. Acesso em: 10 fev. 2025.

INCUBADORA Mumbuca futuro. *In: Instituto Singular Ideias Inovadoras*. [S. I.], [2025?]. Disponível em: <https://institutosingular.org.br/incubadora-mumbuca-futuro/>. Acesso em: 12 set. 2025.

INSTITUCIONAL - Mais - Passaporte Universitário Pós-Graduação. *In: Unilasalle Rio de Janeiro*. [S. I.], [2025?]. Disponível em:
<https://www.unilasalle.edu.br/rj/mais/passaporte-universitario-pos-graduacao>. Acesso em: 12 set. 2025.

INSTITUCIONAL - Notícias - passaporte universitário. *In: Unilasalle Rio de Janeiro*. [S. I.], [2025?]. Disponível em: <https://www.unilasalle.edu.br/rj/noticias/passaporte-universitario>. Acesso em: 12 set. 2025.

IPEA. Trabalho Doméstico Remunerado. Brasília, DF: Ipea, [20--?]. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/269-retratos-indicadores/retratos-indicadores-trabalho-domestico-remunerado/15191-trabalho-domestico-remunerado>. Acesso em: 02 jul. 2025.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Sobre a “crise” do Estado de Bem-Estar: retração, transformação fáustica ou o quê?. *In: Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 55, no 2, 2012, P. 447 a 485. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S0011-52582012000200006>. Acesso em: 03 set. 2024.

LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LEI Nº 2872, de 24/06/2019 (revogada) - Passaporte Universitário. *In: Prefeitura de Maricá*. [S. I.], 24 jun. 2019. Disponível em:
https://passaporteuniversitario.marica.rj.gov.br/legislacao_download/01_Lei_2872_2019.pdf. Acesso em: 12 set. 2025.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. Políticas sociais e modelos de bem-estar social: fragilidades do caso brasileiro. *In: Saúde em Debate*, v. 40 (spe), Rio de

Janeiro, dez. 2016, p. 87–97. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/nQMPVrcwR3ZH3FgyBkbdsNS/?lang=pt#>. Acesso em: 09 set. 2024.

MAPA da Mulher Maricaense. *In:* ArcGIS Experience Builder. [S. I.], [2025?].

Disponível em:

<https://experience.arcgis.com/experience/bd866edd33874fd78ac5b22c4b90c766>.

Acesso em: 12 set. 2025.

MARICÁ abre inscrições para cursos de capacitação para empreendedores. *In:* Notícia 1, [S. I.], [2025?]. Disponível em: <https://noticia1.com.br/marica-abre-inscricoes-para-cursos-de-capacitacao-para-empreendedores/>. Acesso em: 12 set. 2025.

MARICÁ abre inscrições para o Programa Bilhete Único Universitário 2025. *In:*

Maricá Info, [S. I.], 24 maio 2025. Disponível em:

<https://maricainfo.com/2025/05/24/marica-abre-inscricoes-para-o-programa-bilhete-unico-universitario-2025.html>. Acesso em: 12 set. 2025.

MARICÁ abre inscrições para o quinto ciclo do programa “Avança ...”. *In:* Maricá Info, [S. I.], 7 mar. 2024. Disponível em: <https://maricainfo.com/2024/03/07/marica-abre-inscricoes-para-o-quinto-ciclo-do-programa-avanca-marica.html>. Acesso em: 12 set. 2025.

MARICÁ Basic Income. [S. I.]: [s. n.], [2025?]. Disponível em:

<https://www.maricabasicincome.com/>. Acesso em: 12 set. 2025.

MARICÁ lança campanha de enfrentamento à violência contra mulher. *In:* Portal EPT, [S. I.], [2025?]. Disponível em:

<https://www.eptmarica.rj.gov.br/index.php/noticias/item/233-marica-lanca-campanha-de-enfrentamento-a-violencia-contra-mulher>. Acesso em: 12 set. 2025.

MARICÁ realiza 5ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres e elege delegadas. *In:* ErreJota Notícias, [S. I.], [2025?]. Disponível em:

<https://errejotanoticias.com.br/marica-realiza-5a-conferencia-municipal-de-politicas-para-as-mulheres-e-elege-delegadas/>. Acesso em: 12 set. 2025.

MARICÁ registra queda em indicadores de segurança pública no *In:* Prolotes. [S. I.], [2025?]. Disponível em: <https://prolotes.com.br/marica-registra-queda-em-indicadores-de-seguranca-publica-no-ultimo-semestre/>. Acesso em: 12 set. 2025.

MARICÁ: CADASTRE-SE NO BILHETE ÚNICO UNIVERSITÁRIO. *In:* Instituto JCA. [S. I.], [2025?]. Disponível em: <https://ijca.org.br/marica-cadastre-se-no-bilhete-unico-universitario/>. Acesso em: 12 set. 2025.

MARICÁ: Prefeito anuncia PAT até março de 2023 e criação Programa de Proteção do Trabalhador. *In:* YouTube. Maricá Info, 17 dez. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pvR4BS3_mgU. Acesso em: 12 set. 2025.

MARICÁ: Saiba quem tem direito e como se inscrever no Programa *In:* Maricá Info, [S. I.], 18 dez. 2022. Disponível em: <https://maricainfo.com/2022/12/18/marica-saiba-quem-tem-direito-e-como-se-inscrever-no-programa-de-protacao-ao-trabalhador-ppt.html>. Acesso em: 12 set. 2025.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO, Hildete Pereira de; MORANDI, Lucilene; MORAES, Lorena Lima. Os Cuidados no Brasil: Mercado de Trabalho e Percepções. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022.

MULHERES de Maricá propõem ações coletivas contra violência e desigualdade. *In:* Folha do Leste, [S. I.], [2024?]. Disponível em: <https://folhadoleste.com.br/pt-br/politicas-mulheres-marica-2024/>. Acesso em: 12 set. 2025.

MUMBUCA Futuro. *In:* Prefeitura de Maricá. [S. I.], [2025?]. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/programa/vermelhinhos-3/>. Acesso em: 12 set. 2025.

NETTO, José Paulo. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. São Paulo: Cortez, 1993.

NOTÍCIAS. *In:* FEMAR - Fundação Estatal de Saúde de Maricá. [S. I.], [2025?]. Disponível em: <https://femar.marica.rj.gov.br/noticias/>. Acesso em: 12 set. 2025.

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; PASSOS, Luana; GUIDOLIN, Ana Paula; Welle, Arthur; PIRES, Luiza Nassif. Austeridade, pandemia e gênero. In: Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico no país. 2020

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista/O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

ORIENTAÇÕES sobre o auxílio cuidar. *In: Centro de Referência em Políticas Inclusivas (CRPI)*. [S. I.], [2025?]. Disponível em:
<https://www.maricapoliticasinclusivas.com.br/noticias.php?id=512>. Acesso em: 12 set. 2025.

PASSAPORTE Técnico. *In: Prefeitura de Maricá*. [S. I.], [2025?]. Disponível em:
<https://passaportetecnico.marica.rj.gov.br/>. Acesso em: 12 set. 2025.

PASSAPORTE Universitário para embarcar no futuro tecnológico de Maricá. *In: ErreJota Notícias*, [S. I.], [2025?]. Disponível em:
<https://errejotanoticias.com.br/passaporte-universitario-para-embarcar-no-futuro-tecnologico-de-marica/>. Acesso em: 12 set. 2025.

PASSAPORTE Universitário. *In: Prefeitura de Maricá*. [S. I.], [2025?]. Disponível em:
<https://www.marica.rj.gov.br/programa/passaporte-universitario/>. Acesso em: 12 set. 2025.

PAT - SIM Maricá. *In: SIM Maricá*. [S. I.], [2025?]. Disponível em:
<https://sim.marica.rj.gov.br/PAT>. Acesso em: 12 set. 2025.

PESQUISA da UFF publica avaliação do Programa de Renda Básica de Maricá. *In: UFF*. [S. I.], 11 dez. 2024. Disponível em: <https://www.uff.br/11-12-2024/pesquisa-da-uff-publica-avaliacao-do-programa-de-renda-basica-de-marica/>. Acesso em: 12 set. 2025.

PINHO, Carlos Eduardo Santos. Welfare State and Epistemic Communities of Fiscal Austerity in Brazil: from Lula da Silva to Jair Bolsonaro (2003-2020). *Sociedade e Estado*, 36(1), 195–216. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136010010>. Acesso em: 05 fev. 2025.

PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2022 - 2025. *In:* Transparência Maricá. [S. I.], [2023?]. Disponível em:

<https://transparencia.marica.rj.gov.br/storage/files/subcategory-attachment/1750079886-plano-municipal-de-saude-2022-2025-alterado-em-2023-com-proposta-de-inclusao-cerest.pdf>. Acesso em: 12 set. 2025.

PLANO-Municipal-de-Saude-de Marica-2022-2025. *In:* Scribd. [S. I.], [2025?]. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/701118140/Plano-Municipal-de-Saude-de-Marica-2022-2025>. Acesso em: 12 set. 2025.

POLÍTICA Archives - Página 42 de 128. *In:* Maricá Info, [S. I.], [2025?]. Disponível em: <https://maricainfo.com/category/politica/page/42?amp>. Acesso em: 12 set. 2025.

POLÍTICA HABITACIONAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PLENA NO MUNICÍPIO DE MARICÁ (RJ) | Enepcp. *In:* Enepcp. [S. I.], [2025?]. Disponível em: <https://anepecp.org/ojs/index.php/br/article/view/444>. Acesso em: 12 set. 2025.

POLÍTICAS e Defesa dos Direitos das Mulheres. *In:* Prefeitura de Maricá. [S. I.], [2025?]. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/secretaria/direito-das-mulheres/>. Acesso em: 12 set. 2025.

POLÍTICAS Inclusivas - CRPI. *In:* Prefeitura de Maricá. [S. I.], [2025?]. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/politicas-inclusivas-crpi/>. Acesso em: 12 set. 2025.

POLÍTICAS Inclusivas dispõe Cadastro Municipal de Inclusão da Pessoa com Deficiência. *In:* SOS Notícias RJ, [S. I.], 25 fev. 2024. Disponível em: <https://sosnoticiasrj.com/2024/02/25/politicas-inclusivas-dispoe-cadastro-municipal-de-inclusao-da-pessoa-com-deficiencia/>. Acesso em: 12 set. 2025.

POLÍTICAS Inclusivas inaugura ampliação do Meu Lar em Maricá. *In:* SOS Notícias RJ, [S. I.], 3 abr. 2024. Disponível em: <https://sosnoticiasrj.com/2024/04/03/politicas-inclusivas-inaugura-ampliacao-do-meu-lar-em-marica/>. Acesso em: 12 set. 2025.

POLÍTICAS para Pessoas com Deficiência. *In:* Prefeitura de Maricá. [S. I.], [2025?]. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/politica-para-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 12 set. 2025.

POLÍTICAS para Terceira Idade - SPTI. *In:* Prefeitura de Maricá. [S. I.], [2025?]. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/secretaria/politicas-para-terceira-idade/>. Acesso em: 12 set. 2025.

POLÍTICAS públicas de segurança de Maricá viram referência nacional *In:* Prefeitura de Maricá. [S. I.], [2025?]. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/noticia/politicas-publicas-de-seguranca-de-marica-viram-referencia-nacional/>. Acesso em: 12 set. 2025.

PREFEITURA de Maricá entrega 19 novas casas a moradores de Pindobas. *In:* Jornal Capital, [S. I.], [2025?]. Disponível em: <https://jornalcapital.com.br/materias/13391-prefeitura-de-marica-entrega-19-novas-casas-a-moradores-de-pindobas>. Acesso em: 12 set. 2025.

PREFEITURA de Maricá nega desvios de recursos da saúde. *In:* Agência Brasil, [S. I.], [2024?]. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-02/prefeitura-de-marica-nega-desvios-de-recursos-da-saude>. Acesso em: 12 set. 2025.

PREFEITURA de Maricá. [S. I.]: [s. n.], [2025?]. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/>. Acesso em: 12 set. 2025.

PREFEITURA lança o programa Avança Maricá. *In:* O Dia, [S. I.], 22 maio 2022. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/marica/2022/05/6412233-prefeitura-lanca-o-programa-avanca-marica.html>. Acesso em: 12 set. 2025.

PROFISSIONAIS da saúde pública de Maricá receberão capacitação em plantas medicinais e fitoterápicos. *In:* CODEMAR S.A., [S. I.], [2025?]. Disponível em: <https://codemar-sa.com.br/profissionais-da-saude-publica-de-marica-receberao-capacitacao-em-plantas-medicinais-e-fitoterapicos/>. Acesso em: 12 set. 2025.

PROGRAMA de Amparo ao Trabalhador. *In:* Prefeitura de Maricá. [S. I.], [2025?]. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/programa/programa-de-amparo-ao-trabalhador/>. Acesso em: 12 set. 2025.

PROGRAMA de Proteção ao Trabalhador (PPT) de Maricá inclui novas categorias e prorroga inscrições. *In:* Maricá Info, [S. I.], 25 jan. 2023. Disponível em:

<https://maricainfo.com/2023/01/25/programa-de-protecao-ao-trabalhador-ppt-de-marica-inclui-novas-categorias-e-prorroga-inscricoes.html>. Acesso em: 12 set. 2025.

PROGRAMA de Renda Básica DE Cidadania- Consulta de Benefícios. *In:* Renda Básica Cidadania Maricá. [S. I.], [2025?]. Disponível em: <https://rendabasicacidadania.marica.rj.gov.br/>. Acesso em: 12 set. 2025.

PROGRAMA Passaporte Técnico. *In:* Prefeitura de Maricá. [S. I.], [2025?]. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/programa/passaporte-tecnico/>. Acesso em: 12 set. 2025.

PROGRAMA Sanear Maricá leva esgotamento sanitário a mais 60 famílias em vulnerabilidade social no Retiro. *In:* Sanemar S.A., [S. I.], [2025?]. Disponível em: <https://sanemar-sa.com.br/programa-sanear-marica-leva-esgotamento-sanitario-a-mais-60-familias-em-vulnerabilidade-social-no-retiro/>. Acesso em: 12 set. 2025.

PROGRAMAS Sociais. *In:* Portal da Transparência Maricá. [S. I.], [2025?]. Disponível em: <https://transparencia.marica.rj.gov.br/acompanhamento-de-programas-e-acoes/programas-sociais/links-e-arquivos>. Acesso em: 12 set. 2025.

PROGRAMAS. *In:* Sanemar S.A., [S. I.], [2025?]. Disponível em: <https://sanemar-sa.com.br/programas-2/>. Acesso em: 12 set. 2025.

PROJETO da Prefeitura de Maricá tem ação especial até o fim do ano. *In:* ICTIM, [S. I.], 25 out. 2024. Disponível em: <https://ictim.com.br/2024/10/25/projeto-da-prefeitura-de-marica-tem-acao-especial-ate-o-fim-do-ano/>. Acesso em: 12 set. 2025.

QUINTÃO, Vânia. Teletrabalho e seus rebatimentos na vida das mulheres: uma reflexão interseccional. 2022. 126 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

QUINTÃO, Vânia; BARROS, Nívia Valença; REIS, Josélia. Interseccionalidade, teletrabalho e a divisão sexual do trabalho: desafios na pandemia e no pós-pandemia. *In:* BARROS, Nívia Valença, FACEIRA, Lobélia, REIS, Josélia Ferreira dos, BRUM, Joice da Silva (org). Direitos Humanos, Interseccionalidade e isolamento. 1ª edição, ed. Gramma, Rio de Janeiro, 2020.

RAGO, Margareth. Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REFERÊNCIA nacional, Tarifa Zero de Maricá registra aumento de *In:* EPT Maricá. [S. I.], [2025?]. Disponível em:

<https://www.eptmarica.rj.gov.br/index.php/noticias/item/341-referencia-nacional-tarifa-zero-de-marica-registra-aumento-de-passageiros-em-2024>. Acesso em: 12 set. 2025.

REIS, Josélia F. dos. Feminização da pobreza e acesso à Justiça Federal. *In:* TORRES, Anália; COSTA, Dália; CUNHA, Maria João (Orgs.). Estudos de Género: diversidade de olhares num mundo global. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2019. p. 79-93.

RENTA Básica de Cidadania. *In:* Prefeitura de Maricá. [S. I.], [2025?]. Disponível em: <https://prefeitura.eduardociscato.com.br/programa/renda-basica-de-cidadania/>. Acesso em: 12 set. 2025.

ROCHA, Rita de Cássia da Costa. Impactos do COMPERJ sobre a região do Leste Fluminense: análise do processo de expansão urbana de Maricá. 2011. 189 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

SAFFIOTI, Heleietch. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.

SANEAR Mais Água. *In:* Prefeitura de Maricá. [S. I.], [2025?]. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/programa/sanear-agua/>. Acesso em: 12 set. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A cruel pedagogia do vírus. São Paulo: Boitempo. 2020.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Milton. Por uma Outra Globalização: Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SEBRAE. DAMPE MPE Brasil. Maricá Município. *In: Uso de dados e informações para promoção do desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios do Brasil.* Sebrae. 2024. Disponível em: <https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/marica>. Acesso em: 20 de junho de 2025.

SEGURANÇA em Maricá. *In: Malva Imóveis*, [S. I.], [2025?]. Disponível em: <https://www.malvaimoveis.com.br/blog/seguranca-em-marica-7250/7250>. Acesso em: 12 set. 2025.

SMITH, Neil. Desenvolvimento Desigual: Natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOBRE a Pesquisa. *In: Maricá Basic Income*. [S. I.], [2025?]. Disponível em: <https://www.maricabasicincome.com/pt/sobre-a-pesquisa>. Acesso em: 12 set. 2025.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyego Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. Revista da ABET, v. 15, n. 1, p. 115-133, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/PPDVW47HsgMgGQQCgYYfWgp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SPOSATI, Aldaíza. A menina LOAS: um processo de construção da assistência social. São Paulo: Cortez, 1998.

CARNEIRO, Suely. (2003). Mulheres em movimento . Estudos Avançados, 17(49), 117-133. <https://revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Acesso em: 20 ago. 2025

ÚLTIMAS. *In: Jornal Portal Lagos*. [S. I.], [2025?]. Disponível em: <https://jornalportallagos.com.br/marica-lanca-editais-da-politica-nacional-aldir-blanc-e-plataforma-desenrola-cultura-em-evento-no-cine-henfil/>. Acesso em: 12 set. 2025.